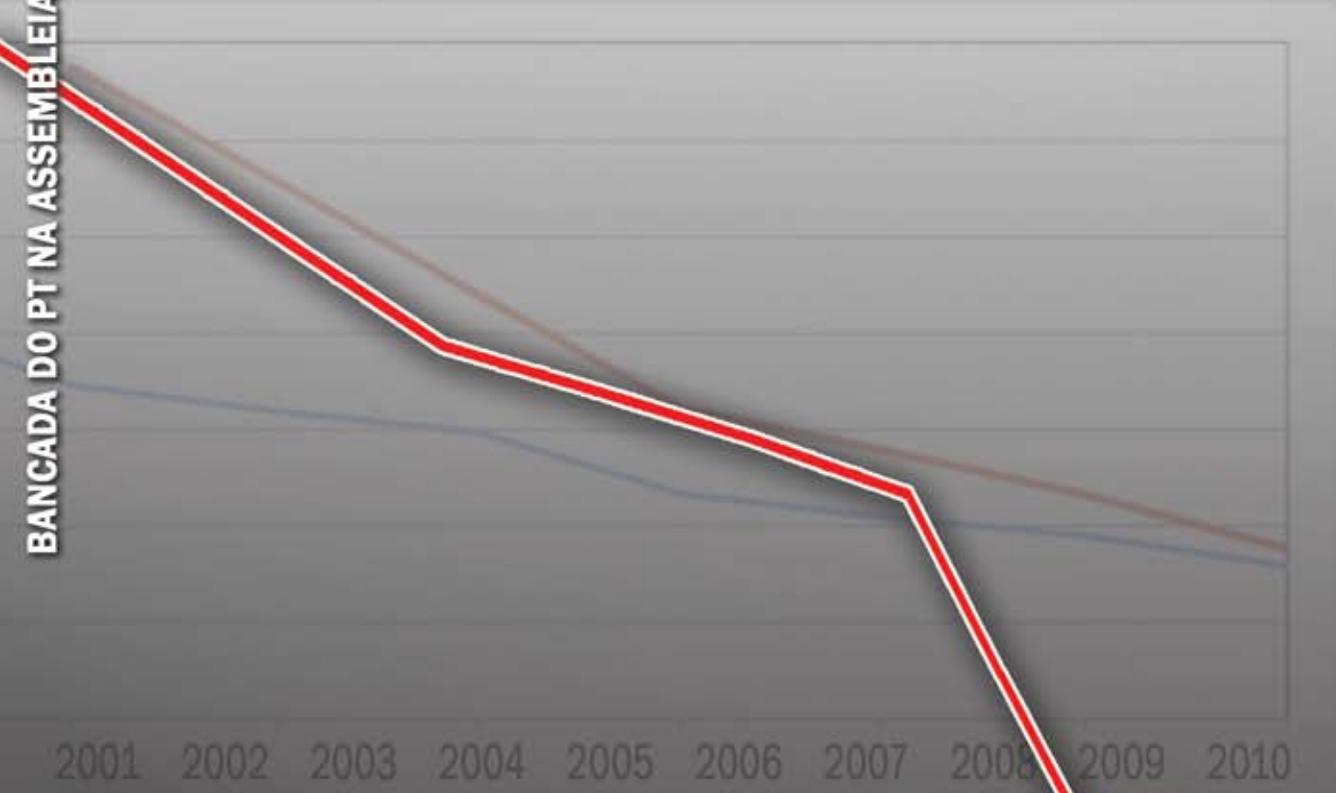


BANCADA DO PT NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SP

DIAGNÓSTICO **PT**

DA GESTÃO TUCANA EM SÃO PAULO



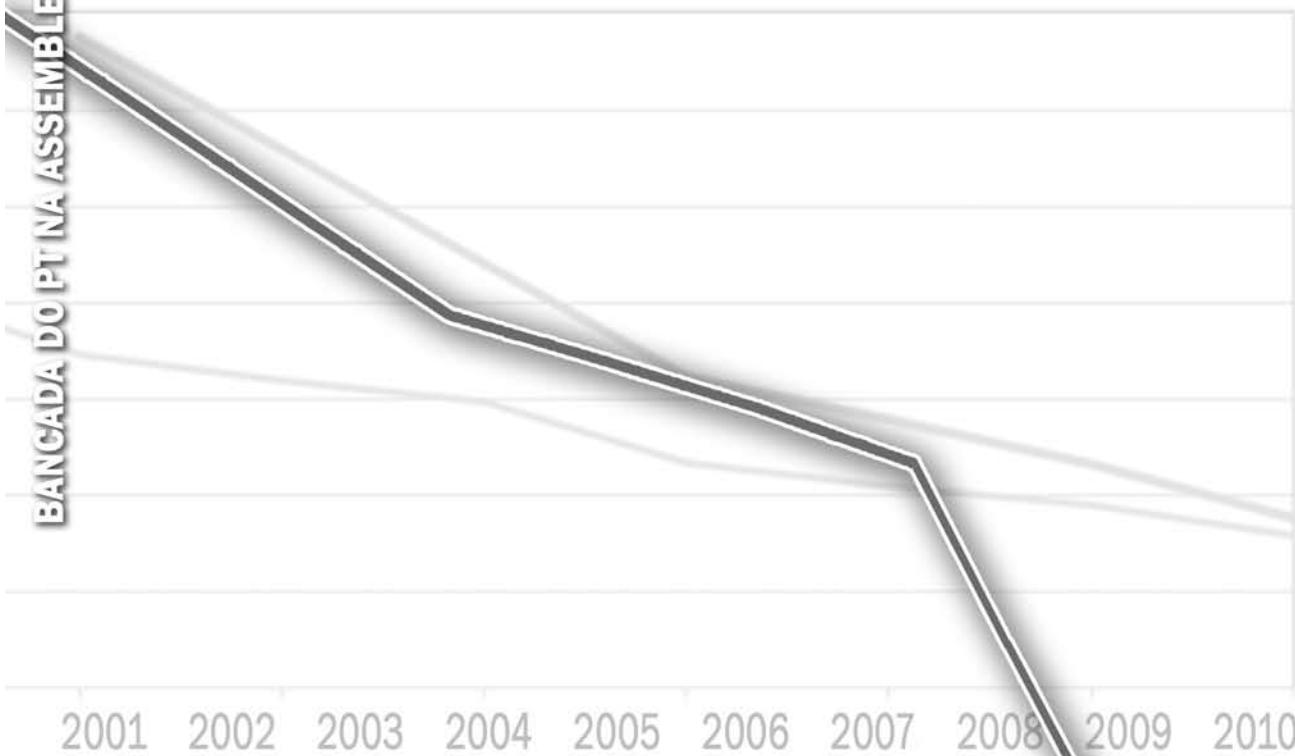
- AGRICULTURA ■ CULTURA ■ DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ■ EDUCAÇÃO ■ ESPORTE ■ FINANÇAS ■ FUNCIONALISMO ■ HABITAÇÃO
- MEIO AMBIENTE ■ PROMOÇÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS ■ SANEAMENTO ■ SAÚDE ■ SEGURANÇA PÚBLICA ■ TRANSPORTES



NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO

DIAGNÓSTICO

DA GESTÃO TUCANA EM SÃO PAULO





Apresentação

Quando os tucanos deixarem o governo do Estado de São Paulo no início de 2011, quase duas décadas terão transcorrido (ou que se completam quando se computa a gestão do ex-governador Franco Montoro, eleito em 1982 pelo PMDB, do qual uma facção se evadiu em 1988 para fundar o PSDB).

Ao longo destes vinte anos, São Paulo perdeu participação no PIB nacional. Também no período, o Estado foi palco do maior processo de transferência de patrimônio público para grupos privados de que se tem notícia no País: nada menos de R\$ 79,2 bilhões nos leilões da privatária.

Vitimado pelas políticas de inspiração neoliberal, o Estado perdeu poder e instrumentos para planejar, induzir e promover desenvolvimento econômico e social.

Ano após ano, os governos de centro-direita hegemônicos pelo PSDB vêm transferindo responsabilidades crescentes para os municípios, sem a contrapartida de recursos correspondente.

A par da evidente sobrecarga que tal política impõe à maioria das cidades, há ainda um efeito colateral: a reedição de práticas de clientela junto às prefeituras, que tem favorecido o continuísmo do atual bloco no poder.

O arrocho salarial e a desvalorização funcional dos (as) servidores (as) estaduais; a fúria arrecadatória; a queda da qualidade dos serviços públicos de educação e de saúde; o sucateamento das redes de proteção social; a insegurança da população, atemorizada pela violência do crime organizado; a multiplicação de presídios e pedágios, estes com as tarifas mais caras do País – tudo isso são sequelas que nem mesmo a máquina de propaganda oficial consegue ocultar.

Se o País viveu a sua década perdida, nos

anos 90, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, a perda de São Paulo foi ainda mais pronunciada. Até porque, na contramão da retomada do desenvolvimento brasileiro comandado pelo presidente Lula, os governos Alckmin e Serra (particularmente este último) administraram conforme o padrão que naquela época levou o Brasil ao desastre.

Vale lembrar que, no auge da última crise mundial da qual o País saiu melhor do que entrou graças à ação do governo Federal, o governo Serra não só resistiu em adotar providências anticíclicas, como formou torcida do contra, imaginando que eventual fracasso da política antiliberal pudesse beneficiá-lo em seu projeto-de-poder-a-qualquer-preço, ou seja, o de conquistar a Presidência da República.

As mazelas do modo tucano de governar acentuaram-se na Capital do Estado desde que o hoje governador, então prefeito, iniciou o desmonte das conquistas alcançadas durante a gestão Marta Suplicy, e deixou o restante do trabalho sujo para seu fiel correligionário, o prefeito Kassab.

A parceria PSDB-DEM (ex-PFL) na cidade de São Paulo, para além de convalidar a aliança de centro-direita no plano nacional - José Roberto Arruda e Ieda Crusius incluídos -, é a maior culpada pelo estado de calamidade pública que assola a população paulistana, sobretudo a das regiões da periferia.

A despeito da passagem pela esquerda quando jovem, o governador José Serra renega na prática parte daquela tradição. Sob seu governo, há exemplos inquestionáveis de regressão democrática. Fala por si o trato autoritário com o funcionalismo, patente na recusa ao diálogo com a representação sindical de servidores (as) e na represália a suas lideranças, como foi o caso da greve das polícias em 2008.

Ressaltam também sucessivas investidas para criminalizar movimentos sociais, assim como a impiedosa perseguição à população em situação de rua (higienização) e os despejos em massa na região metropolitana - agora “justificados” pela iminência de novas tragédias em áreas de risco as quais ficaram expostas devido à própria incúria do poder público.

Mais recente, a comprovar o viés antidemocrático do atual governador, foi a recusa e boicote na convocação da Conferência Estadual de Comunicação, afinal realizada com sucesso graças à iniciativa da Assembleia Legislativa, que organizou e sediou o evento.

Por fim, mas não menos grave para a biografia de Serra, foi a invasão da USP pela tropa de choque da PM, revivendo a violenta ocupação militar do CRUSP em 1969: na relação com os estudantes, em vez de diálogo e negociação, bombas e repressão - os mesmos métodos da ditadura de 1964.

Cada um com seu estilo, mas há um traço comum nos diferentes governos tucanos em São Paulo: 1) o apego ao receituário neoliberal (redução do papel do Estado, privatizações, técnicas da iniciativa privada aplicadas mecanicamente na gestão pública); 2) o controle da grande mídia e um massivo aparato de propaganda oficial, assegurados com vultosos gastos de recursos públicos, de sorte a vender a imagem de competência técnica, capacida-

de gerencial e preocupação com as pessoas.

Nas páginas a seguir, apresentamos um diagnóstico das diferentes áreas de atuação dos governos tucanos, com ênfase na gestão José Serra. Com as naturais dificuldades de consolidar dados de uma administração que não prima pela transparência, ainda assim, a Assessoria da Liderança da Bancada do PT na Assembleia Legislativa radiografou o que se pode chamar de políticas públicas do tucanato, para um necessário julgamento político de seus resultados, neste ano em que o povo volta às urnas para escolher novos governantes.

A visão crítica que daí decorre é fruto do trabalho metódico de competentes especialistas temáticos, mas também da experiência vivida pelos (as) parlamentares, e de suas assessorias nos gabinetes.

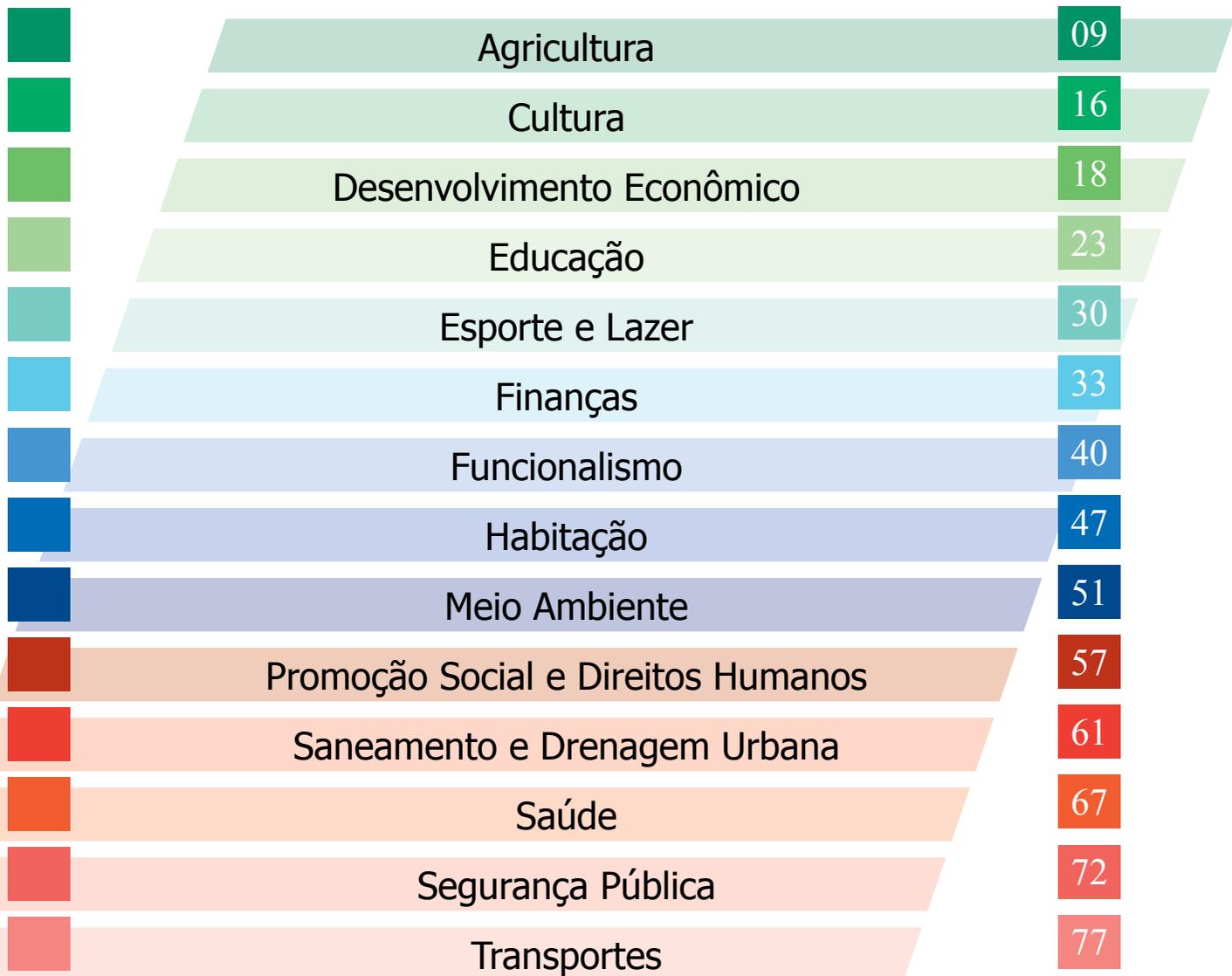
Para quem se der ao trabalho de ler, aguardamos com satisfação críticas, sugestões e novas abordagens. Um texto mais extenso está acessível no site www.ptalesp.org.br.

Rui Falcão

Líder da Bancada do PT
rfalcao@al.sp.gov.br
www.ruifalcao.com.br

P.S.: Os artigos que antecedem esta apresentação foram elaborados pelos (as) deputados (as) que compõem a nossa Bancada e cujas atuações podem ser acompanhadas diariamente no site www.ptalesp.org.br, em audiências públicas dentro e fora da Assembleia ou por meio das transmissões da TV do Legislativo Paulista.

Índice





Expediente

Publicação da Bancada do PT na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
Av. Pedro Álvares Cabral, 201 – São Paulo – SP – cep.: 04097-900
tel.: (11) 3886 6442
imprensa@ptalesp.org.br
www.ptalesp.org.br
Fevereiro/2010

Edição

Assessoria de Comunicação da Bancada do PT

Colaboração

Assessorias de Imprensa dos (as) deputados (as)

Projeto gráfico

Antonio Assiz
Aramá Comunicações

Impressão

LWC Editora e Gráfica

Líder

Deputado Rui Falcão

Chefe de Gabinete

Ivete Garcia

Assessoria de Comunicação

Ana Maria Lopes – MTb. 23.362
Dalva de Oliveira
Fernanda Fiot – MTb. 27.755
Rosário Mendez – MTb. 22.849
Silvana Cortez – MTb. 17.950

Assessoria Temática

Bia Pardi
Carlos Medeiros
Cleonice Coelho
Cleusa Lourandi
Edson Aparecido da Silva
Eurípedes Carvalho
Evaristo Almeida
Maximino Fernandes Filho
Raimundo Bonfim
Ricardo Guterman
Salvador Kuriyeh
Tatau Godinho
Walter da Silva

Assessoria de Finanças e Fiscalização

Eduardo Marques
Emílio Lopes
Paulo Dantas

Assessoria Jurídica

Ana Carla Albiero
Marcela Cherubine

Assessoria de Plenário e Comissões

Cristiane Perello
Lúcia Sumares
Sueli de Souza
Tânia Barros

Administração

Altair S. Miguel
Antonio Alves Neto
Fernanda Otero
Jaqueline Cria
José Rubens Garcia
Juventina F. C. Pontes
Mário César Rocha
Rubens A. Zacharias
Sandro R. de Melo
Sérgio R. de Oliveira

Textos elaborados pelas assessorias Temática e de Finanças da Bancada do PT

O mercado domina o social e o ambiental

O agronegócio paulista trouxe, junto com o crescimento econômico, desemprego, êxodo rural, concentração da terra e da renda

A modernização da agricultura brasileira teve como base o emprego intensivo da mecanização, de adubos químicos, agrotóxicos, melhoria genética e, mais recentemente, da engenharia genética (transgenia). Proporcionou um rápido crescimento da produção e da produtividade, liberando mão-de-obra para o desenvolvimento industrial, mas trouxe também consequências como desemprego, êxodo rural, expansão de monoculturas, aumento na concentração da renda e da terra, maior

A agricultura familiar sobrevive com dificuldades, apoiando-se nas políticas da União

contaminação do solo e da água, desmatamento e desequilíbrio ecológico. Neste modelo, o do agronegócio, os interesses econômicos das empresas multinacionais, ditados pelo mercado, subordinam a questão social e ambiental.

O agronegócio paulista caracteriza-se pela crescente inserção no mercado internacional, com destaque para as cadeias produtivas da cana-de-açúcar, da laranja, da soja, da carne e dos produtos do reflorestamento com eucalipto e pinus. No período 1997-2007, 80% das exportações setoriais foram de produtos com agregação de valor por transformação agroindustrial.

Esta modernização apresenta características regionais bem definidas. A cana-de-açúcar, depois da grande expansão e migração de Piracicaba para Ribeirão Preto, ruma agora para as topografias mais suaves do oeste, passando por São José do Rio Preto, Bauru, Araçatuba e chegando até o Pontal do Paranapanema. Os laranjais caminham de Bebedouro para o sul passando por Avaré e Itapetinga. O eucalipto consolida-se no sudoeste e avança pelo Vale do Paraíba.

Enquanto isso, a agricultura familiar sobrevive com dificuldades, apoiando-se principalmente nas políticas do governo Federal, que expandiu as linhas de crédito do PRONAF – Programa de Crédito para a Agricultura Familiar, tanto para custeio como para investimentos, e abriu o mercado institucional de alimentos, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e de aquisição para a merenda escolar.

A reforma agrária, com suas 12 mil famílias assentadas dos anos 80 para cá, caminha vagarosamente, apesar do esforço recente do INCRA. A arrecadação de novas áreas é dificultada pela falta de atualização dos índices de produtividade, vigentes há mais de 30 anos, e pela morosidade da Justiça nas ações de desapropriação e discriminatórias. No caso das terras devolutas do Pontal do Paranapanema, após a ofensiva dos anos 90, o governo paulista deixou de investir na arrecadação das terras públicas, a ponto de apostar na regularização total das áreas em favor dos atuais grileiros, conforme Projeto de Lei 578 de 2007, pronto para ser votado na Assembleia Legislativa.

Aumenta a concentração

A expansão do agronegócio paulista continua provocando mais concentração da posse da terra. Dados do Censo Agropecuário (IBGE) indicam que este aumento foi de 6,1% de 1996 a 2006, calculado através do índice de Gini. O índice apurado em 2006, de 0,804, expressa uma concentração forte a muito forte. Em Santa Catarina, o Estado com maior expressão de agricultores familiares, o índice de Gini foi sensivelmente menor – 0,682.

O Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária – LUPA, realizado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento em 2008, revela bem

a concentração da terra em São Paulo: as pequenas propriedades (até 50 ha) compreendem 78% do total e ocupam 20% da área, enquanto as médias e grandes compreendem 23% do número de propriedades e 80% da área total.

Este levantamento também constatou a existência de 105 mil unidades de produção familiares, ou seja, aquelas cuja área não ultrapassa quatro módulos fiscais, a mão-de-obra é predominantemente da própria família, a renda é originada das atividades da propriedade e a direção, exercida por um membro da família.

Evolução da concentração fundiária em SP

Extrato de Área (ha)	1995		2008	
	Nº UPA (%)	Área(%)	Nº UPA (%)	Área(%)
Até 50 (ha)	74,7	17,8	77,7	19,9
>50 a 500 (ha)	23,0	44,8	20,4	45,1
>500 (ha)	2,3	37,4	1,9	35,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs. Tabela elaborada com as informações do LUPA/CATI-SAA

Monoculturas em expansão

O Estado de São Paulo possui uma área territorial de 248,6 mil km² ou 24,8 milhões de hectares (Fundação SEADE). O período 1985-2006 caracterizou-se pela expansão das áreas de lavouras e pela retração das áreas de pastagem. A principal cultura responsável por este movimento foi a cana-de-açúcar.

Apesar de estar em declínio, a pastagem ainda representa 43% da área agricultável do Estado. A cana para indústria já ocupa 5,4 milhões de hectares (30,5% da área), seguida do eucalipto, que já ultrapassou a casa de um milhão de hectares, à frente do milho, laranja, feijão, soja e café.

A produção de cana-de-açúcar é hoje a principal atividade agropecuária em 26 das 40 regiões paulistas definidas pelos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR), uma participação que praticamente dobrou desde 2004, quando era o principal produto agrícola em 14 regiões.

A cana tem apresentado um crescimento vigoroso, ocupando áreas de pastagem degradadas, mas também de outras culturas, deslocando inclusive atividades da agricultura familiar. Seu plantio experimentou um crescimento de mais de 90% de 2000 a 2008.

Evolução do plantio de cana-de-açúcar

Ano	Área (ha)	Expansão*	Produção (milhões toneladas)
2000	2.828.700		189,39
2001	3.008.679	6,4%	201,68
2002	3.117.594	10,2%	212,71
2003	3.312.786	17,1%	227,98
2004	3.414.181	20,7%	241,66
2005	3.673.275	29,9%	254,81
2006	4.258.370	50,5%	284,92
2007	4.835.434	70,9%	327,68
2008	5.389.303	90,5%	391,89

Fonte: Banco de dados do IEA - Instituto de Economia Agrícola SP
Expansão da área de plantio em relação à safra de 2000

As regiões de Orlandia, Ribeirão Preto, Jaboticabal, Jaú e Catanduva já têm mais da metade das áreas territoriais ocupadas com a lavoura canavieira. Em municípios como Guariba, Dumont, Dobrada, Santa Ernestina e Pitangueiras a monocultura é absoluta, comprometendo 80% do território.

Outra atividade em franca expansão no Estado é o reflorestamento com pinus e eucalipto, que registrou crescimento de quase 25% no período 2000 a 2006, gerando preocupação ambiental nas regiões mais atingidas do sudoeste do Estado e Vale do Paraíba.

O Estado de São Paulo continua liderando os recursos gerados pela agricultura do país, respondendo por 20,3% dos R\$ 98,3 bilhões obtidos com a safra brasileira em 2006 (IBGE). Aparece também como o maior produtor de laranja (79,7%), cana-de-açúcar (58,8%), amendoim (82,2%), limão (79%), caqui (50,8%), tangerina (44,4%) e goiaba (35,9%), destacando-se também no cultivo de banana (16,9%), batata (23,1%), tomate (20%) e uva (15,5%). São Paulo é o maior produtor de hortaliças e tem o maior mercado consumidor do Brasil.

Agricultura familiar

Mesmo detendo uma área menor, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do país, gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros.

Os dados do IBGE apontam que, em 2006, a agricultura familiar foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo.

Grileiros dominam terras

Os conflitos fundiários no Estado decorrem de variadas situações, com destaque para a indefinição dominial no Pontal do Paranapanema e região sudoeste, uso desvirtuado de terras públicas, avanço das monoculturas da cana e eucalipto, dificuldades na desapropriação de terras para reforma agrária.

Segundo a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP, a área total envolvida no conflito de terras no Pontal é de 1,18 milhão de

hectares. Deste total, quase 500 mil hectares já foram julgados em última instância, como terras devolutas, e o governo estadual arrecadou pouco mais de 112 mil hectares para a implantação de assentamentos.

Estão em andamento na região Ações Discriminatórias que indicarão se as terras são devolutas ou particulares. Quase 80% das áreas já julgadas em segunda instância foram consideradas devolutas. No entanto, ainda cabe recurso em última instância.

As áreas devolutas de imóveis até 100 hectares podem ser legitimadas sem ônus para os seus ocupantes, e até o momento já foram legitimados 157 mil hectares. A Lei Estadual nº11.600, de 19 de dezembro de 2003, permite que imóveis com áreas entre 100 hectares e 500 hectares, devolutas ou presumivelmente devolutas, sejam regularizados através de alienação onerosa, com o pagamento ao Estado do valor da terra nua equivalente a 10% da área do imóvel. No entanto, não tem havido interesse por parte de seus ocupantes, sempre ávidos por uma condição ainda melhor.

Assentamentos estaduais

Os assentamentos de trabalhadores rurais no Pontal do Paranapanema foram criados nas situações descritas nas tabelas abaixo.

Os assentamentos federais são implantados diretamente pelo INCRA através dos instrumentos da Reforma Agrária (desapropriação e aquisição). Os reassentamentos da CESP foram criados pela empresa para realocar as famílias de ribeirinhos desalojadas pela construção das represas da região.

Os assentamentos estaduais foram criados com instrumentos distintos. Em março de 1984, o governador desapropriou, por interesse social, uma área de 13.310 hectares para o assentamento de 571 famílias, denominado Gleba XV de Novembro, nos municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista.

A partir de 1990, o foco passou a ser as terras já consideradas devolutas, e o governo utilizou como principal instrumento a Ação Reivindicatória com pagamento de indenização pelas benfeitorias existentes nas fazendas. Há também o mecanismo de se fazer acordos com os “proprietários” de imóveis envolvidos nas ações discriminatórias: o Estado apodera-se das terras e indeniza o valor das benfeitorias.

Assentamentos no Pontal

Estaduais	112.500 ha
Federais	23.542 ha
Reassentamentos CESP	7.264 ha

Área total em disputa

1.185.000 ha

Julgada particular	144.000 ha
Julgada devoluta	498.615 ha
Ajuizada	294.277 ha
Não ajuizada	247.000 ha

Ações discriminatórias em andamento

294.277ha

Julgadas devolutas em 1ª instância	242.540 ha
Julgadas devolutas em 2ª instância	111.266 ha
Julgadas particulares em 2ª instância	31.801 ha

Os recursos para o pagamento dessas indenizações são disponibilizados pelo governo Federal, através de convênio entre o INCRA e o ITESP. Ao todo foram assentadas no Pontal do Paranapanema pelo governo do Estado, com o apoio do governo Federal, 4.443 famílias numa área de aproximadamente 110 mil hectares.

Nos últimos anos, o ITESP não tem conseguido utilizar os recursos disponibilizados pelo INCRA e as arrecadações de terras para novos assentamentos estão praticamente paralisadas.

Legalização da grilagem

Em junho de 2007, o governador enviou para a Assembleia Legislativa o Projeto de Lei 578/2007, criando mecanismos que possibilitariam a regularização de todos os imóveis maiores de 500 hectares, através de alienação onerosa com a cessão ou pagamento do valor da terra nua, de parte dos imóveis que varia de 15% a 25% de sua área total.

Ao legalizar a grilagem de terras públicas no Pontal do Paranapanema, o Projeto de Lei 578 de 2007 permitirá a consolidação da estrutura fundiária existente, concentradora da terra e da renda, premiando os responsáveis pela devastação ambiental e pelo atraso. Por outro lado, desobrigará o Estado da tarefa de compatibilizar a destinação de terras públicas e devolutas com a Política Agrícola e o Plano Nacional de Reforma Agrária, conforme prevê o artigo 188 da Constituição Federal.

Precarização do trabalho

De 1971 a 2004, cerca de 670 mil postos de trabalho foram eliminados nas áreas rurais do Estado devido, principalmente, à progressiva mecanização da agricultura paulista. O número de trabalhadores no período caiu de 1,723 milhão para 1,050 milhão. Nas cidades onde predominam a pecuária e a monocultura, como por exemplo em Presidente Prudente e Araçatuba, o desemprego foi

mais acentuado do que nas regiões onde as culturas são diversificadas.

Os principais conflitos trabalhistas são decorrentes da precarização do trabalho nas culturas da cana, laranja e eucalipto, e da superexploração do trabalho no corte de cana. No corte de cana, o pagamento proporcional à produção faz com que os cortadores de cana se esforcem além de seus limites físicos para ganhar mais, já que muitos só conseguem emprego nessa época do ano. As usinas exigem que cada trabalhador corte, em média, de 12 a 15 toneladas de cana por dia e a média salarial varia entre R\$ 600,00 e R\$ 950,00 por mês.

Entre 1971 e 2004, diminuiu em 700 mil o número de trabalhadores rurais

De acordo com o Boletim do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, cada cortador dá aproximadamente 30 golpes de facão por minuto em oito horas de trabalho. Esse esforço repetitivo feito com uma postura ruim de pessoas mal alimentadas, com poucas horas de sono e sem atendimento médico provoca doenças relacionadas ao trabalho e envelhecimento precoce, segundo os especialistas.

Além das más condições de trabalho, há outras irregularidades, como o aliciamento de empregados por “gatos” (contratadores de mão-de-obra a serviço das empresas), uma vez que todos são migrantes, principalmente do Maranhão, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Piauí, e de municípios do Vale do Jequitinhonha, no Estado de Minas Gerais – regiões com baixos índices de desenvolvimento humano. Há ainda que se considerar as péssimas condições de alojamento desses trabalhadores, obrigados a viverem amontoados em barracões insalubres, pensões e repúblicas.

Os principais conflitos ambientais provocados pelo setor agropecuário são decorrentes do avanço das monoculturas, que dificultam qualquer tentativa de se buscar um novo equilíbrio agroecológico. São também provocados pelo arcaico sistema de uso do fogo na colheita da cana-de-açúcar, pelo uso indiscriminado de agrotóxicos e adubos químicos e pelo desrespeito ao Código Florestal, ignorando-se a obrigatoriedade de regeneração das áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal.

Ameaças sanitárias

São Paulo possui o maior parque citrícola do mundo, hoje seriamente ameaçado com a evolução do greening em suas plantações. Identificada em 2004 na região de Araraquara, atualmente o greening é a doença mais temida entre os produtores de laranja por não possuir qualquer tipo de cura ou tratamento. A preocupação com a doença é agravada pela sua alta capacidade de disseminação e pela alta susceptibilidade de todas as variedades comerciais de laranjeiras.

O greening foi responsável pelo corte de mais de um milhão de pés de laranja na região de Ribeirão Preto nos primeiros seis meses de 2009. Este número representa mais da metade das plantas eliminadas por causa da doença em todo o Estado no primeiro semestre.

Todo o ônus da identificação e erradicação de plantas fica por conta do produtor, criando uma dificuldade extra para os pequenos produtores descapitalizados. Após muita mobilização, os produtores foram beneficiados com a possibilidade de subvenção ao prêmio do seguro citrícola, imprescindível para amenizar as perdas devido ao greening e cancro cítrico.

Desmonte da Secretaria

Os órgãos responsáveis pela execução das políticas agrícola e agrária do governo estadual são a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e

a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP.

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento teve um papel destacado no processo de modernização da agricultura, conhecido como Revolução Verde, há cerca de 40 anos. Este processo caracterizou-se pela intensificação do uso de insumos químicos (adubos e agrotóxicos) e pela aceleração da mecanização agrícola. A pesquisa passou a desenvolver este

Os recursos da Secretaria representam apenas 0,73% do Orçamento do Estado

pacote tecnológico com clones cada vez mais produtivos e dependentes desta tecnologia.

Cumprido este papel, a Secretaria de Agricultura enfrentou um processo de esvaziamento que culminou com o grande desmonte provocado pelos governos tucanos nos últimos 14 anos. Os Institutos de Pesquisa envelheceram, foram perdendo seus melhores profissionais e viram suas instalações e equipamentos se deteriorarem. O mesmo aconteceu com a Defesa Agropecuária e com a Assistência Técnica e Extensão Rural. Os concursos públicos feitos recentemente já não são atraentes, devido aos baixos salários, e não supriram as perdas de profissionais acumuladas durante anos.

O primeiro orçamento elaborado pelo governo Serra (2008), ao proporcionar um aumento de 27,6% para a Secretaria de Agricultura, criou a falsa impressão de que se pretendesse reverter esta situação. Mesmo assim as necessidades continuaram sendo muito maiores que as possibilidades oferecidas. Em 2009, o orçamento da Secretaria voltou aos níveis mais baixos do período Alckmin, com um índice de participação orçamentária de apenas 0,73% em relação ao total do Estado.

Atualmente a pesquisa tenta sobreviver prestando serviços ao agronegócio e o apoio à

agricultura familiar fica restrito a pequenas iniciativas dos profissionais mais comprometidos com esta causa, conforme pode ser verificado nas ações constantes do PPA – Plano Pluri Anual. A Assistência Técnica aos pequenos produtores passou a ser municipalizada, gerando maior precariedade devido aos poucos recursos repassados às prefeituras.

A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP é o órgão da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania responsável por implantar a Política Fundiária do Estado de São Paulo. Suas principais ações são vinculadas aos programas de Regularização Fundiária, Assentamento Fundiário e Desenvolvimento de Comunidades Tradicionais e Quilombolas.

Após um período de relativa expressão durante o primeiro mandato do governo Covas, quando atingiu o auge da arrecadação de terras devolutas no Pontal do Paranapanema,

o ITESP vem diminuindo sua intervenção nos assentamentos e subordinando-se às dificuldades de arrecadação de terras. Hoje os recursos destinados à infraestrutura dos assentamentos e aos programas de apoio à produção são quase simbólicos, decrescentes a cada ano.

Apesar da pequena recuperação apresentada no primeiro orçamento elaborado pelo governo Serra (2008), o seu crescimento de 8,2% em relação ao ano anterior não chegou a acompanhar o crescimento do Orçamento do Estado, que foi de 14,1%. Em 2009, apresentou uma redução nominal de 2% em relação ao ano anterior, voltando a cair mais ainda na proposta orçamentária de 2010, que ficou 12% menor que 2009.

O diálogo com os movimentos sociais também ficou prejudicado com a postura autoritária e a falta de transparência na atuação do órgão junto aos trabalhadores.



Sem lenço, sem memória, sem documento

O governo não colabora na promoção de atividades ou eventos e transfere para os municípios até a manutenção de museus

Os programas e as ações da Cultura no Estado concentram-se nos grandes municípios da Região Metropolitana de São Paulo, enquanto a maioria das cidades, por falta de apoio e estrutura, não consegue desenvolver atividades culturais para a população, com a finalidade de preservar a memória e as tradições culturais.

Os exíguos recursos para o apoio cultural aos municípios, desde o governo Alckmin, foram diminuindo ano após ano, até a sua exclusão no orçamento de 2007. Além disso, a Secretaria transfere a responsabilidade das ações culturais e dos acervos do Estado para os municípios, sem os correspondentes repasses financeiros.

O orçamento da Cultura para 2010, de R\$ 897 milhões, corresponde a 0,70% do Orçamento Geral do Estado. Deste valor, R\$ 223 milhões destinam-se à Fundação Padre Anchieta (Rádio e TV), que, mesmo recebendo este montante de recursos, praticamente tornou a TV Cultura uma rede privada, transferindo quase todos seus programas para organizações sociais e desvirtuando-a dos objetivos educativos.

A precariedade da área também transparece na pobreza da infraestrutura. Com efeito, apenas 20% dos municípios possuem teatros; cerca de 63% dos municípios não possuem centro de cultura; 11% possuem cinema. Já as escolas de samba estão presentes em 17% dos municípios, enquanto que em 19% das cidades paulistas existem grupos folclóricos. Há falta de bibliotecas públicas.

Além disso, não mais que 15% das cidades do Estado possuem algum órgão municipal voltado para a preservação do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e turístico.

Na Cultura, a parceria entre as organizações sociais e o Estado, para gerenciar equipamentos e prestar serviço público em forma de terceirização, esvaziou a Secretaria, na medida em que empresta boa parte de seus técnicos para essas entidades.

É o caso do Programa Cultura e Cidadania para Inclusão Social – Fábricas de Cultura, que tem por objetivo o acesso de crianças e adolescentes em estado de risco social da periferia do município de São Paulo a atividades artísticas e culturais.

Além dos repasses financeiros, a Secretaria da Cultura ainda tem a obrigação para com as entidades associadas de treinamento e orientação para contratação de arte-educadores que realizarão as atividades artístico-culturais na entidade associada e o fornecimento de microcomputador. A “Construção de Centros Fábricas de Cultura” tem financiamento do BIRD e está orçado em R\$ 80 milhões. A manutenção está estimada em R\$ 50 milhões.

As organizações sociais gerenciam: Centro de Estudos Musicais Tom Jobim, Conservatório de Tatuí, Projeto Guri, Oficinas Culturais, São Paulo Companhia de Dança e Fábricas de Cultura. A gestão é feita por meio de Associações dos Amigos do programa. Novos programas estão sendo incorporados às organizações sociais, como o Catavento, o Museu do Futebol, o Teatro de Danças e outros mais.

Uma das principais ações do governo, o “Projeto Guri”, pretende contemplar 45 mil crianças e jovens em 2010. Há restrições que devem ser consideradas para o aperfeiçoamento do projeto: faltam profissionais especializados e o orçamento do projeto, de R\$ 70 milhões, é administrado por uma organização social sem qualquer controle social.

A concentração de obras de restauro e revitalização está na capital, como o Teatro São Pedro, Memorial do Imigrante, Pinacoteca do Estado, Estação Júlio Prestes e Sala São Paulo. Com esta política, o futuro da Secretaria da Cultura será “administrar” uma rede de Organizações Sociais.

Recentemente, a administração transferiu o acervo dos museus do Estado, nos municípios, para as prefeituras, sem o devido repasse das verbas correspondentes. Assim, o ônus financeiro passa aos municípios.

A lei estadual de incentivo à Cultura restringiu a participação dos pequenos produtores culturais e do cidadão comum. Essa lei corresponde ao Programa de Ação Cultural, cujos recursos não têm ultrapassado R\$ 20 milhões. As grandes empresas e grupos econômicos, através de suas próprias ONGs, utilizam-se do sistema para abater o seu imposto de renda e investir em publicidade da imagem com baixo custo. O Programa de Ação Cultural foi implantado pelo governo como alternativa ao Fundo Estadual de Cultura, que aportaria recursos bem maiores.

TV educativa

A TV Cultura, que está se convertendo em empresa comercial, sem nenhuma transparência na gestão de verbas públicas, ainda sobrevive com poucos recursos. O orçamento para 2010 destinou R\$ 223 milhões para a Fundação Padre Anchieta. Desse valor, apenas R\$ 86 milhões (30% a menos que em 2009) serão alocados para produção e transmissão da TV Cultura, obrigando-a a complementar a arrecadação com publicidade comercial para garantir sua manutenção. Ressalvados alguns projetos da década passada, que resultaram em sucesso de público como o Castelo Rá-Tim-Bum,

Cocoricó e outros, que chegaram a ser premiados, a programação atual é baseada na repetição de antigos programas, com a qualidade comprometida pela falta de recursos e de planejamento. Por outro lado, foi criada a TV Rá-Tim-Bum como forma de captação de recursos para a TV Cultura, abrindo espaços para produções independentes.

O artigo 5º do Estatuto da Fundação Padre Anchieta estabelece que a Fundação não poderá ser utilizada para fins político-partidários, para a difusão de idéias ou fatos que incentivem recurso à violência, preconceitos de raça, classe ou religião e para publicidade comercial. No entanto, o parágrafo único diz que ficam ressalvadas a notícia de subsídios e doações e a possibilidade de receber recursos e veicular publicidade institucional de entidades de direito público e privado, a título de apoio cultural, quando do patrocínio de programas, eventos e projetos. Assim, a porta fica escancarada.

Nos municípios faltam bibliotecas, centros de cultura, teatros e museus

A abertura da TV Cultura como empresa comercial se intensifica a partir de 2006, quando os recursos públicos repassados para a emissora foram de R\$ 74,7 milhões, enquanto R\$ 36,2 milhões tiveram origem privada (patrocinadores e parceiros). As dotações orçamentárias da TV Cultura, ao longo dos últimos anos, foram: R\$ 101 milhões em 2007, R\$ 104 milhões em 2008, R\$ 118 milhões em 2009 e R\$ 86 milhões para 2010. À medida que os recursos do Tesouro recuam, a publicidade da empresa avança. A TV Cultura deixou de apresentar espaços e abrir perspectivas para que a população pudesse se integrar cada vez mais no processo cultural. Não há programas culturais inseridos nos planos pedagógicos da rede estadual de ensino, assim como em programas de ação complementar na escola.



Privatização sim, planejamento não

Os tucanos são mestres em cortar gastos sociais e queimar patrimônio público, mas desprezam ações de fomento e não têm visão de longo prazo

Três elementos orientam a política tucana de desenvolvimento: o ajuste fiscal, a redução do Estado e a falta de programas e ações voltadas especificamente para a promoção do desenvolvimento. O ajuste fiscal provocou completa paralisação dos investimentos por mais de 10 anos, reduziu os gastos nas áreas sociais, ocasionou forte desemprego e reduziu os salários dos trabalhadores do setor público, entre outros. A redução do Estado, com as privatizações e a transferência de serviços públicos ao mercado, enfraqueceu o Estado congelando o status quo em uma sociedade fortemente desigual.

A pretexto de não pactuar com a “guerra fiscal”, o governador Mário Covas decidiu não promover qualquer incentivo à atração de novos investimentos e, até mesmo, à manutenção dos empreendimentos já existentes no Estado. Paradoxalmente, decidiu limitar as compras em outros estados para as empresas que adotaram o sistema simplificado de cobrança de tributos no âmbito estadual. As medidas agravaram a guerra fiscal e levaram São Paulo a perder espaço para outros estados. Conforme dados divulgados pelo IBGE em novembro passado, São Paulo perdeu peso no PIB nacional entre 1995 e 2007. Em 1995 contribuía com 37,3% de toda a economia brasileira e, em 2007, esse índice caiu 3,4 pontos percentuais e ficou em 33,9%.

A economia paulista perdeu participação na indústria geral e em serviços. A indústria de transformação do Estado teve a maior perda (-4,3%)

dentre todas as 27 unidades da Federação. Segundo o IBGE, essa perda na indústria paulista ocorreu porque houve transferências de alguns setores industriais para outros estados, com a migração de algumas fábricas para perto da matéria-prima ou do consumidor final. Além disso, conforme avalia o Instituto, também influíram no processo alguns incentivos fiscais para investimentos industriais em outros estados. São Paulo liderou a queda da região Sudeste que, em 1995, participava com 59,1% da produção de riquezas no país e, em 2007, caiu para 56,4%.

**A fatia de São Paulo
no PIB nacional caiu
de 37,3% para 33,9%**

Os principais programas destinados à promoção do desenvolvimento do Estado de São Paulo estão a cargo das Secretarias de Desenvolvimento, Economia e Planejamento, e Fazenda. Os poucos programas ou instrumentos de promoção do desenvolvimento existentes não são articulados entre si e contam com dotações orçamentárias inexpressivas. Apenas como exemplo, os recursos totais destinados às Agências de Desenvolvimento Regional – (AGEM – Agência Metropolitana da Baixada Santista e AGEMCAMP – Agência Metropolitana de Campinas), importantes instrumentos de planejamento e desenvolvimento regional, são insignificantes. Em 2007, primeiro ano do governo Serra, receberam juntas apenas 0,009%

do Orçamento Geral do Estado. Em 2010, último ano de sua gestão, receberão apenas 0,008%, cerca de R\$ 10 milhões, quando o Orçamento chegará a R\$ 135 bilhões.

As principais ações destinadas à promoção do desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação no Estado estão a cargo do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), vinculado à Secretaria de Desenvolvimento, e da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo), vinculada à Secretaria de Ensino Superior. O IPT, atualmente, tem suas pesquisas voltadas, em sua maior parte, ao setor privado. Seu orçamento, de apenas 0,12% em 2007, sofrerá redução passando para 0,11% do Orçamento do Estado em 2010. Os programas e ações da FAPESP se resumem a concessão de bolsas de estudos, auxílio à pesquisa e financiamentos de projetos de interesse privado, especialmente do setor industrial. O orçamento da Fundação correspondeu a 0,68% em 2007, primeiro ano do governo Serra, e corresponderá a 0,58% em 2010, último ano do governo atual. Mesmo depois de ter aprovado lei para aumentar os recursos e as fontes de financiamento do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCET, em 2009, destinado ao financiamento de projetos de inovação da indústria paulista, o governo estadual não está prevendo destinação de recursos para 2010.

Os recursos repassados para o Banco do Povo, a cargo das secretarias da Fazenda e Emprego e Relações do Trabalho, a principal fonte de financiamento para as iniciativas de empreendedorismo, estão congelados há vários anos. Os recursos para concessão de empréstimos de pequeno valor serão reduzidos em cerca de 50% de 2007 para 2010, relativamente ao Orçamento do Estado.

As principais ações de fomento ao desenvolvimento socioeconômico do Estado – a equalização de taxas de juros financeiros para microempresa; o repasse de recursos ao Fides – Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Social, ao Fidec – Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico, ao Fundo de Aval e ao Funac – Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo – não vêm sendo contempladas no Orçamento estadual.

Contemplada com R\$ 800 milhões no Orçamento de 2009, a Agência de Fomento do Estado de São Paulo (AFESP), criada em 2001 e atualmente chamada de Nossa Caixa Desenvolvimento – Agência de Fomento do Estado de São Paulo, recebeu até novembro de 2009 apenas pouco mais de R\$ 200 milhões. Para 2010, sofrerá drástica redução de recursos orçamentários, da ordem de 48.5%, com apenas R\$ 428 milhões estimados. A Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade – Investe São Paulo, criada em 2008, até agora não saiu do papel.

O Banco do Povo está com recursos congelados há vários anos

No início de 2007, o Banco Nossa Caixa desembolsou ao Estado R\$ 2 bilhões pelo direito de exclusividade para pagamento dos salários dos funcionários públicos estaduais. A exclusividade pelos serviços já ocorria havia quase 15 anos, desde a privatização do Banespa, por força de determinação constitucional que obrigava a administração pública a operar suas finanças exclusivamente com bancos oficiais. A transação provocou desequilíbrio nas finanças da Nossa Caixa que passou a registrar prejuízos sucessivos, até ser vendida ao Banco do Brasil no princípio de 2009, deixando São Paulo sem seu último instrumento de fomento.

Descaso com o turismo

O Estado de São Paulo tem cerca de 300 municípios com potencial turístico (incluindo as 67 estâncias), abriga 35% do empresariado do setor e é responsável por 41% do faturamento do turismo nacional, segundo o IBGE. A capital é hoje o principal centro econômico e de negócios e o primeiro destino turístico do Brasil, sendo que o Estado lidera entre todas as unidades da Federação em receita bruta, pessoal ocupado e salários e remunerações no setor. Conforme estudo realizado pelo IBGE, o turismo de negócios e eventos representa mais da metade das

receitas de todo o setor, concentrando em São Paulo o maior potencial de desenvolvimento.

Apesar disso, o Estado nunca teve um órgão responsável em formular e promover políticas para o desenvolvimento do turismo. Em 2002, às vésperas da eleição presidencial, o governador Geraldo Alckmin criou uma Secretaria de Turismo. Porém, já no princípio de 2003, primeiro ano do seu novo governo, a Secretaria foi extinta e o setor constituiu apenas um departamento da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo. Permaneceu assim até 2005.

Em 2005, já com vistas à eleição de 2006, Alckmin novamente criou a Secretaria de Turismo. Outra vez, durou pouco. Logo no seu primeiro dia, o governador José Serra simplesmente extinguiu a Secretaria de Turismo. Mais tarde, através de Decreto de 9 de fevereiro de 2007, atribuiu à Secretaria de Esportes e Lazer a competência para cuidar do setor, denominando-a Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo.

Os principais instrumentos para execução da política de turismo, o Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias e o Fundo de Melhoria das Estâncias, ficaram vinculados à Secretaria de Economia e Planejamento, que não se dedica a cuidar de políticas para o setor.

Os recursos do Fundo de Melhoria das

Estâncias, principal fonte de financiamento do desenvolvimento do setor no interior, têm sido anualmente contingenciados, como foram em 2009, e os valores aprovados para os orçamentos anuais não vêm sendo devidamente repassados para o desenvolvimento dos programas e para melhoria da infraestrutura dos municípios. Ainda, vêm sendo gradualmente reduzidos. Em 2007, representaram apenas 0,16% (R\$ 142 milhões) do Orçamento Geral do Estado e, para 2010 estão estimados apenas 0,15% (R\$ 205 milhões).

De acordo com as leis orçamentárias, pouco mais de 0,012% do Orçamento previsto para 2007 foram destinados para programas voltados diretamente ao desenvolvimento do turismo. Para 2010 estão previstos menos que 0,010% para os programas sob responsabilidade da Coordenadoria de Turismo e da Estrada de Ferro Campos do Jordão, ambas vinculadas à Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo.

Em julho de 2009, o governo do Estado criou a Companhia Paulista de Eventos e Turismo - CPETUR, com a finalidade de planejar, fomentar, desenvolver, coordenar e fiscalizar as ações institucionais nas áreas de turismo, eventos, recreação e lazer, de interesse do Estado e seus Municípios. Até agora a CPETUR não saiu do papel e não há recursos previstos para sua implantação no orçamento para o ano de 2010.

Investimentos dependem da União

Diferentemente do governo FHC, o governo Lula tem autorizado os estados a contraírem novos empréstimos para execução de projetos e investimentos necessários ao desenvolvimento.

Assim é que São Paulo recebeu mais recursos para investimentos do que em qualquer outra época. Além dos empréstimos feitos diretamente pelo BNDES e pela CEF, que já somam mais de R\$ 2,7 bilhões, o governo Federal é o avalista junto ao BID, ao BIRD e ao JBIC em empréstimos que somam mais de R\$ 11 bilhões. Os empréstimos autorizados pelo presidente Lula para São Paulo já somam quase de R\$ 14 bilhões.

Dos empréstimos autorizados pelo governo Lula, mais de R\$ 7,7 bilhões serão para obras do Programa “Expansão São Paulo”, para ampliação e melhoria do transporte metroviário e ferroviário na Região Metropolitana, a cargo do Metrô e da CPTM. Outros R\$ 1,4 bilhão irão para melhoria das estradas, sendo cerca de R\$ 720 milhões para melhoria das rodovias e mais R\$ 660 milhões para obras e melhorias das estradas vicinais.

Quase R\$ 2,8 bilhões serão aplicados em obras de saneamento básico da Sabesp, R\$ 835 milhões para obras de recuperação ambiental e outros R\$ 320 milhões para obras de combate a

enchentes. Além desses recursos, mais R\$ 240 milhões serão aplicados para construção de novos presídios, cerca de R\$ 183 milhões para construção do Complexo Cultural do Teatro da Dança de São Paulo e outros R\$ 274 milhões serão aplicados em projetos de modernização fiscal.

Muitos dos projetos agora em andamento estavam parados há quase 20 anos por falta de recursos e foram adiados sucessivamente pelos governos do PSDB.

Substituição tributária

A melhoria do cenário econômico nacional e o aumento da arrecadação de impostos pelo Estado de São Paulo obtido pelo regime de substituição tributária (que está penalizando sobretudo as microempresas e pequenas empresas) possibilitaram ao governo estadual obter substancial aumento de receita no período até 2008 e se repetiu em 2009, porém em menor escala.

Sistema que afeta a livre concorrência e as promoções

Embora a substituição tributária facilite a fiscalização e a arrecadação, da maneira como vem sendo praticada pelo Estado, distorce a estrutura de preços de mercado e afeta os mecanismos de concorrência. É que, para calcular o tributo substituído, o governo recorre às margens médias de valor agregado em cada elo da cadeia de comercialização, eliminando eventuais diferenças de preços produzidas pela concorrência dos comerciantes.

Outro aspecto negativo é o fato de a substituição tributária anular os benefícios do ICMS das microempresas e pequenas empresas optantes do Super Simples, pois, como o imposto é cobrado integralmente na saída do produto da indústria, as empresas substituídas – grandes ou pequenas – sofrem idêntica carga tributária.

A substituição tributária também pode provocar inflação, atingindo o consumidor final, uma vez que no momento em que a indústria recolhe um valor maior de ICMS, referente a toda a cadeia de comercialização, acaba elevando os preços, que serão repassados para os elos subsequentes, chegando até a população.

Antecipação de receita

Na sequência das privatizações, das concessões onerosas, das terceirizações e da venda da Nossa Caixa, o governador José Serra pôs à venda os direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários objetos de parcelamentos administrativos ou judiciais, além de transferir para empresas privadas os direitos de cobrar e receber impostos, típicos e exclusivos do Estado. Serra está, de fato, realizando uma operação de antecipação de receita, comprometendo a arrecadação dos governos futuros.

Estima-se que essas receitas possam alcançar R\$ 10 bilhões, que seriam recebidos pelos governos que virão a partir de 2011, com juros, multas e demais acréscimos judiciais. Com a venda dos créditos, Serra irá receber antecipadamente estas receitas. A empresa que comprar os créditos pagará um valor mais baixo – deságio – ao governo estadual para depois receber os valores integrais que já foram determinados por decisões judiciais. Segundo estimativas do próprio governo estadual, já para o ano de 2010 deverá ser arrecadado cerca de R\$ 1 bilhão com a venda destes créditos.

A venda destes créditos na forma idealizada suscita outra questão. Os créditos oriundos de impostos devem ser classificados como Receita Tributária. Parte dos recursos provenientes das receitas tributárias deve ser obrigatoriamente aplicada na educação e na saúde e, outra parte, ser transferida aos municípios. No entanto, os direitos creditórios originários de créditos tributários foram classificados como Receitas Correntes. Não há informações precisas de quanto representam esses valores. Porém, a maior parte desses direitos deve ser originária de créditos tributários.

Tucanos comprometem arrecadação futura

Considerados os recursos dos empréstimos autorizados pelo governo Federal, da venda da folha de pagamento dos servidores públicos do Estado para o Banco Nossa Caixa, das concessões onerosas do Rodoanel e da segunda etapa do Programa de Concessões de Rodovias, do crescimento da

arrecadação de impostos, da venda da Nossa Caixa para o Banco do Brasil, e da venda dos créditos tributários, o governo do Estado de São Paulo deverá alavancar quase de R\$ 32 bilhões no período 2007-2010 para investimento, conforme podemos ver no quadro que segue.

Receitas Extraordinárias do Estado de São Paulo

Fonte	Valor* em R\$
Total de Receitas Extraordinárias	31.639.166.657
Empréstimos autorizados pelo Governo Federal junto a instituições internacionais	11.051.166.657
Empréstimos autorizados pelo Governo Federal junto ao BNDES e a CEF	2.704.000.000
Alienação de Folha de Pagamento dos Servidores Públicos Estaduais ao Banco Nossa Caixa	2.000.000.000
Venda do Banco Nossa Caixa ao Banco do Brasil	5.386.000.000
Concessão onerosa do trecho Oeste do Rodoanel	2.000.000.000
Concessão onerosa da 2ª Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias	3.498.000.000
Cessão onerosa de direitos creditórios de créditos tributários e não-tributários**	1.000.000.000
Crescimento da arrecadação de impostos decorrente da substituição tributária***	4.000.000.000
Total	31.639.166.657

*Valor Atualizado

Banco Central do Brasil: <http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/Resultado.asp?idpai=convmoeda>

Data cotação utilizada: 21/08/2009

Taxa: 1,8289 REAL/BRASIL (790) = 1 DOLAR-DOS-EUA (220)

** Valor estimado pelo Governo do Estado de São Paulo para o ano de 2010

*** Crescimento da arrecadação de impostos prevista pelo Governo do Estado de São Paulo para o período 2007-2010

Elaboração: Assessoria Técnica da Liderança do Partido dos Trabalhadores - PT

Do fundamental à universidade, descaso total

Analfabetismo e a desvalorização do magistério são os indicadores, mais chocantes, da falta de uma política competente

Atualmente, três secretarias são responsáveis pelo ensino no Estado. Essa divisão compromete a articulação de um sistema integrado do ensino, fragmentando o processo educacional.

A Secretaria de Educação coordena o Ensino Básico, mas, em razão da competência definida na Constituição, administra parte do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. A Secretaria de Desenvolvimento é responsável pelas escolas técnicas e tecnológicas, através do Centro Paula Souza. Já a Secretaria de Ensino Superior, criada no governo Serra, é a gestora das universidades públicas paulistas e das faculdades isoladas.

Além da fragmentação, trocas frequentes de secretários ditadas ora por divergências internas nos governos ora por reações da sociedade, também, são responsáveis pelos péssimos resultados na área - embora a política educacional permaneça a mesma.

Má qualidade do ensino

A população do Estado de São Paulo foi estimada em 2008 em 40.624.140 pessoas. A população de zero a 14 anos representa 22% do cômputo geral. São 8,8 milhões crianças e adolescentes.

O ensino básico compreende creche, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

As creches e a Educação Infantil são de responsabilidade exclusiva dos municípios.

O Ensino Fundamental é responsabilidade compartilhada entre Estado e município, já o Ensino Médio é exclusivo do Estado.

A rede pública estadual do Ensino Básico é composta por 5.735 escolas, 4,2 milhões de alunos, 232.252 profissionais da educação. Os professores aposentados somam 124.454.

Estado e municípios em São Paulo atingiram somente 35% do atendimento do Ensino Fundamental de nove anos. A legislação federal prevê o completo atendimento até 2010.

O número de escolas estaduais vem diminuindo gradualmente. Em 1996, eram 6.437 unidades do Ensino Fundamental, baixando para 6.132 em 2000. Hoje, totalizam 5.735. Em contrapartida, o número de escolas municipais cresceu de 730 em 1996 para 3.613 em 2000. O principal fator da alteração foi o intenso processo de municipalização realizado no Estado. Uma das medidas adotadas pelo Executivo, nesse período, foi o processo de reorganização da rede, separando as séries iniciais de 1ª à 4ª das séries de 5ª a 8ª. Isso afetou a vida das famílias cujos filhos frequentavam a mesma escola, dificultou a locomoção de muitos alunos que tiveram que se matricular em unidades mais distantes de suas casas e desencadeou uma série de reações contrárias dos pais. Nesse período, várias escolas foram fechadas sob a alegação de falta de demanda, enquanto muitas outras apresentavam superlotação - um dos principais fatores de evasão e abandono, além de contribuir para a queda na qualidade de ensino.

O processo continuou. Até 2004 eram 499 convênios de municipalização e o número de cidades com rede municipal totalizava 556.

A implantação compulsória do regime de progressão continuada, outra política pedagógica desenvolvida pelos tucanos sem seguir os ciclos de desenvolvimento do educando, constituiu-se um regime de “promoção automática”: a avaliação dos alunos em ciclos de quatro em quatro anos para o ensino fundamental. A melhoria da qualidade de ensino reduziu-se aos aspectos quantitativos: número de evasão e repetência. Medidas como classes de aceleração, instituição de apenas dois ciclos no Ensino Fundamental e recuperação de férias apenas objetivam corrigir o fluxo escolar, procurando recolocar os alunos na série correspondente à idade reduzindo os custos despendidos com educação. Foi a época do “é proibido reprovar” - orientação não explícita, mas sutilmente exigida pela Secretaria da Educação.

A insuficiência de bibliotecas, laboratórios, TV, vídeos e recursos didáticos modernos, como computadores, também prejudica gravemente o suporte às aulas, ao reforço e à recuperação. Somente 15% das escolas possuem bibliotecas e 23% possuem laboratórios de ciências. (MEC Censo 2006)

Analfabetismo funcional

Apesar do atendimento do Ensino Fundamental alcançar o percentual de 97%, dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios de 2008) informam que o número de crianças de oito a nove anos que não sabem ler nem escrever subiu de 56 mil em 2007 para 79 mil em 2008 ; e na faixa etária de 10 a 14 anos aumentou de 29 mil para 51 mil no Estado de São Paulo.

A taxa de analfabetismo em 2009 de jovens com mais de 15 anos registrou 4,7% e a de analfabetismo funcional, 13,8%, em 2009.

Muitos jovens chegam a concluir o Ensino Fundamental público como analfabetos funcionais. É considerada analfabeta funcional a pessoa que, mesmo sabendo ler e escrever, não tem as habilidades de leitura, de escrita e de cálculo necessárias para viabilizar seu desenvolvimento pessoal e profissional.

No Ensino Médio, o percentual de jovens que não estudam é bastante alto: 13,2% estão fora da escola. A população de 15 a 17 anos compreende 1.979.269 adolescentes em idade escolar. As matrículas no Ensino Médio correspondem a 1.738.958 alunos, representando 87,86% a taxa de escolarização. São 240.311 adolescentes que não frequentam a escola nessa modalidade de ensino.

No Ensino Fundamental, a aprovação representa cerca de 92,6% dos alunos; a taxa de reprovação totaliza 6,5%; e o abandono está em torno de 0,9%.

Já no Ensino Médio, o índice de aprovação é de 79,8%; o de reprovação 15%; e de abandono 5,2%, o que indica que parcela significativa de nossos jovens não completa essa etapa conclusiva do Ensino Básico. (Fonte – MEC INEP – 2007)

Dando suporte às políticas para o Ensino Fundamental, o governo Federal aprovou o FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (1996), determinando um percentual específico de vínculo obrigatório de impostos destinado a esse fundo.

No governo Lula, o FUNDEF foi substituído pelo FUNDEB, que redefiniu o financiamento da educação, abrangendo todo o Ensino Básico – Educação Infantil, Fundamental e Médio.

População fora da Escola	Matrículas por Turma no Ensino Médio	Déficit de Turmas	Matrículas por Escola no Ensino Médio	Déficit de Escolas
240.311	36,63	6.560	406	591,20

Fonte MEC INEP - Censo Escolar 2009

Como nova forma de financiamento, o FUNDEB propicia o atendimento não só do Ensino Fundamental, como seu antecessor, o FUNDEF, mas garante Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio a crianças e adolescentes, inclusive àqueles que não tiveram acesso à educação em idade escolar.

O Fundo terá vigência de 14 anos e sua implantação foi realizada em três anos, num processo gradativo.

O FUNDEB atinge 20% das receitas de impostos e transferências dos estados e municípios (cerca de R\$ 51 bilhões) e de uma parte de complementação do governo Federal (cerca de R\$ 5 bilhões). Com isso, 48 milhões de alunos são atendidos na Educação Básica.

Tão importante quanto o aumento de recursos e o atendimento a todo o Ensino Básico é a garantia de um piso salarial aprovado para os profissionais da Educação, o que inclui professores e funcionários das escolas.

O quadro abaixo explicita como a educação foi definitivamente contemplada com o novo processo de financiamento.

Resultado pífio

Sistema de avaliação de desempenho dos alunos, próprio da rede estadual de ensino do Estado, o SARESP avalia a 2ª, 4ª, 6ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio. A pontuação é estabelecida numa escala de 100 a 450.

Em 2008, a pontuação em Português teve queda na avaliação da 4ª, 6ª e 8ª séries do Ensino Fundamental. Mesmo com alterações crescentes, os resultados estão distantes do topo da meta.

O Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, criado em 1998, é uma prova de avaliação de desempenho dos alunos do Ensino Médio, organizada e realizada pelo governo Federal, de adesão espontânea. As questões apresentadas reportam-se ao ensinado na Educação Básica e buscam avaliar compreensão, domínio e assimilação. O resultado é expresso numa escala de zero a 100. É composto por uma redação e por perguntas em forma de teste.

Foram 847.746 alunos da rede pública e 163.600 da rede privada que se submeteram à prova em 2007; e, dos 2.920.589 estudantes que fizeram a prova em 2008, 69,3% eram oriundos da escola pública.

FUNDEF	FUNDEB
OBJETIVOS	
Universalizar a Educação Fundamental	Universalizar a Educação Básica: Creche, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio
Valorizar o Magistério da Educação Fundamental	Valorizar os profissionais da Educação
Melhorar a qualidade do Ensino Fundamental	Melhorar a qualidade da Educação Básica
IMPOSTOS	
15% da receita de impostos e transferências federais	20% da receita de impostos e transferências federais
ATENDIMENTO	
30,2 milhões no Ensino Fundamental	48,1 milhões na Educação Básica

São Paulo continua apresentando, no ensino público estadual, resultados incompatíveis com sua importância econômica e sua posição de maior Estado da Federação. Em 2008, na prova objetiva obteve a média de 44,86, abaixo do Rio Grande do Sul (45,06) e pouco acima do Rio de Janeiro (44,05). Em redação, o desempenho de São Paulo foi pior que de outros estados. A média ficou em 59,70, abaixo de Minas Gerais (60,33), Espírito Santo (60,60), Rio de Janeiro (60,30), Santa Catarina (60,41), Rio Grande do Sul (62,57) e Distrito Federal (60,12) (Fonte MEC – INEP). E, mesmo com alguma melhora em relação ao ano anterior, os resultados estão ainda bem aquém dos limites máximos da avaliação.

O detalhamento do desempenho no ENEM pode ser visto em www.ptalesp.org.br.

Magistério desvalorizado

Salário, jornada de trabalho e fixação do professor na escola são condições fundamentais que interferem na qualidade de ensino.

A política salarial de arrocho levada a cabo no Estado se manifesta na redução da folha de pagamento e concessão de bônus e gratificações, em vez de aumentos salariais reais.

O salário base inicial para jornada de 30 horas semanais do professor de Educação Básica I (Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série) é de R\$ 981,88 e do professor de Ensino Básico II (Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série e Ensino Médio) é de R\$ 1.136,63. Com as gratificações, vai para R\$ 1.198,16 para o PEB I, e R\$ 1.376,13 para o PEB II.

O governo Serra instituiu a Bonificação por Resultado – BR, pago proporcionalmente ao percentual de metas atingidas, previamente fixadas.

Há muito tempo os profissionais da educação repudiam a política de concessão de bônus, que prejudica a evolução dos salários, não contempla os aposentados e tem contribuído para a redução do poder aquisitivo dos professores e funcionários de escola. Esses têm se manifestado também contra a chamada política da meritocracia, que, a pretexto de corretamente valorizar a dedicação e evolução profissional individual, acaba por distorcer um trabalho coletivo e social, como é a função de educar. São dois conceitos – bônus e mérito – que têm recebido a crítica das entidades representativas do setor e têm levado às mobilizações da categoria. Esta política, aplicada há 12 anos, reduz gastos, pois não é incorporada aos benefícios existentes para a categoria, não contempla os aposentados e retribui apenas a alguns.

Avaliação de Desempenho		
Português	2007	2008
4ª série - Ensino Fundamental	196,8	180,0
6ª série - Ensino Fundamental	210,4	206,0
8ª série - Ensino Fundamental	242,6	231,7
3º ano - Ensino Médio	263,2	272,5
Matemática	2007	2008
4ª série - Ensino Fundamental	182,5	190,5
6ª série - Ensino Fundamental	194,1	209,1
8ª série - Ensino Fundamental	231,5	245,7
3º ano - Ensino Médio	263,7	273,8

A pontuação é estabelecida numa escala de 100 a 450

Condições salariais

O governo atual criou também o Sistema de Promoção da Carreira por meio de provas com notas mínimas para aprovação, limitando o aproveitamento a até 20% daqueles que se submeterem à avaliação. Instituiu novas jornadas de trabalho (de 40 e 20 horas/aulas semanais) e criou a Escola de Formação de Professores. Para o concurso de ingresso exigiu participação e aprovação em curso de formação.

É mais uma tentativa de resposta à categoria insatisfeita com suas condições de trabalho e salário. Com efeito, análise realizada pelo Dieese/Apeoesp (Boletim de Conjuntura nº 8) revela a perda do poder aquisitivo dos profissionais da Educação e a redução constante da participação do orçamento da Educação no Orçamento do Estado.

Em 2002, o percentual da educação era de 15,1%; para pessoal e encargos, 12,7% eram empregados. Em 2004, ainda que tenha aumentado um pouco o percentual geral, no gasto com pessoal e encargos houve redução: 11,1%. Em 2009, a baixa foi significativa: coube à educação 13,1% do Orçamento do Estado e para pessoal e encargos, 9,2% .

Os reajustes do período foram: em maio de 2002 de 5%; em 2004 de 13,38%; em setembro de 2005 de 15% e em julho de 2008 de 5%. A inflação do período atingiu 107,71% (Dieese). Os reajustes da categoria ficaram em 60,97%, sem as gratificações. Assim, para recuperar o poder aquisitivo de 1998 (ano da aprovação do Plano de Carreira do Magistério - LC 836/97) os salários do magistério teriam de receber reajuste de 27,5% em fevereiro de 2009.

Em julho de 2009, os professores totalizavam 240.333, sendo 46,4% os Ocupantes de Função Atividade (OFAs). Os aposentados cresceram 32 mil de 1998 a 2008 e, em julho 2009, chegavam a 125.873 .

Professores temporários

Os professores chamados temporários, por não possuírem um cargo definido, eram 108.441, em um universo de 238.252, em abril de 2009.

Submetidos à rotatividade nas escolas para compor a jornada de trabalho, são muitas vezes obrigados a assumir aulas em várias e diferentes escolas em locais distantes, com prejuízo para a qualidade de ensino.

Recentemente, frente à mobilização da categoria, o governo estabilizou-os e definiu uma jornada de trabalho mínima para garantir sua permanência na rede. Também aprovou a criação de cargos e a realização de concurso público.

É justamente a ausência de concursos que cria na rede a admissão de profissionais sem estabilidade, com contratos de trabalho precários e não fixados a uma escola.

Nos últimos anos, os recursos para a manutenção e expansão da rede vêm diminuindo em relação à participação no Orçamento, o que atinge diretamente o percentual destinado aos vencimentos do magistério, conforme quadro na sequência.

Essa redução tem responsabilidade na situação física precária das escolas, na ausência de investimentos e no arrocho salarial a que estão submetidos os professores.

Escolas sem recursos

O Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” foi criado em 6/10/1969 e transformado em autarquia de regime especial associada e vinculada à Unesp – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” em 1976. É hoje a instituição pública responsável pela oferta da Educação Profissional e Tecnológica do Estado, através das Escolas Técnicas Estaduais – ETEs e das Faculdades de Tecnologia – FATECs.

De sua criação até 1980, o CEETEPS contava com apenas duas FATECS – São Paulo e Sorocaba. Em 1980, foram incorporadas à sua estrutura seis Escolas Técnicas Industriais, mantidas anteriormente mediante convênios entre Estado, prefeituras e União.

Em 1982, mais Escolas Técnicas, desta vez oriundas da Secretaria da Educação, foram transferidas e também incorporadas ao CEETEPS.

No período compreendido entre 1986 a 1992, foram criadas cinco novas FATECs e duas novas ETES.

No final de 1993, foram integradas ao Centro Paula Souza 82 Escolas Técnicas – 47 industriais e 35 agrícolas – transferidas da Divisão do Ensino Técnico Estadual da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Em 1994, foram criadas mais duas FATECs e três ETES.

O processo de expansão acelerou-se nos últimos dois anos totalizando hoje 49 FATECs e 167 ETES e as solicitações para sua criação continuam no mesmo ritmo. Para 2010, estão programadas mais três FATECs.

O governo de São Paulo anunciou a implantação

de cursos profissionalizantes no 3º ano do Ensino Médio, que seria reduzido para dois anos. No último ano, o aluno poderia optar pela profissionalização ou para reforço para tentar ingressar na universidade.

Por sua vez, o orçamento do Centro Paula Souza vem sofrendo redução significativa para o Ensino Técnico. Com a ampliação das unidades e a criação de novas escolas, essa redução pode significar o comprometimento da qualidade das escolas.

Em 14 anos (de 1994 a 2008), o governo de São Paulo criou 58 novas Escolas Técnicas e 38 FATECs. O governo Federal, até 2010, criou 214 novas escolas técnicas que somadas às 140 existentes totalizarão 354 unidades escolares federais em todo o Brasil, ampliando a oferta em 152% .

Falta de metas para o Ensino Superior

Há pouco mais de um ano de sua criação, a Secretaria de Ensino Superior não apresenta modificação significativa nos programas e metas que possam indicar ampliação de acesso de nossos jovens às universidades. Com redução drástica em investimentos, mantendo os quase eternos 9,57% do ICMS (quota parte do Estado para manutenção e ampliação do Ensino Superior), o governo do Estado não faz da universidade um centro de atenções. A novidade é o anúncio da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), incorporada ao Orçamento, mas ainda não criada.

O constante corte nos investimentos e nos orçamentos vem ao encontro da limitação da ampliação de vagas. No programa Ensino Superior - Expansão do Ensino Público Superior, o número de vagas é medíocre: 240 como meta de quatro anos, e no Desenvolvimento do Ensino Superior - Expansão e Inclusão no Ensino Superior as novas vagas de graduação somam 5.600, total que não corresponde à existência de três universidades e faculdades públicas. Para 2010, o Orçamento coloca como meta a ampliação de 850 vagas na graduação.

Bem mais ambiciosa, com certeza mais barata,

Orçamento estadual e da Secretaria

Ano	Orçamento Total	Orçamento Participação	
		Total - Educação	Pessoal e Encargos
2002	46.831.098.893	16,06%	13,47%
2003	49.713.197.689	16,66%	12,71%
2004	54.618.432.678	17,54%	12,63%
2005	62.218.657.168	15,82%	11,92%
2006	81.292.048.395	14,29%	10,55%
2007	84.986.001.490	14,12%	10,40%
2008	96.873.844.780	13,89%	10,12%

Fonte: LOA 1996-2008

Elaboração: DIEESE - Subseção Apeoesp/Cepes

mas também de resultados mais problematizados, é a meta para a Universidade Virtual: 55 mil alunos matriculados ao final do período.

Enquanto São Paulo restringe suas vagas nas universidades públicas, o governo Federal investe na ampliação e aumento das oportunidades de acesso de jovens ao Ensino Superior. Nos últimos seis anos, as universidades públicas federais dobraram o número de vagas, de 113 mil para 228 mil. Foram criadas 12 novas universidades e inúmeros campi

em todo o país. Em 2003, São Paulo contava com duas unidades escolas federais de Ensino Superior: a Universidade Federal de São Carlos e a Escola Paulista de Medicina. Atualmente, o Estado já conta com universidades federais em Guarulhos, Baixada Santista, Sorocaba, ABC, Osasco estando para serem aprovadas no Congresso Nacional mais quatro. Com isso, o governo Lula terá criado 16 novas universidades federais. Além disso, foram abertas mais 135 extensões universitárias.

Estrutura das secretarias

A Secretaria da Educação (Ensino Básico) tem uma estrutura descentralizada através das Diretorias de Ensino Regionais com atribuições administrativas e educacionais. A orientação pedagógica é elaborada no CENP (Centro de Estudos e Normas Pedagógicas). A Secretaria conta também com a Fundação para o Desenvolvimento do Ensino (FDE), órgão com atribuições de gerenciar programas, projetos e ações. É responsável, ainda, pela confecção de material institucional e capacitação dos profissionais da área. Mas sua principal função é a coordenação das construções, reformas e adequação dos prédios escolares. Em razão dessas atribuições, é o órgão principal na elaboração e realização de contratos, muitas vezes sem processo licitatório, o que vem acarretando ações do Ministério Público, como foi o caso do contrato celebrado com a Editora

Abril, sem licitação, no valor de R\$ 3,74 milhões para a compra de 220.000 assinaturas da revista “Nova Escola”

A Secretaria de Ensino Superior, criada no governo Serra em 2007, é responsável pela elaboração das diretrizes para o Ensino Superior e tem como um de seus órgãos principais o CRUESP (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais do Estado de São Paulo).

Um questionamento constante dirigido às universidades é o autoritarismo em suas relações internas e com a sociedade. Não há órgão que estabeleça os vínculos da produção universitária com os problemas enfrentados pela população.

A Secretaria de Desenvolvimento gerencia o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), a quem cabe gerir as escolas técnicas e tecnológicas do Estado.



Desinteresse é a regra do jogo

Com apenas 0,1% do Orçamento destinado ao setor, nosso Estado corre o risco de fazer papelão nas Olimpíadas de 2014

A falta de investimento e de políticas públicas para o Esporte e Lazer tem relegado a participação da juventude, da terceira idade e das pessoas com deficiência em programas e ações da administração pública estadual. O orçamento da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo, nos últimos anos, variou entre R\$ 70 e R\$ 130 milhões, o equivalente a 0,1% do Orçamento do Estado, o menor entre todas as Secretarias. Mesmo assim, no Orçamento de 2009, o governo só liberou, até dezembro, 60% dos valores orçados. A Conferência Nacional de Esporte sinalizou a proposta de 1% do orçamento para o Esporte e Lazer nos estados e municípios.

Talvez uma das únicas ações da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo que apresenta algum significado social no atendimento aos municípios e entidades esportivas do Estado de São Paulo é o “Esporte Social”, anunciado pelo governo Serra como projeto prioritário. No entanto, o Orçamento do Estado para 2010 reduziu em 50% seus recursos em relação a 2009.

Não há recursos para o Esporte Educacional e o programa Escola da Família, da Secretaria da Educação, não preenche esta lacuna.

A estrutura organizacional da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo abrange oito Regiões Esportivas, com 14 Delegacias Regionais e 53 Inspetorias Regionais. Na prática, a estrutura de recursos humanos é muito precária, a ponto de uma Inspetoria Regional não ter mais do que um técnico desportivo e mal remunerado. A divisão

administrativa não corresponde à demanda dos municípios, seja pela insuficiência de funcionários, seja pelos limitados recursos financeiros. Os equipamentos da Secretaria correspondem ao Parque da Juventude, a Vila Olímpica Mário Covas (na Rodovia Raposo Tavares), o Conjunto Esportivo Baby Barioni (na Água Branca) e o Centro Esportivo Vaz Guimarães (Ibirapuera), todos na capital, privilegiando apenas a metrópole.

As ações da Secretaria estão voltadas para a realização de campeonatos, entre eles os jogos, como Jogos Abertos do Interior, Jogos Regionais, Jogos Abertos da Juventude.

Os recursos para a Secretaria equivalem a apenas 0,1% do Orçamento estadual

Do Orçamento para 2010, no valor de R\$ 130 milhões, R\$ 97,7 milhões provêm do Tesouro do Estado, R\$ 6,9 milhões são do Fundo Especial de Despesa, e o governo Federal entra com R\$ 25,4 milhões, correspondendo a 24,8% do total. Do orçamento total para 2010, o montante para a área de Esporte e Lazer corresponde a R\$ 117 milhões e os R\$ 13 milhões restantes são destinados ao Turismo.

A administração geral da Secretaria consome R\$ 68 milhões. Somando-se a isso os R\$ 13 milhões para as ações de Turismo e R\$ 19 milhões para os Jogos Regionais e os Jogos Abertos do Interior, sobram apenas R\$ 30 milhões para atender aos 645 municípios do Estado de São Paulo.

A Escola que deveria ser da família

Alocado na Secretaria de Educação, o programa Escola da Família tem apresentado um orçamento entre R\$ 150 milhões e R\$ 200 milhões nos últimos anos, valor que sempre supera todo o orçamento da Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo.

Um programa que deveria ser exemplo de integração da escola com a comunidade, a partir de um projeto educacional, constituiu-se de um ato de simples abertura das escolas estaduais nos finais de semana, sem planejamento, sem a participação das Secretarias de Esporte e Lazer, da Cultura e do Meio Ambiente e sem vínculo com o corpo docente das escolas.

O Programa se restringe ao simples ato de abrir escolas nos fins de semana

Apesar de sua verba da Educação, a Escola da Família tampouco se caracteriza como um programa educacional. A escola somente oferece suas dependências, como salas, quadras esportivas (às vezes em péssimas condições) e pátios para os eventos.

As atividades culturais, esportivas e profissionais não envolvem diretamente as Secretarias de Estado de Esporte e da Cultura.

É impossível a interação da escola com a comunidade sem a participação do corpo docente nesse processo.

A direção, professores e funcionários são chamados a participar, em sistema de rodízio, sem nada receber, sem nenhum projeto a desenvolver, apenas para ajudar a tomar conta da escola.

O Programa envolve a participação de

universitários, com a contratação de 25 mil monitores – estudantes universitários não necessariamente ligados à cultura e/ou ao esporte.

Da mesma forma, a exigência para admissão de que o monitor universitário tivesse cursado o 2º grau em escola pública também não é um requisito integralmente respeitado.

Nesse contexto, o universitário se apresenta na escola para tomar conta dos participantes e distribuir as bolas para os jogos, sem qualquer comando. O que equivale a dizer que as atividades desenvolvidas não têm planejamento, método, organização pedagógica, avaliação e continuidade.

O Projeto tem parceria com a Federação dos Estabelecimentos de Ensino Superior Particular. Nesse sentido, atendeu aos interesses das instituições de ensino superior particular, contribuindo para diminuir a inadimplência.

O valor pago ao monitor não é repassado diretamente ao universitário, mas às instituições em que está matriculado para abater a mensalidade ou o débito acumulado.

Juventude abandonada

A ausência de programas especialmente criados para a juventude tem sido característica dessa administração.

As ações da Secretaria de Esporte, como Cidadania Presente, Festival da Juventude, Fóruns da Juventude, Jovem Empreendedor, Publicações da Juventude, Espaço da Juventude, Implantação de Núcleos de Esporte e Lazer, em vários anos, tiveram suas metas e valores diminuídos drasticamente, até que em 2008 a Juventude saiu da Secretaria de Esporte para se tornar um órgão na Secretaria de Relações Institucionais.

Quando a juventude estava inserida nos programas da Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer, a administração lhe destinava apenas

3% do total da proposta orçamentária da própria Secretaria. E, na prática, não executava 50% dos valores empenhados.

Apesar do grande número de pessoas com deficiência e do aumento do número de idosos no Estado de São Paulo, o governo vem diminuindo as verbas para os programas esportivos dirigidos a esse público. De 2009 para 2010, o corte foi de 20%.

A desvalorização se reflete também na prática do remanejamento das verbas da Secretaria: para fortalecer as Campanhas e Captação de Eventos Esportivos e para os Campeonatos Estaduais de Esporte, tem sido frequente o remanejamento de valores subtraídos das ações “Esporte para Pessoas Portadoras de Deficiência” e “Atividade na Melhor Idade”.

Projetos não saem do papel

Em 2005, a administração Alckmin lançou projetos chamados estratégicos na área do esporte. Eram Complexos Esportivos, que previam a implantação da Vila Olímpica Mário Covas (na rodovia Raposo Tavares), a modernização da infraestrutura esportiva e a implantação de Centro de Convivência e de Albergue para a Juventude no Conjunto Esportivo Baby Barioni (Água Branca) e mudança no modelo de gestão (privatização) que permitiria, segundo o governo, a modernização e reforma do Conjunto Esportivo Constâncio Vaz Guimarães (Ibirapuera). Tudo isso ficou apenas na previsão e não há indícios de que os projetos venham, de fato, a ser implementados. Finalmente, a privatização do Conjunto do Ibirapuera só não aconteceu até agora devido à resistência dos esportistas.



Estado mínimo é marca política do PSDB

Redução de investimentos, arrocho salarial e concessão dos bens públicos são os principais eixos dos governos tucanos

A política de ajuste fiscal permanente tem conduzido as ações tributárias, fiscais e financeiras dos governos paulistas nos últimos 15 anos, com impactos importantes sobre as demais políticas públicas desenvolvidas no período.

Essa política significa, sinteticamente, buscar a todo custo o chamado equilíbrio fiscal, obtido com o aumento das receitas próprias e o controle das despesas não financeiras, visando à geração de superávits primários e tendo, como objetivo último, a redução do endividamento do setor público.

O ajuste fiscal, tal como foi implementado no Estado, implicou na redução do tamanho e do papel do Estado ao alienar o patrimônio público por meio de privatizações e concessões, bem como impôs limites rígidos nas despesas com pessoal e investimentos diretos. Em contrapartida, até 2006, não tinham sido estabelecidos limites para as chamadas Outras Despesas de Custeio, incluídos aí os gastos com as terceirizações.

A crença vigente imputava o desequilíbrio fiscal ao gasto crescente com a folha de pagamentos, à perda das chamadas receitas inflacionárias - após a estabilização econômica em 1994 - e à dificuldade de manutenção e crescimento das receitas de impostos em ritmo adequado. O desequilíbrio, financiado através da obtenção de empréstimos, principalmente junto aos bancos públicos estaduais, terminaria por ampliar o endividamento do setor público.

Caberia à política de ajuste fiscal permanente reduzir o peso dos gastos diretos do Estado,

sobretudo as despesas com o pagamento dos servidores e com os investimentos diretos, mais fáceis de serem cortadas, ao mesmo tempo em que o poder público deveria ampliar as chamadas receitas próprias (proveniente de impostos e taxas) e as receitas com a alienação de ativos (venda de patrimônio público).

Esta segunda modalidade de receita estaria no centro da diminuição do tamanho do Estado, permitindo, em tese, um maior abatimento das dívidas e, simultaneamente, evitando que o Estado fosse impelido a novos investimentos, novos empréstimos e, portanto, novas dívidas.

Dentro da proposta de alienação de ativos, a venda dos bancos públicos estaduais, fonte de financiamento para os desequilíbrios fiscais, aparece como uma das primeiras medidas a serem tomadas: o Estado obteria recursos com a alienação destes ativos e ainda estaria impedido de gastar além do seu orçamento corrente, uma vez que não contaria mais com esta importante fonte de financiamento.

O ponto de partida desta política ocorreu no primeiro governo Covas, com o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal de Longo Prazo do Estado de São Paulo, celebrado entre a União e o Estado em 1997.

De acordo com o programa, o Estado comprometia-se de forma permanente a buscar metas intermediárias de aumento real das receitas próprias (impostos), receitas com a alienação de ativos (venda de patrimônio), redução das despesas com pessoal, redução dos investimentos diretos e,

finalmente, metas de superávits primários. Tudo isso tendo como objetivo final a manutenção da dívida pública em patamares decrescentes em relação à receita líquida real (RLR), garantindo os pagamentos futuros dos serviços desta dívida.

Seguindo este receituário, o governo estadual teria direito, junto à União, ao refinanciamento de grande parte da dívida pública pelo prazo de 30 anos, com taxas de juros de 6% ao ano, correção pelo IGP-DI e amortização mensal pela tabela price.

As parcelas mensais das despesas com o serviço da dívida (amortização e juros) não poderiam comprometer mais do que 13% da receita líquida real

(RLR) mensal. Os valores que ultrapassassem este limite teriam o pagamento postergado, constituindo um “resíduo”, sobre o qual incidiriam as mesmas condições do contrato principal.

Dificuldades macroeconômicas no percurso levaram a sucessivas revisões do programa, depois da frustração no cumprimento das metas originais. A flexibilização das metas tornou-se, portanto, um dos elementos constitutivos do programa de ajuste fiscal.

A despeito das nuances entre os diferentes governos tucanos neste período, o programa de ajuste fiscal de longo prazo segue como fio condutor das demais políticas praticadas no Estado.

Situação econômica e evolução das receitas próprias

Uma das principais metas previstas no programa de ajuste fiscal estabelecia a necessidade de se obter um crescimento real das receitas próprias estaduais (tributárias) de 3% ao ano, durante o período 1997/1999.

Os impactos negativos da crise financeira internacional no final dos anos 90 (México, Rússia e “tigres asiáticos”), amplificados por uma política de câmbio supervalorizado, juros altos e contenção do gasto público, deprimiram o crescimento da economia brasileira e paulista, atingindo as receitas estaduais, sobretudo o ICMS.

Neste período, as receitas próprias cresceram 0,3% em 1997, apresentando queda de 0,9% em 1998 e queda de 10,2% em 1999, refletindo a forte estagnação econômica.

Para os anos seguintes, houve mudança na metodologia do cálculo das metas de arrecadação, que passaram de um percentual de crescimento real para um valor nominal a ser atingido. Ainda assim, em 2001, a arrecadação ficou abaixo da meta prevista, refletindo outro ano de baixíssimo crescimento econômico, provocado em grande parte pela crise energética do país.

A partir de 2002, já nos governos Alckmin e Serra, São Paulo tem cumprido as novas metas, agora fixadas em termos nominais, devido à melhoria significativa da economia do país, com o

aumento do crescimento econômico e seus impactos positivos sobre a arrecadação.

Analisando o comportamento das receitas tributárias através dos orçamentos estaduais de 1995 a 2009, em valores reais a preços de dezembro de 2009 (atualizados pelo IGP-DI), podemos observar três fases distintas.

Em 1995 e 1996, início do governo Covas, a arrecadação com tributos subiu em mais de R\$ 4 bilhões em termos reais, atingindo R\$ 75,5 bilhões/ano. Este aumento foi “puxado” pela elevação da arrecadação com o ICMS. A estabilização e o crescimento econômico moderado colaboraram nesta evolução das receitas tributárias.

De 1997 a 2003 (governos Covas e Alckmin), as receitas tributárias sofreram forte queda e mantiveram-se em um patamar bem mais baixo do que o anterior, agora “puxadas” para baixo pelo comportamento do ICMS. A estagnação econômica em 1998 e 1999 e o baixíssimo crescimento em 2001, 2002 e 2003 explicam grande parte deste longo período de arrecadação em patamares inferiores a 1995 e 1996.

De 2004 a 2009 (governos Alckmin e Serra), as receitas tributárias passam por forte elevação, refletindo de maneira clara a recuperação da economia brasileira. Neste período, as receitas tributárias vão recuperar o patamar anterior apenas em 2006, crescendo de maneira ainda mais forte a partir de 2007.

Venda de estatais

A preparação do processo de privatizações inicia-se no governo Covas, quando é criado, em 16 de março de 1995, o Programa de Participação da Iniciativa Privada na Prestação de Serviços Públicos e na Execução de Obras de Infraestrutura, seguido, em 1996, do Programa Estadual de Desestatização – PED – o maior programa de privatização entre os estados brasileiros.

O programa de ajuste fiscal firmado em 1997 com a União incluiu metas mínimas de receitas com a venda do patrimônio público estadual, metas estas rapidamente alcançadas ainda no governo Covas.

Durante o período de 1997 a 2000, as metas fixadas para receitas com a venda de ativos eram de R\$ 15,2 bilhões, em valores nominais, mas as vendas realizadas superaram os R\$ 22,4 bilhões, também em valores nominais.

Em 1997, houve a transferência da Fepasa e da Ceagesp para a União, atingindo os setores de transporte ferroviário e de abastecimento do Estado. Ainda em 1997, também os setores de saneamento e energia são atingidos com a alienação de participação da Sabesp, Elektro e Eletropaulo e a privatização da CPFL.

Em 1998, iniciou-se a concessão de serviços das rodovias paulistas para empresas privadas, com a correspondente cobrança de pedágios. Foram nove lotes (Anhanguera/Bandeirantes, Imigrantes/Anchieta, Raposo Tavares/Castelo Branco, Região de Ribeirão Preto, Região de Batatais, Região de São João da Boa Vista, Região de Bebedouro, Região de Araraquara e Região de Jaú), privatizando-se a malha rodoviária mais eficiente e de maior qualidade do país.

Em 1999, a privatização da COMGÁS, da CESP Paranapanema e da CESP Tietê deram sequência ao processo de venda de patrimônio público em setores estratégicos. No mesmo ano, houve a transferência do Banespa para a União, por cerca de R\$ 2 bilhões. Este mesmo banco foi vendido ao Grupo Santander por mais de R\$ 7 bilhões.

Em 2000, fechou-se o primeiro ciclo de privatizações, com a concessão de mais três lotes do sistema rodoviário (Região de Itapetininga,

Região de Itapira e Região de Itu) e da Área 3 (Sul) de gás canalizado.

No período de 2001 a 2004, as receitas realizadas com a alienação de ativos (cerca de R\$ 1 bilhão) ficaram abaixo das metas estipuladas no programa de ajuste fiscal para o período, que eram de R\$ 2,5 bilhões, mesmo alienando mais participações da SABESP em 2002 e 2004, durante o governo Alckmin.

De 2005 a 2008, durante os governos Alckmin e Serra, inicia-se o segundo ciclo de privatizações, quando foram vendidas a Nossa Caixa Seguros e Previdência, o Banco Nossa Caixa e a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), além das concessões das rodovias D. Pedro I, Carvalho Pinto/Airton Senna, Raposo Tavares e Marechal Rondon. Os valores nominais auferidos com a alienação de ativos superaram a cifra de R\$ 3 bilhões neste último período.

O ajuste fiscal firmado em 1997 por FHC incluiu a venda do patrimônio estadual

A partir de 2006, o governo paulista seguiu vendendo patrimônio sem que existissem metas obrigatórias pelo programa de ajuste fiscal, extintas pelo governo Lula.

Analisando a execução orçamentária de 1995 a 2009, observa-se que grande parte das receitas com a alienação de ativos concentrou-se durante o primeiro ciclo de privatizações – de 1997 a 1999 –, voltando a crescer, mas em níveis inferiores, nos anos de 2005, 2006 e 2009 (Tabela 1).

Considerando todas as modalidades de venda de ativos - privatização, concessão de serviços, alienação de participações, alienação de controle, alienação de imóveis e transferência para a União -, os últimos governos do Estado de São Paulo terão arrecadado mais de R\$ 79,2 bilhões até 2010 (em valores atualizados pelo IGP-DI).

Neste período, a venda de patrimônio público rendeu R\$ 46,1 bilhões durante o primeiro governo

Covas (1995 a 1998), R\$ 18,4 bilhões durante o governo Covas/Alckmin (1999 a 2002), R\$ 4,3 bilhões durante o governo Alckmin (2003 a 2006) e R\$ 10,4 bilhões durante o governo Serra (2007 a 2010), em valores a preços de dezembro de 2008 (atualizados pelo IGP-DI).

Por outro lado, nos últimos três anos, o governo paulista não vem conseguindo cumprir as metas que limitam as despesas de custeio estipuladas pelo governo Lula, ficando acima dos valores mínimos definidos. A política de terceirização levada adiante pelo governo estadual – sobretudo nas áreas da saúde e da cultura – vem dificultando o cumprimento de tais metas.

As chamadas outras despesas correntes/ODC (custeio) apresentaram três movimentos conforme *Tabela 2*.

■ No biênio 95/96, as despesas correntes (exceto pessoal) foram elevadas, atingindo R\$ 15 bilhões em 1996.

■ De 1997 a 2003, estas despesas de custeio foram mantidas na casa dos R\$ 12 bilhões/ano.

■ De 2004 a 2009, as despesas com custeio cresceram fortemente, atingindo os R\$ 24,4 bilhões em 2009. Neste período, intensificou-se a política de terceirização de serviços no Estado, reforçando a necessidade de imposição, por parte da União, de metas com limites máximos para este tipo de despesas.

Para efeito de comparação, as despesas com custeio (menos pessoal) – que representavam, em média, 13,7% e 17,7% do gasto total nos governos Quéricia e Fleury – tem crescido de maneira consistente de 1998 até o último ano, atingindo 21,1% das despesas totais em 2009.

Tabela 1 Evolução das Receitas - 1995/2009

Valores de dezembro de 2009 - deflacionados pelo IGP-DI - (em bilhões de R\$)

	Governo Covas				Gov. Covas/Alckmin				Governo Alckmin				Governo Serra		
	1995	1996	1997*1998	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*
Receita Corrente Líquida	68,3	70,6	69,0	73,2	68,8	70,0	70,0	68,4	61,4	63,4	68,3	72,6	77,0	80,6	87,6
Receitas Correntes	86,3	90,0	91,1	94,6	89,3	91,3	91,4	89,5	79,8	83,2	89,1	95,4	100,6	105,6	113,6
Receitas Tributárias	71,4	75,5	74,6	72,5	69,1	73,3	73,8	72,3	63,5	66,5	68,7	73,8	78,0	84,1	89,4
ICMS	63,5	68,0	66,8	63,2	61,5	65,8	65,7	64,3	56,1	58,9	60,1	64,0	67,1	72,9	76,5
IPVA	4,3	4,8	5,5	6,0	5,1	5,1	5,6	5,5	4,8	5,0	5,5	6,4	7,2	7,6	8,8
Transferências Correntes	5,3	7,2	6,9	8,5	10,0	8,8	9,1	8,7	8,2	8,6	9,4	9,8	9,7	9,7	10,2
Transferências da União	5,3	7,2	6,9	8,5	10,0	8,8	8,9	8,7	8,2	8,6	9,4	9,8	9,7	9,7	10,2
Outras Receitas Correntes	9,4	7,2	9,4	13,5	9,9	9,1	8,6	8,3	7,8	8,0	10,7	11,7	12,8	11,8	14,0
Patrimonial	0,7	1,2	0,9	3,7	2,5	2,3	2,1	2,5	2,5	2,5	3,6	2,6	4,3	3,6	5,5
Receitas de Capital	9,4	9,8	19,6	11,8	10,3	2,2	0,9	2,0	1,6	1,2	2,7	2,7	0,3	1,9	5,5
Operações de Crédito	9,3	9,4	7,5	0,9	0,9	0,6	0,4	0,7	0,7	0,6	0,4	0,3	0,2	0,9	1,9
Alienação de Bens	0,0	0,0	10,7	10,3	9,3	1,5	0,1	0,9	0,5	0,0	1,4	1,9	0,0	0,4	3,2
Receita Total	95,7	99,9	110,8	106,4	99,6	93,6	92,4	91,4	81,4	84,4	91,7	98,2	100,9	107,5	119,1

Em 1997 foi excluído o valor de R\$ 50,3 bilhões do item Operações de Crédito, referente à renegociação da dívida do Estado, para a compatibilidade da série histórica

* 2009 - Valores do SIGEO em 19/01/2010; RCL para 2009 - Valores previstos no Relatório Resumido da Execução Orçamentária/LRF/5o. Bimestre

Fonte: de 1987 a 2004: "Análise das Finanças Públicas do Estado de São Paulo", por Carlos E. G. Cavalcanti, Luis Fernando Novais e Mario Roque Bonini (Tabela 4A); de 2005 a 2009: SIGEO (Sistema de Gerenciamento da Execução Orçamentária)

Corte no gasto com o funcionalismo

O programa de ajuste fiscal estipulou que o principal mecanismo de controle das despesas do setor público se daria através da redução da participação das despesas com a folha de pagamento dos servidores públicos (ativos e inativos) em relação às receitas líquidas reais/RLR.

Em 1997, os gastos com pessoal correspondiam a 64% das receitas líquidas reais/RLR, enquanto, em 2008, eles representaram apenas 49,9% das RLR.

Em valores reais a preços de dezembro de 2009 (atualizados pelo IGP-DI), as despesas com pessoal foram menores em 2009 do que em 1997, tendo a seguinte evolução: de 1995 a 1998, durante o governo Covas, houve elevação real do gasto com pessoal, refletindo as dificuldades de contenção destas despesas – sobretudo nas áreas da educação, saúde e segurança, principalmente diante de certa pressão por recomposição salarial herdada do governo Fleury. Neste período, o gasto com pessoal passou de R\$ 39,6 bilhões em 1995 para R\$ 46 bilhões em 1998.

De 1999 a 2004, durante os governos

Covas/Alckmin e Alckmin, as despesas com pessoal caíram significativamente, respondendo à política de perseguição das metas decrescentes previstas no programa de ajuste fiscal. Neste período, tais despesas passaram de R\$ 44,1 bilhões em 1999 para R\$ 35,2 bilhões em 2004.

Durante o biênio de 2005 e 2006, as despesas com pessoal cresceram, atingindo R\$ 37,8 bilhões em 2005 e R\$ 40,7 bilhões em 2006, reagindo a pressões dos servidores públicos, sobretudo nas vésperas da eleição presidencial.

A partir de 2007, retoma-se a trajetória de queda nas despesas com pessoal, política esta aprofundada pelo governo Serra mesmo diante de grande elevação das receitas próprias no período. Em 2008, estas despesas foram de apenas R\$ 39,1 bilhões. Em 2009, mais uma vez respondendo a diversas demandas dos servidores e nas vésperas de novas eleições presidenciais, o gasto torna a subir para R\$ 42,7 bilhões.

Ainda assim, a participação desta despesa no total do gasto público foi, em 2009, a menor já registrada em todo o período: apenas 36,8%.

Ajuste fiscal

O programa de ajuste fiscal estipulou teto para as despesas com investimentos diretos, reduzindo drasticamente o patamar dos investimentos públicos.

Durante o período 1997 a 2005, os investimentos diretos do Estado representaram menos de 3,5% das receitas líquidas reais. Apenas a partir de 2006 o patamar de investimentos supera os 5% das receitas líquidas reais, aumentando ainda mais em 2008 e 2009.

Esta elevação dos últimos dois anos deve-se a três causas diretas: as novas autorizações concedidas pelo governo Lula para o Estado de São Paulo contrair empréstimos externos; a recuperação das receitas próprias, ancoradas no crescimento econômico do país; e o aprofundamento da política de redução da

participação das despesas com pessoal durante o governo Serra.

Analisando o comportamento das despesas com investimentos através dos orçamentos estaduais de 1995 a 2009, em valores reais a preços de dezembro de 2009 (atualizados pelo IGP-DI), podemos observar que (*Tabela 2*):

- Os gastos com investimentos (obras e material permanente) ficaram abaixo dos R\$ 4,5 bilhões/ano durante todo o período de 1995 a 2007, apresentando significativo aumento apenas em 2008 e 2009, quando atingem a cifra dos R\$ 6,8 bilhões e R\$ 9,9 bilhões, respectivamente.

- Os gastos com inversões financeiras - repasses do Tesouro Estadual para as empresas estatais investirem -, foram elevados apenas em 1995 e 1996, atingindo as cifras de R\$ 9,6 bilhões e R\$ 7,6 bilhões, respectivamente. De 1997 a 2009,

os repasses ficaram abaixo dos R\$ 5 bilhões/ano, indicando a pouca capacidade de investimento do Estado por meio de suas empresas.

A perda de espaço dos investimentos e inversões financeiras nos orçamentos de 1995 a 2009 também pode ser vista através de outros números: se nos governos Quéricia e Fleury elas representavam,

juntas, em média, 22,8% e 17,6% das despesas totais, nos últimos 15 anos elas foram reduzidas para menos de 10%, com uma pequena recuperação em 2008 (10,9%) e 2009 (12%) - *Tabela 2*.

Estes números comprovam que grande parte do ajuste fiscal no Estado de São Paulo deu-se pelo corte nos investimentos públicos.

Tabela 2. Evolução das Despesas - 1995/2009
Valores de dezembro de 2009 - deflacionados pelo IGP-DI - (em bilhões de R\$)

	Governo Covas				Gov. Covas/Alckmin				Governo Alckmin				Governo Serra		
	1995	1996	1997*	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*
Pessoal e Encargos	39,6	42,4	43,5	46,0	44,1	42,0	41,1	40,3	36,0	35,2	37,8	40,7	39,9	39,1	42,7
Outros Custeios	14,2	15,0	13,0	11,5	11,8	11,8	11,4	12,7	11,6	12,7	18,2	19,7	20,8	22,2	24,4
Investimentos	3,1	4,7	3,6	4,0	2,5	2,7	2,5	2,6	2,7	2,7	4,5	4,0	4,0	6,8	9,9
Inversões Financeiras	9,6	7,6	4,2	4,3	4,2	4,5	5,1	4,0	1,7	3,4	3,7	3,3	4,7	4,7	4,1
Sentenças Judiciais	1,8	2,0	3,2	3,2	2,8	2,6	1,6	1,3	1,1	1,3	1,4	1,5	1,9	2,1	1,7
Serviços da Dívida	12,5	11,5	21,7	14,5	13,4	7,6	7,8	7,8	7,7	7,1	7,2	8,5	7,7	8,0	9,0
Transferências a Municípios	18,5	20,2	20,6	20,6	19,5	20,6	20,6	20,5	17,6	18,1	18,4	20,2	21,2	22,7	24,1
Despesa Total	96,6	99,9	110,5	105,1	99,4	93,5	92,2	90,4	80,8	84,3	91,4	97,8	100,3	105,6	115,9

Em 1997 foi excluído o valor de R\$ 50,3 bilhões do item Serviço da Dívida (amortização), referente à renegociação da dívida do Estado, para a compatibilidade da série histórica

* 2009 - Valores do SIGEO em 19/01/2010

Fonte: de 1987 a 2004: "Análise das Finanças Públicas do Estado de São Paulo", por Carlos E. G. Cavalcanti, Luis Fernando Novais e Mario Roque Bonini (Tabela 4A); de 2005 a 2009: SIGEO (Sistema de Gerenciamento da Execução Orçamentária)

Trajetória da dívida pública

O programa de ajuste fiscal também estabeleceu metas para o resultado primário, visando o pagamento do serviço da dívida, quase como consequência dos demais ajustamentos exigidos nas receitas e despesas correntes.

Ampliando as receitas próprias e reduzindo a participação das despesas com pessoal, cortando investimentos e inversões financeiras e "represando" o pagamento dos precatórios (sentenças judiciais), a partir de 1995, o Estado de São Paulo conseguiu inverter a grave situação financeira observada: de elevados déficits primários durante o governo Fleury, passou a obter superávits primários crescentes.

Em 2007, o Estado de São Paulo realizou seu maior superávit primário, da ordem dos R\$ 6,3 bilhões, partindo

de um patamar de R 1,1 bilhão em 1997. O êxito na obtenção de resultados primários crescentes, graças à política de arrocho salarial dos servidores, alienação do patrimônio dos paulistas e depressão dos investimentos públicos, não alcançou o principal resultado desejado, de equacionar a dívida pública.

A principal meta preconizada pelo ajuste fiscal permanente de longo prazo, acordado entre União e Estado em 1997, era a redução da trajetória da Dívida Financeira Total do Estado (D) em relação à Receita Líquida Real (RLR). Segundo o próprio documento oficial, esta relação não poderia ultrapassar, "em nenhum dos anos do período", uma determinada trajetória decrescente.

Em 2008, a dívida deveria ser igual à receita

líquida real. No entanto, ficou em 2,29 vezes o valor da receita, semelhante ao índice de 2,24 apurado em 1997.

Estas metas foram revistas e fortemente flexibilizadas ano a ano, conforme mudanças nos parâmetros macroeconômicos. No último processo de negociação, em 2007, o prazo para que fosse atingida a igualdade entre a dívida e a receita foi postergado para 2024.

Apesar da redução do estoque da dívida junto à União representar uma das estratégias centrais do

ajuste fiscal, o estoque nominal da dívida pública passou de R\$ 64,6 bilhões em 1997 para R\$ 168,6 bilhões em 2008, um aumento de 393,58%. Em valores atualizados a preços de 2008 (corrigidos pelo IGP-DI), a dívida pública estadual diminuiu 7,2% no período de 1997 a 2008.

Já o resíduo da dívida – parcela que excede o limite de 13% da receita líquida real com o pagamento de serviços da dívida - saltou de R\$ 2,6 bilhões em 1998 para R\$ 56,3 bilhões em 2008 com crescimento de 2.065%.

Evolução do gasto público por secretaria

Analisando a evolução dos orçamentos das principais secretarias e unidades orçamentárias nos últimos três governos estaduais (de 1998 a 2009), chega-se a algumas conclusões importantes:

- Apenas a Secretaria de Administração Penitenciária e o Centro Paula Souza apresentaram, em cada um dos três últimos governos, uma elevação dos seus respectivos orçamentos a taxas maiores do que a evolução geral do orçamento do Poder Executivo.

- As Secretarias de Educação e Segurança Pública cresceram a taxas maiores do que a despesa total do Poder Executivo apenas no governo Covas/Alckmin (1999/2002). Nos dois últimos governos (Alckmin e Serra), o orçamento destas secretarias vem crescendo a taxas inferiores ao orçamento total do Executivo.

- A Secretaria de Saúde cresceu a uma taxa maior do que o Poder Executivo durante os governos Covas/Alckmin (1999/2002) e Alckmin (2003/2006). Durante o governo Serra (2007/2009), este crescimento tem sido inferior ao do Poder Executivo.

- As Secretarias de Transportes e Transportes Metropolitanos têm crescido a taxas bem maiores no governo Serra do que nos governos anteriores, ratificando ser esta a prioridade dos investimentos no período atual.

- A Febem (Fundação CASA) e as Universidades Públicas Estaduais (USP, UNESP e UNICAMP) tiveram seus orçamentos ampliados

Nos últimos três governos houve corte de recursos no DAEE

fortemente apenas no governo Covas/Alckmin (1999/2002). De lá para cá, os orçamentos destas instituições vêm crescendo a taxas bem menores.

- A Secretaria de Habitação sofreu redução no seu orçamento durante o período Covas/Alckmin, apresentando ampliação dos recursos a taxas moderadas nos dois governos seguintes.

- O Departamento de Água e Esgoto Estadual apresentou taxas de crescimento orçamentário abaixo do crescimento do orçamento do Poder Executivo em todos os três últimos governos.

- As Secretarias de Assistência Social, de Justiça e Cidadania e do Emprego apresentaram períodos de redução do orçamento: na Assistência Social, a redução foi durante o governo Covas; na Justiça e Cidadania e no Emprego, a redução foi durante o governo Alckmin.

Servidor sofre com arrocho e precarização

O "choque" de gestão tucano inclui política salarial conservadora, terceirização de serviços para OS e desrespeito à data-base

O funcionalismo do Estado de São Paulo tem sido, ao longo dos governos do PSBD, um dos setores mais impactados pelas políticas de contenção de gastos, esvaziamento do papel do Estado, privatizações das empresas estatais e terceirizações dos serviços públicos.

O discurso corrente do PSDB prega que é necessário modernizar a gestão pública com a introdução de conceitos da iniciativa privada para buscar eficiência no serviço público. Inspirados no modelo de Estado mínimo que orientou as políticas dos governos de FHC, eles deixaram de promover a recomposição do quadro de servidores.

Os gastos com pessoal caíram de 49,27% para 40,81%, nos últimos oito anos

Nos últimos 10 anos, o crescimento de 12% no número de servidores foi inferior ao crescimento da população do Estado, de 17%, segundo a Fundação Seade. A população paulista passou de 36 milhões para quase 42 milhões em 10 anos.

Esse crescimento populacional gerou uma demanda social que não foi acompanhada pela ampliação da oferta de serviços públicos.

Os gastos com pessoal, em oito anos (de 2000 a 2008), diminuíram de 49,27 % para 40,81% sobre as

despesas correntes, impondo aos servidores um grande arrocho salarial, inclusive com prejuízo da data-base.

Atualmente, o número de servidores ativos da administração direta é de 774.363, os aposentados são 257.460, e pensionistas 209.869, totalizando 1.241.691. (Boletim Estatístico-agosto 2009-Secretaria Gestão Pública).

A falta de planejamento e realização de concursos públicos, especialmente na área da Educação, resultou num contingente de 200 mil admitidos em caráter temporário. Muitos destes, tiveram os contratos renovados por décadas e a partir de 2009 podem ser substituídos por outros servidores, também temporários, porém com menos direitos - devido a mudanças na legislação.

Gestão desorganizada

Ao assumir, José Serra determinou o recadastramento dos servidores e empregados públicos da ativa. Este processo sob a responsabilidade da Secretaria de Gestão Pública e da Secretaria da Fazenda foi apresentado, genericamente, como uma medida de gestão de pessoal visando à melhoria da qualidade do gasto público.

A medida revelou que os cadastros existentes oferecem pouco detalhamento a respeito da vida funcional dos servidores públicos. O sistema de administração de pessoal

é descentralizado e os cadastros dos servidores estão fragmentados e voltados apenas às necessidades de cada órgão, sendo empregados na administração das folhas de pagamento.

Número de servidores

Segundo estudo elaborado pela Fundap (Revista E-Gov- maio de 2009- Flávio Rezende, está disponível em www.recursoshumanos.sp.gov.br: Estudo sobre o ajuste da administração pública paulista ao paradigma da Nova Gestão Pública.), no período 2000-2005, a força ativa de trabalho na administração pública paulista contava com aproximadamente 530 mil servidores ativos e mais de um milhão de servidores de todos os vínculos.

Em termos da distribuição desses servidores nas 23 secretarias analisadas, há 95,6% dos ativos concentrados em quatro secretarias – Educação, Saúde, Segurança Pública e Administração Penitenciária.

O total de servidores ativos alocados nas Secretarias de Educação e Saúde chega a 66,5%, enquanto que as Secretarias de Segurança e Administração Penitenciária representam algo em torno de 29%.

A despesa com pessoal ativo do Poder Executivo – conforme pode ser visto na *Tabela 1* – variou negativamente no período estudado em comparação com os números relativos ao ano de 1995, embora tenha havido uma expansão de gastos com essa categoria nos últimos cinco anos do período em tela (2000-2005).

Por sua vez, o gasto com inativos e com pensionistas apresenta outro padrão, conforme demonstram os aumentos de 33,8% e 59,8%, respectivamente entre 1995-2000, e uma ligeira queda (2,7%) no gasto com inativos no período seguinte (2000-2005).

Os dados sugerem maior achatamento salarial aos aposentados, em razão da política de gratificações e bonificações.

O ajuste da administração pública paulista à lógica de redução do tamanho do Estado é percebida na privatização das empresas estatais (*Tabela 3*).

No âmbito da administração direta, as funções estatais foram transferidas para as organizações sociais (OS) nas Secretarias da Saúde e da Cultura, por exemplo.

É importante relativizar os dados que apontam a redução, tendo em vista que algumas secretarias registraram crescimento no quantitativo de pessoal, como exemplo, a Secretaria de Administração Penitenciária, com uma taxa de crescimento de 50% no período de 2000-2005. Isso porque as políticas de segurança pública, voltadas para a prevenção da criminalidade, se revelaram insuficientes.

Além disso, a falta de políticas de penas alternativas e reintegração de egressos, mostra a tendência a encarceramento e aumento do número de presídios.

Política Tucana de gratificação e bônus encolhe salário

Como categorias, expandiram-se as carreiras de docente e de agente de segurança penitenciária, dentre outras, com 48.709 novos servidores acrescidos ao quadro do funcionalismo público entre 2000 a 2005.

As reduções focalizaram-se em servidores admitidos pela Lei n.º 500/74 (que permitia a contratação de funcionários em regime temporário).

Com a aprovação da Lei Complementar n.º 1.093 de 2009, os novos contratados de forma temporária têm contrato precário.

Foi criada a carreira de Especialista em Políticas Públicas. O concurso para ingresso inclui prova de títulos e o inédito curso de formação com caráter eliminatório.

Tabela 1 Despesa de Pessoal por Categoria de Servidor
(em R\$ Milhões de 2005)

Servidores	1995	2000	2005	Varição Relativa [%] 1995	Varição Relativa [%] 2000
Ativos	19.062	16.845	18.443	-3,2	9,5
Inativos	5.073	6.976	6.787	33,8	-2,7
Pensionistas	2.569	3.420	4.104	59,8	20,0
Outros vínculos	16	12	8	-50,0	-33,3
Total Poder Executivo	26.721	27.254	29.343	9,8	7,7

Fonte: Boletim Estatístico do Pessoal/SP

Tabela 2 Despesa de Pessoal Categoria de Servidor
(em % PIB)

Servidores	1995	2000	2003
Ativos	8,8	4,5	3,5
Inativos	2,3	1,9	1,3
Pensionistas	1,2	0,9	0,7
Total Poder Executivo	12,4	7,3	5,6

Fonte: Boletim Estatístico do Pessoal/SP

Tabela 3 Quantidade de Servidores por Instância Administrativa

	1995	2000	2005	Variação Relativa (%)	
				1995	2000
Administração direta	759.171	780.298	822.071	8,3	5,4
Administração indireta	422.912	318.514	335.933	-20,6	5,5
Autarquias	156.122	180.183	188.725	20,9	4,7
Autarquias especiais	64.709	63.863	68.877	6,4	7,9
Fundações	10.948	11.075	16.597	51,6	49,9
Empresas	191.133	63.392	61.733	-67,7	-2,6
Total Poder Executivo	1.182.083	1.098.811	1.158.004	-2	5,4

Fonte: Boletim Estatístico do Pessoal/SP

* Inclui servidores ativos, inativos, pensionistas e outros vínculos

**Quantidade média anual de servidores e beneficiários/média anual

Disponível em www.recursoshumanos.sp.gov.br . Estudo de Flávio Rezende sobre o ajuste da administração pública paulista ao paradigma da Nova Gestão Pública

O mito do inchaço

Embora o discurso corrente nos governos do PSDB seja de redução do Estado, estudo realizado por técnicos do Ministério do Planejamento-IPEA, denominado “O mito do inchaço do Estado brasileiro”, demonstra que não há grandes diferenças na evolução do número de servidores na União e no Estado de São Paulo.

O estudo aponta que, na União, após um período inicial de redução no número de servidores ativos, o que parece estar relacionado ao ambiente econômico de crise e à contenção fiscal do final dos anos 1990, houve um período de relativa estabilidade, seguido de recuperação em um contexto de retomada do crescimento econômico de 2004 a 2008.

O crescimento do número de servidores do Estado de São Paulo ficou na casa dos 12%, de 1999 a 2008, com grande concentração entre 2003 e 2008. No mesmo período, o aumento do número de servidores federais foi da ordem de 4%, com destaque para o crescimento de 9,82% entre 2003 e 2008.

O estudo demonstrou que quando a comparação é feita com a trajetória do quantitativo de servidores do Estado de São Paulo, conforme a *Tabela 4*, observa-se curvas muito semelhantes na última década.

Também não se constata exagero no crescimento da quantidade de servidores civis no governo federal, em comparação com a evolução da População Economicamente Ativa (PEA) do Brasil ao longo do tempo. Desde o início do atual governo, o crescimento da quantidade de servidores foi de 1,7% ao ano, ao passo que o crescimento da PEA foi da ordem de 1,8% ao ano. Os números parecem ainda mais razoáveis tendo em vista que a população continuou aumentando durante a trajetória de queda do quantitativo de servidores civis do Executivo federal na ativa, iniciada no começo da década de 90 e interrompida em 2003.

Segundo levantamento do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) a participação do emprego público é pequena no Brasil. O percentual de servidores entre o total de ocupados não chega a 11% e não chega a 6% se comparado a toda a população.

Tabela 4 Número de Servidores do Governo Federal e do Estadual

Ano	Governo Federal			Governo Estadual de São Paulo		
	Quantitativo de Servidores Civis do Poder Executivo Ativos ¹	Variação Anual	%	Quantitativo de Servidores ativos do Poder Executivo ²	Variação anual	%
1998	513.720			683.490		
1999	497.125	(16.595)	-3,23%	668.154	(15.336)	-2,24%
2000	486.912	(26.808)	-5,39%	663.802	(4.352)	-0,65%
2001	485.303	(1.609)	-0,33%	664.338	536	0,08%
2002	485.741	438	0,09%	678.558	14.220	2,14%
2003	485.980	239	0,05%	692.429	13.871	2,04%
2004	499.138	13.158	27,1%	691.243	(1.186)	-0,17%
2005	508.963	9.825	1,97%	695.952	4.709	0,68%
2006	528.124	19.161	3,76%	708.549	12.597	1,81%
2007	528.420	296	0,06%	810.720	102.171	14,42%
2008*	538.797	10.377	1,96%	765.785	(44.935)	-5,54%
1999-2008		25.077	4,88%		82.295	12,04%
2003-2008		53.056	10,92%		87.227	12,85%

Fonte: 1. Boletim Estatístico de Pessoal - tabela 2.4; Força de Trabalho = quantidade de vínculo (-) exercício descentralizado (-) lotação provisória (-) cedido. (inclusive temporários)

* Posição novembro 2008, tabela 2.4

2. Boletim Estatístico de Pessoal - Poder Executivo do Estado de São Paulo - Dezembro/2008. Tab. 6 Média Anual somatório de servidores com pagamento e sem pagamento, afastados, com acertos de pagamento, no período jan. a dez. dividido por 12

Precarização do serviço público em São Paulo

A falta de planejamento governamental em São Paulo, para a recomposição do quadro de servidores estaduais, levou o Estado a alcançar um número elevado de temporários, que chegou a 200 mil, consequência da ausência de concursos públicos. A maior contratação de temporários é na educação, para substituição de professores.

Por outro lado, o loteamento da máquina pública estadual não parou. No início da gestão Serra, foi anunciada a redução de 15% dos comissionados; o que não passou de promessa, já que de dezembro de 2007 até agosto de 2009 o número de comissionados passou de 10.887 para 12.931.

Os gastos de dezembro de 2007 até agosto de 2009 variaram de 28,4 milhões para 35,6 milhões. A relação entre comissionados e efetivos é de 5,9 comissionados para cada 100 efetivos.

A título de comparação, no governo Federal, os cargos e funções comissionadas passaram de

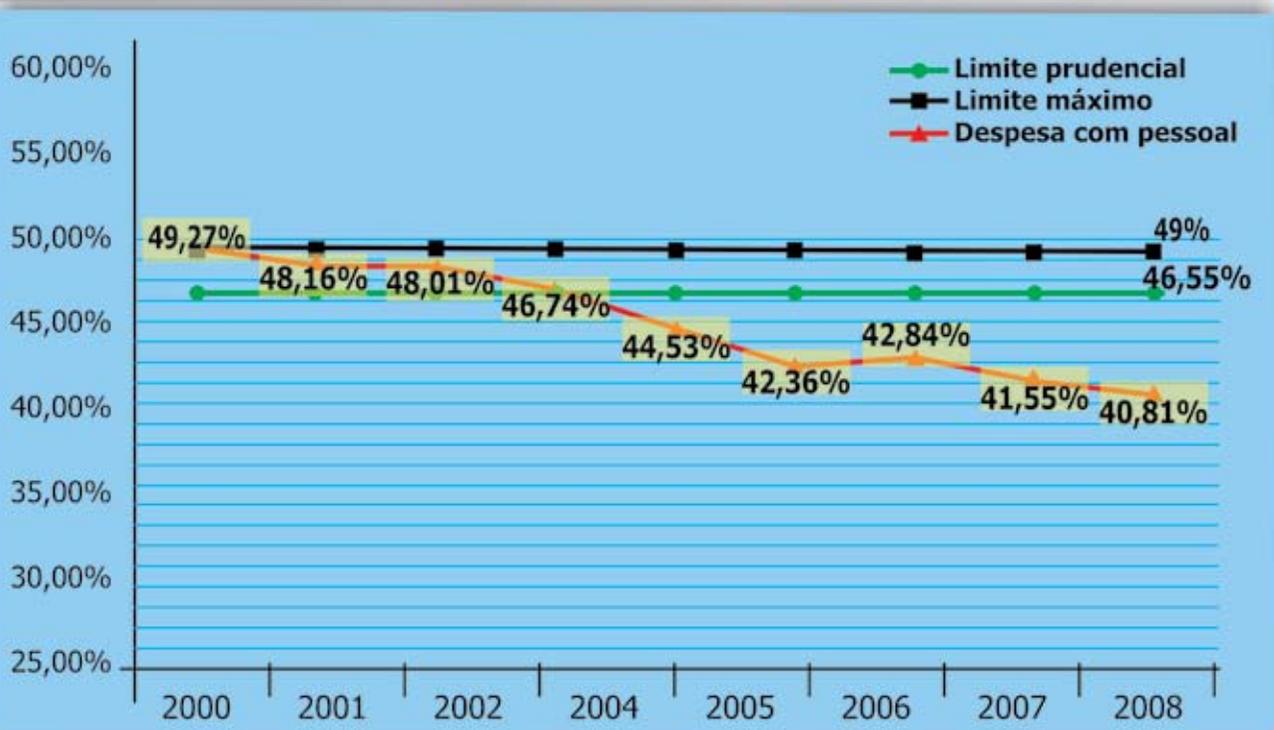
19.887 em 2002 para 21.721 em 2008.

A relação entre comissionados e efetivos manteve-se estável neste período: de 4,09 comissionados para cada 100 servidores em 2003, para 4,03 em 2008. Mais de 71% dos cargos comissionados eram ocupados por servidores com vínculo (novembro de 2008), como forma de restringir a nomeação de pessoas de fora de quadro de servidores.

Seguindo a política de redução do Estado, o gasto com o funcionalismo público teve uma queda histórica, culminando com o percentual de 41,08% no primeiro quadrimestre de 2009, em relação à Receita Corrente Líquida.

Mais ainda, em 2009 o percentual aplicado ficou bem abaixo do limite prudencial (de 46,55%), bem como do limite legal (de 49%), estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O Poder Executivo estadual, sem ultrapassar o limite

Evolução do Gasto com Funcionalismo Público
(% da Receita Corrente Líquida)



prudencial, poderia gastar mais R\$ 4,6 bilhões, ou 6,6 bilhões para atingir o limite legal.

A política de bonificações e gratificações, em substituição a uma política de recomposição dos salários, é a marca das gestões PSDB, em prejuízo dos milhares de aposentados e pensionistas que não recebiam a extensão dessas gratificações em seus proventos e pensões. Em que pese a incorporação de algumas gratificações, nos anos de 2008 e 2009, o arrocho salarial é mantido tanto em relação aos servidores quanto aos aposentados e pensionistas.

Há uma forte investida na implantação em toda a administração, iniciada na Educação e na Fazenda, da remuneração por desempenho. Este modelo, importado da iniciativa privada, vincula a remuneração e a progressão na carreira a critérios pouco objetivos, sem a participação dos servidores na elaboração de metas e avaliação verticalizada.

Desde que os tucanos assumiram, caiu em 27,13% o poder aquisitivo

Dentre as medidas de controle e responsabilização, insere-se a redução do número de faltas, em prejuízo, em especial das servidoras que estejam em acompanhamento de pré-natal, que têm necessidades específicas a sua condição. A imposição de limites de faltas desconsiderou a realidade dos servidores em suas necessidades de saúde.

Dada a ausência de uma política salarial, os reajustes concedidos ficaram muito abaixo da inflação do período, não recuperando sequer o poder aquisitivo da remuneração.

É o caso da Educação que, desde a implantação do atual Plano de Carreira (LC 836/97) para os servidores da educação – entre fevereiro de 1998 e fevereiro de 2009 – a inflação apurada pelo ICV-DIEESE foi de 104,64%. No entanto, o salário base da categoria foi reajustado em apenas

60,97%, enquanto a remuneração foi reajustada em 84,35% (Professor PEB I, nível I, com jornada de 24 horas semanais). Portanto, para recuperar o poder aquisitivo do salário base fixado em fevereiro de 1998, seria necessário um reajuste salarial de 27,13%. Esta porcentagem seria menor se levássemos em conta a remuneração total, pois neste caso a perda fica “camuflada” pelas gratificações. Mas, mesmo neste caso, os professores ainda precisariam de um aumento de 11% para recuperar o poder de compra que tinham em 1998.

Os policiais civis, em 2008, impuseram uma derrota ao governador Serra, com a greve inédita na história da polícia civil, pressionando-o a atender parte da pauta de reivindicações, que incluía reajuste salarial para policiais civis, militares e técnico-científicos, além de aposentados e pensionistas, com um conjunto de medidas de valorização, entre elas o reajuste no salário-base em 6,5%, retroativo a 1º de novembro. Com isso, o piso de delegado, que é o segundo pior salário da federação, passou de R\$ 3,7 mil para R\$ 4,9 mil. Em 2009, esse valor subiu para R\$ 5,2 mil, um reajuste acumulado de 40,3%. No caso dos investigadores e escrivães, o piso inicial das carreiras, em cidades com menos de 200 mil habitantes, passa dos atuais R\$ 1.757,82 para R\$ 2.056,96 e chega a R\$ 2.142,56 em 2009, reajuste acumulado de 21,89%.

Ainda assim, os aposentados continuam sendo vítimas dessa política, porque a extensão do Adicional de Localidade de Exercício (ALE), aplicado aos servidores da ativa, somente é extensivo em 50% aos aposentados e ainda de forma gradual.

As demais áreas tiveram uma reforma administrativa, em 2008, direcionada para os servidores da área-meio de todas as secretarias, com impacto na Saúde, evidenciando a intenção de terceirização de cargos de nível elementar e intermediário. Os reajustes foram desproporcionais, privilegiando os cargos em comissão, que tiveram reajustes de até 180%, em detrimento dos salários mais baixos, que tiveram apenas 7,8%.

Falta negociação

O governador descumpre a Lei n.º 12.931 de 2005 que instituiu a data-base do funcionalismo em 1º de março, deixando de promover a revisão anual prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal.

Sem a implantação de um modelo de negociação permanente, o governo se nega a ouvir as principais reivindicações do funcionalismo: reajuste salarial; aumento do vale-refeição de R\$ 4,00 para R\$ 14,00; reposição de perdas salariais do funcionalismo; reconhecimento do Sistema de Negociação Permanente (SINP) no Estado; contribuição do Estado ao IAMSPE (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual) e extensão de benefícios aos aposentados e pensionistas.

O governo federal instituiu uma mesa de negociação coletiva com servidores desde 2003. Também, destaca-se experiência muito exitosa, na gestão da prefeita Marta Suplicy em São Paulo, de 2000 a 2004, do SINP- Sistema de Negociação Permanente.

Previdência dos servidores

Com atraso de quase 10 anos, o governo criou a entidade de previdência dos servidores, a SPPREV-São Paulo Previdência.

Os servidores tiveram importante conquista com a inclusão dos contratados pela Lei n.º 500/74 na SPPREV-São Paulo Previdência. Faltou transparência na transição do IPESP-Instituto

de Previdência do Estado de São Paulo para a SPPREV, porque o governador Serra não aceitou fazer auditoria no IPESP, proposta pela Bancada do PT, para levantar a dívida do Estado com a previdência dos servidores e a situação patrimonial da entidade.

Durante o período 1998/2009, o gasto com a terceirização dos serviços cresceu 160% em relação à despesa total do Estado.

A contratação de empresas, consultorias, fundações e organizações sociais, entre outras, para realizar serviços públicos, representa uma modalidade de privatização dos serviços públicos.

Sob a forma de parcerias, a terceirização, sem a supervisão do poder público, acarreta a precarização do serviço público e a transferência sem critérios dos serviços fim do Estado para organizações sociais.

A lei que ampliou a terceirização para as Organizações Sociais foi aprovada com o voto da maioria governista e manteve a falta de transparência na habilitação das instituições que é feita pelo Secretário de Saúde e a dispensa de licitação na escolha das mesmas para gerenciar os equipamentos de saúde.

São Paulo segue dinâmica diferente da aplicada no governo federal que, desde 2003, substituiu terceirizados em situação irregular, contratados na gestão de FHC. Em 2007, União e Ministério Público do Trabalho celebraram Termo de Conciliação Judicial para a substituição até 2010.

Até março de 2009, foram autorizados concursos para substituir 40,1% dos 12.633 terceirizados remanescentes em situação irregular.



Déficit de moradias, o que menos preocupa

A CDHU a cada ano constrói menos e há seis milhões de pessoas em áreas irregulares, sem saneamento e à mercê das enchentes

O déficit habitacional no Estado de São Paulo é de 1,2 milhão de moradias, cerca de 20% do déficit nacional. São cinco milhões de pessoas desprovidas do direito à moradia digna, em especial as camadas mais pobres da população, 80% na faixa de até três salários mínimos de renda familiar.

A Região Metropolitana de São Paulo é detentora de 50% de toda a demanda de moradia no Estado, concentrando 2.797 favelas, com 1,3 milhão de pessoas somente na capital. Segundo levantamento feito pela Secretaria Municipal de Habitação, são 1.636 favelas na cidade de São Paulo.

Mesmo diante da enorme demanda por moradia popular, as gestões tucanas não têm cumprido as metas de produção de unidades habitacionais estabelecidas no Orçamento, que conta com a previsão de 1% a mais do ICMS destinado à moradia popular. Mas, de 2001 a 2008, o governo deixou de aplicar em habitação R\$ 3,1 bilhões do total previsto.

Além do déficit habitacional, a população também sofre com a falta de regularização fundiária. São milhões de pessoas que moram em conjuntos habitacionais em loteamentos irregulares e nas represas Guarapiranga e Billings. No programa Cidade Legal, destinado à regularização fundiária, nenhum núcleo foi regularizado em 2008.

Na área de regularização de favelas, o governo Serra, tendo em vista o que foi realizado em 2008 e se cumprir o previsto para 2009 e 2010, atenderá

no máximo 38% da meta fixada no Plano Plurianual (PPA 2007-2011).

A proposta apresentada pelo governo Serra para 2009/2010 é construir 68 mil unidades; a meta do governo Lula é construir no Estado 184 mil unidades, através do Programa Minha Casa, Minha Vida, no mesmo período.

Até o momento, ainda não foi implementado no Estado qualquer instrumento de participação popular e controle social na área de habitação, nem mesmo o Conselho Estadual das Cidades, já consolidado em âmbito federal – o que caracteriza um governo não democrático, sem transparência na elaboração dos programas e na fiscalização da aplicação dos recursos.

Grande demanda

O adensamento das cidades do Estado de São Paulo, principalmente dos grandes e médios municípios, provoca o desequilíbrio urbano em razão do êxodo rural, da falta de planejamento urbano e de investimentos.

As famílias sem teto e as que moram em condições inadequadas ou precárias sofrem também com a falta de condições de saneamento e saúde, além de serem vítimas da violência e exclusão social.

Ainda quanto às condições habitacionais, 93% dos domicílios situados em favelas são formados por edificações múltiplas e nos conjuntos habitacionais populares de baixa renda esse percentual chega a

94%, segundo Pesquisa de Condições de Vida – 2006, da Fundação SEADE.

Dentre as regiões metropolitanas, o déficit habitacional é maior na Região Metropolitana de São Paulo. De acordo com a Fundação João Pinheiro, a região é detentora de 50% de toda a demanda habitacional no Estado.

Não há plano habitacional

As gestões tucanas não têm cumprido as metas de produção de unidades habitacionais estabelecidas nos orçamentos.

Nesse aspecto, o governo Serra não se diferencia do governo Alckmin. Desde 1995, quando o PSDB assumiu pela primeira vez a direção do Estado, a cada gestão o número de unidades construídas diminuiu. De 1995 a 2002, foram entregues 165.608 moradias, uma média de 82.804 unidades por período. De 2003 a 2006,

foram entregues 79.073; e de 2006 até 01 de dezembro de 2009, apenas 39.851 moradias.

De 2005 a 2008, o governo deixou de construir 95.508 unidades habitacionais previstas.

A maior produção de moradias ocorre no ano de 2006, ano eleitoral e, conseqüentemente, a menor em 2007, ano em que a Polícia Civil e o Ministério Público investigaram a “máfia das casinhas” que, de acordo com as apurações, desviou R\$ 135 milhões.

A produção de unidades habitacionais é executada pela construção direta por parte da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) e em parceria com os municípios.

Além do déficit habitacional propriamente dito, convive-se também no Estado com a falta de regularização fundiária.

Segundo levantamento feito em 166 municípios paulistas pela Secretaria Estadual da Habitação, publicado pela Folha de S. Paulo em 17 de maio de 2009, 6,2 milhões de pessoas habitam

Construções de unidades habitacionais

Períodos	Previstas	Entregues	% não cumprido
2003 a 2006 Gov. Alckmin	211.230	79.073	62,56
2007 a 2008 dois primeiros anos do Gov. Serra	65.521	29.128	55,54

Quadro de produção habitacional nos últimos anos

Ano	Unidades previstas no orçamento	Unidades entregues	%
2005	50.883	20.519	40,00%
2006	41.193	22.442	54,48%
2007	30.167	4.629	15,34%
2008	35.354	24.499	69,02%

áreas não regularizadas, totalizando 1,47 milhão de famílias que residem em 7.550 conjuntos habitacionais, favelas e loteamentos irregulares.

A ausência de regularização acarreta três grandes problemas para a população: a dificuldade de acesso a financiamento habitacional; a omissão do poder público em dotar as áreas irregulares de serviços e equipamentos sociais; a insegurança jurídica da posse, já que as famílias vivem em constante ameaça de despejos.

Nos últimos anos, a sociedade conquistou importante arcabouço jurídico destinado à regularização fundiária, como o Estatuto da Cidade, as Leis Específicas da Guarapiranga e Billings e a Lei Federal 11.977/09 (Minha Casa, Minha Vida). Trata-se de um conjunto de instrumentos jurídicos voltados para a regularização fundiária de interesse social, dentre os quais o que permite a demarcação urbanística e legitimação da posse e o que reduz as custas e emolumentos dos atos cartorais. As duas leis específicas disciplinam a recuperação ambiental e permitem a regularização fundiária para as moradias consolidadas e o reassentamento de famílias no próprio local de moradia. Quando for

necessária a compensação ambiental, esta será dada pelo poder público. O Estatuto da Cidade permite a regularização coletiva para as situações onde não é possível a individualização dos lotes. Porém, o

Governo não regularizou nenhum dos 2.100 núcleos habitacionais previstos

governo do Estado não tem se empenhado para implementar os instrumentos jurídicos destinados à regularização fundiária.

A ação que visa dar conta do programa de apoio à regularização fundiária recebe o nome de Cidade Legal, que tem como finalidade auxiliar os municípios, através de orientação e apoio técnico para regularização e parcelamento de núcleos habitacionais, mediante convênios. A previsão apresentada no último Plano Plurianual (PPA 2008-2011) era regularizar 2.100 núcleos nos quatro anos do atual governo; entretanto, nenhum núcleo foi regularizado em 2008.

Urbanização de favelas: metas não cumpridas

O programa de urbanização de favelas destina-se a intervir em favelas e assentamentos precários, passíveis de urbanização e regularização, com o atendimento de infraestrutura, provisão de moradias no próprio local, além de equipamentos e serviços sociais.

O programa é implementado em duas modalidades: 1) parceria com o município de São Paulo: a Secretaria da Habitação/CDHU repassa recursos para a prefeitura executar as ações; 2) ação direta da CDHU.

A meta apresentada no Plano Plurianual (PPA 2008-2011) é atender com a regularização fundiária 31.650 famílias nos quatro anos. Em 2008, apenas 6.736 foram atendidas. No orçamento de 2009, a meta é de 1.139 famílias; no de 2010, a previsão é de 4.060. A soma de famílias atendidas em 2008, com a previsão de atendimento para 2009 e 2010, indica

que nestes três anos serão cumpridos, no máximo, 38% da meta estabelecida, restando para 2011 atender 19.715 famílias, isto é, 68% do previsto.

Orçamento da habitação

Apesar do 1% do ICMS destinado para moradia popular, os recursos destinados à habitação não acompanham o aumento de arrecadação com o ICMS. Em 2001, o governo arrecadou, já descontado o repasse para os municípios, aproximadamente R\$ 21 bilhões e aplicou na habitação somente R\$ 528 milhões. Em 2008, a arrecadação aumentou para R\$ 56 bilhões, mas foram aplicados em habitação somente R\$ 638 milhões.

Mesmo o governo não aplicando a totalidade dos recursos é inquestionável a importância de ter um

montante pré-determinado da arrecadação anual para habitação popular, o que foi aprovado em lei desde 1989. A preocupação é que, a partir de 2010, em função da aprovação da Lei 13.230 de 27.11.08, de iniciativa do Poder Executivo, alterando a legislação do ICMS, os recursos para habitação diminuam ainda mais, uma vez que não há mais o compromisso formal de aplicar 1% do ICMS em moradia.

Sem controle popular

O governo Serra barra qualquer iniciativa de participação e fiscalização na elaboração dos programas e na fiscalização da aplicação dos recursos destinado à habitação.

Criado pelo governo Federal em 2005, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social exige que os estados criem o Conselho Estadual de

Habitação, o Fundo de Habitação de Interesse Social e o Conselho Gestor do Fundo, para que possam participar do sistema.

A Lei 12.801, de 15/1/2008, instituiu o Conselho de Habitação no âmbito estadual, o Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social e o Conselho Gestor do Fundo, bem com um Fundo Garantidor, autorizando o Poder Executivo a regulamentar a composição do Conselho por meio de decreto.

O decreto 53.823, de 15/12/2008, no entanto, contraria a Lei Federal 11.124, de 16/06/2005, ao não respeitar a presença de 25% de representantes dos movimentos populares no Conselho Gestor do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social.

Diante desse impasse, os movimentos populares de habitação têm se recusado a participar do processo de escolha do Conselho Gestor.

Um retrato dramático da degradação

Falta de água, lixo, esgoto sem tratamento, solo contaminado, devastação florestal – sequelas da omissão do poder público

Embora seja o Estado mais industrializado e urbanizado do país, o desenvolvimento desordenado de São Paulo originou gravíssimos problemas de degradação ambiental. Com quase 42 milhões de habitantes (22% da população brasileira) e densidade demográfica média de 168 habitantes por km², as distorções se avolumam: baixa disponibilidade de água potável, incapacidade de tratamento de todo o esgoto e efluentes, destinação inadequada do lixo, ocupação de áreas de proteção ambiental e de mananciais, falta de planejamento, entre outros.

Em quatro séculos de exploração econômica, o Estado teve a cobertura florestal reduzida drasticamente para a ocupação por monoculturas, principalmente com o desmatamento para plantação do café e pastagens. Hoje, as matas naturais cobrem apenas 13,9% do território paulista. No entanto, a ineficiência da fiscalização e a permissividade dos licenciamentos ambientais têm possibilitado o desmatamento de importantes áreas tanto no cinturão verde das regiões metropolitanas como no litoral e interior de São Paulo.

Não há estudos e diretrizes regionais para o combate ao desmatamento

A atuação recente da Secretaria do Meio Ambiente, com sua inconsequente reforma administrativa, é responsável por uma política

desastrosa ao meio ambiente. A falta de estudos e diretrizes regionais leva a uma visão fragmentada de planejamento, sem compromisso com a sustentabilidade dos diferentes ecossistemas.

A Cetesb, que passou a agregar todos os departamentos responsáveis pelos licenciamentos e fiscalização ambientais, teve o desempenho comprometido com demissões e remanejamentos de funcionários e pela falta de aporte adicional de recursos que suportem a carga extra de atribuições. Ao contrário, o Orçamento para 2010 teve redução de recursos em relação a 2009.

O trabalho do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA - vem sendo esvaziado pelas diretrizes da atual administração que dificultam a apreciação dos EIA-RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto do Meio Ambiente) e cerceiam a participação na formulação de estudos a projetos impactantes.

Desmatamento cresce

O Estado de São Paulo é formado, basicamente, pelos biomas Mata Atlântica e Cerrado, cuja importância foi recentemente reconhecida com a inclusão na lista de regiões biologicamente mais ricas e ameaçadas do planeta.

Até 1920, mais da metade do território paulista era coberta por florestas nativas. Entre as décadas de 1960 a 1990, o desmatamento foi intensificado provocando uma perda de vegetação de 57%, um índice alarmante. Se considerarmos só

o cerrado, houve uma perda de 83% neste período. Além da drástica redução, observa-se que as áreas de mata natural remanescentes encontram-se extremamente fragmentadas.

Dados do Instituto Florestal referentes a 2001 indicam que a área com vegetação remanescente de mata natural é de 3,4 milhões de hectares, correspondendo a 13,9% da área total do Estado, e que 60% desta área está localizada na região litorânea. Os dados também indicam uma estabilização da tendência histórica de desmatamento no Estado de São Paulo, inclusive com áreas em processo de regeneração.

Porém, exemplos recentes comprovam a ineficácia da fiscalização e do licenciamento ambiental, como é o caso dos desmatamentos autorizados nos empreendimentos: Alphaville Granja Viana, onde mais de 27 hectares de Mata Atlântica foram destruídos com base em um licenciamento equivocado de vícios técnicos e

Exemplos recentes comprovam a ineficácia da fiscalização e do licenciamento ambiental

jurídicos; Loteamento Riviera de São Lourenço, em Bertioga, onde foi autorizado o desmatamento de 153 hectares de floresta de restinga em plena Mata Atlântica litorânea; Autódromo Internacional em Itatiba, com a destruição de várias nascentes em área de Mata Atlântica.

Esta permissividade também pode ser notada na falta de fiscalização e de diretrizes para a expansão do agronegócio, em que o crescimento das monoculturas da cana e do eucalipto desrespeita a legislação ambiental, desloca atividades da agricultura familiar e compromete a diversidade e o equilíbrio agro-ecológico.

A degradação ambiental do Estado de São Paulo pode ser constatada também pela existência de animais silvestres “sem mata”, inclusive de espécies ameaçadas de extinção que, em fuga, são mortos ou procuram abrigo na periferia das cidades com ocorrências registradas em estradas, fundos de quintal, garagens, jardins etc.

Unidades de conservação

São Paulo possui 26 parques estaduais, sendo que nove deles têm áreas superiores a 10 mil hectares. O Parque Estadual da Serra do Mar é o maior de todos com cerca de 315 mil hectares, mais que o dobro da área do parque Jacupiranga, o segundo em tamanho.

O Parque Estadual da Serra do Mar foi criado em 1977 e ampliado em 1982 com a incorporação da área de Picinguaba, em Ubatuba. Abrange parte de 24 municípios do litoral e Vale do Paraíba, em São Paulo, sendo a maior área de proteção integral de toda a Mata Atlântica.

O Estado possui também 14 Estações Ecológicas com área total de 230 mil hectares, sendo a maior delas a EE Juréia-Itatins, com 216 mil hectares, que está em fase de transformação para Mosaico de Unidades de Conservação da Juréia. Existem ainda 22 Áreas de Proteção Ambiental (APA) estaduais, com área total de 1,5 milhões de hectares.

As principais unidades de conservação ambiental do Estado de São Paulo, criadas antes da implantação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000), foram concebidas de forma autoritária e unilateral, sem levar em conta as populações que lá viviam há décadas.

Isto provocou o surgimento de grandes conflitos sociais, já que o caráter de conservação integral dos Parques e Estação Ecológica não permite a convivência de moradores em seu interior. Estas comunidades tiveram que resistir bravamente à desocupação de seus territórios e suportar toda sorte de privações. Hoje enfrentam novas ameaças de despejo.

Mobilizações recentes forçaram o governo a rever os limites e reclassificar áreas para possibilitar a permanência de comunidades em seus locais de moradia. Isto aconteceu na Juréia e em Jacupiranga, onde as comunidades conseguiram nova legislação que deu origem aos Mosaicos de Unidades de Proteção da Juréia e de Jacupiranga.

Estas grandes áreas das Unidades de Conservação têm sido objeto de intensas explorações clandestinas de palmito e desmatamentos, que ocorrem

devido a deficiências na fiscalização ou mesmo por convivência e corrupção de agentes do Estado.

Qualidade comprometida

De acordo com o índice de qualidade das águas - indicador adotado pela Cetesb que classifica os corpos d'água do Estado de São Paulo nas categorias ótima, boa, regular, ruim e péssima - 57% das águas monitoradas foram consideradas boas e 14 % se enquadraram como ruim e péssima.

No entanto, a Bacia do Alto Tietê, que agrega metade da população do Estado, apresenta 50% da qualidade de água classificada como ruim e péssima. Segundo a Cetesb, em razão da grande urbanização e industrialização da região, que impacta os recursos hídricos. Esta é uma interpretação que busca elidir a responsabilidade do governo estadual em não prover

**Na Bacia do Alto Tietê,
50% da água é classificada
como ruim e péssima**

a região de infra-estrutura básica, especialmente na ausência da universalização da coleta de lixo, e, principalmente, de tratamento de esgoto.

Outras bacias que também se enquadraram nessa situação, de intenso processo de urbanização, sem o correspondente tratamento dos efluentes, também apresentam, em vários pontos, classificação ruim e péssima. É o caso das Bacias do Piracicaba/Capivari/Jundiá, Sapucaí/Grande, Mogi Guaçu, Sorocaba/Médio Tietê e Turvo/Grande. Todas essas bacias têm atividade industrial ou estão em processo de industrialização. Nas regiões cuja vocação é agropecuária a qualidade da água é melhor, porém rios que passam por grandes cidades como Araçatuba, Marília e Presidente Prudente também foram classificados como ruins (relatório da Cetesb sobre qualidade da água - 2008).

Dos 60 pontos de monitoramento que coincidem com pontos de captação para

abastecimento público, em 13 a qualidade da água é ruim ou péssima e em 18 é regular. Portanto, apenas metade dos locais de captação de água para consumo humano é considerada boa ou ótima.

Conflito por água

O Estado de São Paulo possui hoje 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos e respectivos Comitês de Bacias Hidrográficas, envolvendo os vários municípios. As Bacias Hidrográficas mais importantes do Estado são as dos rios Tietê, Pardo, Mogi Guaçu e Paraíba do Sul.

A Bacia do Rio Tietê, com cerca de 72 mil km², é a maior e a mais importante do Estado. Ao longo de seu curso há uma série de usinas hidroelétricas, responsáveis por parte considerável da energia elétrica consumida no Estado e os reservatórios de Ponte Nova, Taiacupeba e Biritiba-Mirim, responsáveis por parte do abastecimento de água potável para a Região Metropolitana de São Paulo.

O Rio Pardo, com bacia total de 34,5 mil km², é o mais importante dos afluentes do Rio Grande, por sua vez formador do Rio Paraná. Seu mais importante afluente é o Rio Mogi-Guaçu, com bacia total de 17,8 mil km². Constituem importantes regiões do Estado, notáveis pela produção agrícola e pelos grandes núcleos urbanos nelas localizados.

O Rio Paraíba do Sul, com bacia total de 56,5 mil km², banha os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, com afluentes drenando regiões do Estado de Minas Gerais. Além dos importantes aproveitamentos hidroenergéticos nele existentes, é de fundamental importância para o abastecimento de água potável para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e para outras importantes cidades do Estado.

Também merecem destaque os rios Tibiriçá, Aguapeí e do Peixe, que formam importantes Bacias Hidrográficas na região ocidental do Estado; o rio Corumbataí, principal manancial produtor de água para abastecimento da cidade de Piracicaba e o rio Atibainha, integrante do Sistema Cantareira, principal produtor de água para abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo.

Pesquisa da própria Secretaria do Meio Ambiente mostra que as bacias do Alto Tietê e

dos rios Capivari, Jundiá e Piracicaba serão palco de conflitos causados pela escassez de água em 2020. Os setores industrial, agropecuário e urbano vão entrar em disputa pelos recursos hídricos se não houver maior racionalização no uso da água dessas bacias. A demanda por recursos hídricos tende a aumentar com o crescimento da atividade econômica. Estudos do DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica indicam a possibilidade de transposição de águas da bacia do Rio Paraíba para o Alto Tietê visando ao abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo.

Mananciais poluídos

Existem oito sistemas produtores de água para abastecer os 19 milhões de habitantes que vivem na Grande São Paulo. Os principais são o Cantareira, Guarapiranga e Billings, responsáveis pela água consumida por cerca de 70% da população. Todos eles, assim como seus principais rios, estão poluídos e sofrem com problemas de degradação ambiental resultantes da ocupação indevida de suas bacias hidrográficas.

O Programa Metropolitano de Água previa para 2008 uma demanda 70,3 m³/s, enquanto a produção média do sistema integrado para abastecimento de água tem sido de 65m³/s.

A falta de planejamento urbano e de política habitacional foi responsável pela ocupação desordenada das áreas de proteção dos mananciais. Atualmente dois milhões de pessoas habitam estas áreas, com destaque para as Bacias das represas Billings e Guarapiranga, e contribuem para a poluição das águas e o desmatamento de áreas que deveriam ser preservadas.

Depois de muita demora por parte do governo estadual e graças à pressão das comunidades e entidades ambientalistas, foram aprovadas em 2006 e 2009 as legislações específicas para as Bacias Guarapiranga e Billings, que procuraram disciplinar as ocupações, regularizar as existentes mediante compensação ambiental e estabelecer o princípio da co-responsabilidade nas ações de recuperação e proteção dos mananciais entre Estado, municípios e sociedade civil.

Mineração descontrolada

A mineração no Estado de São Paulo retrata claramente as tendências e desafios preconizados para o setor em âmbito nacional: entrada de empreendedores multinacionais nas áreas extrativas e de transformação, abrangendo indústrias de agregados - cimento, argamassa, areia industrial e vidro, matérias-primas sintéticas e produtos cerâmicos; expansão do consumo de bens minerais e do mercado produtor paulista, envolvendo, sobretudo, os minerais industriais considerados de uso social, que incluem, basicamente, as matérias-primas para construção civil e agricultura, entre elas areia, brita, argilas e calcário; e necessidade do planejamento do desenvolvimento setorial em bases ambientalmente sustentáveis e do aprimoramento tecnológico e controle ambiental da mineração instalada.

A extração de minerais ocorre na maior parte dos municípios paulistas, concentrando-se na produção de matérias-primas de uso na construção civil (areia, argila, brita, calcário para cimento e cal, e rochas para revestimento) e de insumos para agricultura (rochas calcárias e fosfáticas), além de minerais industriais diversos utilizados pelas indústrias de transformação (metalúrgica, de alimentos, cerâmica, entre outras), e materiais de empréstimo (cascalho e saibro).

O volume da produção desses minerais é tão expressivo que, embora São Paulo não seja

Disponibilidade hídrica Região Metropolitana

Sistema Produtor	m ³ /s
Cantareira	29,9
Alto Tietê	12,3
Guarapiranga/Taquacetuba	12,0
Rio Grande	4,8
Rio Claro	3,9
Alto Cotia	1,2
Baixo Cotia	0,9
Ribeirão da Estiva	0,1
Total	65,1

considerado um Estado tradicionalmente minerador, insere-se entre os grandes produtores por conta da extração, em território paulista, de cerca de 20 variedades de minerais industriais, sendo o valor de produção do setor de mineração no Estado superior a R\$ 2 bilhões, ou 6% da produção do país.

Contaminação de áreas

Áreas contaminadas são locais onde há comprovadamente poluição ou contaminação causadas pela introdução de quaisquer substâncias ou resíduos.

Nessa área, os poluentes ou contaminantes podem concentrar-se nos diferentes compartimentos do ambiente, como no solo, sedimentos, rochas, materiais utilizados para aterrar os terrenos e águas subterrâneas.

São 2.514 áreas contaminadas, mas a Cetesb não dispõe de mecanismos de controle

A existência de uma área contaminada pode gerar danos à saúde, comprometimento da qualidade dos recursos hídricos, restrições ao uso do solo, danos ao patrimônio público e privado, com a desvalorização das propriedades, além de danos ao meio ambiente.

Em maio de 2002, a Cetesb divulgou pela primeira vez a lista de áreas contaminadas, registrando a existência de 255 áreas no Estado. O registro das áreas contaminadas vem sendo constantemente atualizado e totalizou, em novembro de 2008, 2.514 áreas.

O aumento relativamente pequeno no número de áreas contaminadas revela baixa capacidade do governo de identificação de novas áreas. A experiência internacional de regiões com processo de industrialização semelhante aponta para a provável existência de milhares de áreas contaminadas no Estado. A maior parte refere-se a postos de combustível.

Resíduos sólidos

A população do Estado produz cerca de 27 mil toneladas diárias de lixo, cuja coleta e destinação final são de responsabilidade dos municípios.

Apesar de contar com uma política estadual de resíduos sólidos, instituída em lei, que define diretrizes, objetivos e instrumentos para a gestão integrada, os municípios não contam com o apoio de governo do Estado, além da ausência de fiscalização e controle exercidos pela Cetesb.

Assim, não há uma política sistemática e abrangente de minimizar a quantidade de lixo produzido, dar novos usos à parcela reutilizável e reciclar os materiais que podem ser reinsertos nos processos produtivos, deixando de ser depositados no solo.

As instalações para destinação final de resíduos sólidos são classificadas pela Cetesb em inadequadas, controladas e adequadas.

No início da década, houve uma melhora significativa das condições de disposição, fundamentalmente por causa da ofensiva desencadeada pelo Ministério Público Estadual, a partir da década de 1990, de coibir a poluição generalizada do solo e do lençol freático, por meio da imposição de compromissos de desativação dos lixões pelos municípios.

A partir de 2002, os avanços não foram significativos. Houve uma gradativa diminuição dos municípios com instalações inadequadas, um correspondente aumento das instalações controladas, com um salto positivo em 2008, mas as instalações adequadas oscilaram na faixa de 40 a 50% no período.

Assim, a disposição final ainda não é adequada em quase metade dos municípios do Estado de São Paulo.

Com base no programa de aterros sanitários em valas a Secretaria do Meio Ambiente celebrou, desde 2001, 203 convênios com municípios de população até 25 mil habitantes.

Os repasses de recursos, até 2008, limitaram-se a cerca de R\$ 2 milhões. O baixo volume de recursos fez com que apenas 77 municípios mantivessem o convênio.

Política ambiental não é eficiente

O meio ambiente não tem sido tratado com a devida seriedade pelos sucessivos governos do Estado. Com apenas 0,61% do Orçamento, a Secretaria do Meio Ambiente elencou 21 projetos prioritários que expressam mais uma preocupação midiática do que propriamente o equacionamento real dos problemas ambientais.

A reestruturação da Secretaria, com a centralização de todo o licenciamento ambiental na Cetesb, embora bem intencionada trouxe à tona as condições precárias de trabalho e a falta de pessoal capacitado para dar conta das novas responsabilidades do órgão. A falta de uma política ambiental eficiente, sem diretrizes territoriais e zoneamento, tem fragilizado os ecossistemas.

A transferência de responsabilidades aos municípios (Resolução SMA22/07) tem se mostrado indefinida, já que a capacidade de resistir às pressões setoriais nas municipalidades é muito menor que no sistema estadual, tendo em vista a proximidade e pressões econômicas.

Por fim, a atual administração tem procurado esvaziar a gestão participativa através do Consema, dificultando a apreciação dos EIA-RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto do Meio Ambiente), cerceando a participação na formulação de estudos a projetos impactantes, restringindo a possibilidade de vistas nos processos de licenciamento e dificultando o cadastramento das entidades ambientalistas.

Programas e ações na linha de corte

Verbas limitadas para assistência e a ausência de ações eficazes tornam inócuos, na prática, direitos e garantias fundamentais

Com uma população de quase 42 milhões de habitantes, o Estado de São Paulo convive com cerca de 1,1 milhão de famílias vivendo em condições de pobreza, isto é, com renda per capita abaixo de R\$ 100,00 por mês. Dessas, cerca de quatro milhões de pessoas, segundo dados de 2006 da própria Secretaria de Desenvolvimento Social, vivem em situação de extrema pobreza – com renda mensal abaixo de R\$ 50 por mês. Essa população correspondia, em 2004, a quase 11% das famílias no Estado, e estes números vêm crescendo. O Ministério do Desenvolvimento Social projetou em 1.445.140 o número de famílias pobres para 2008 no Estado, ou seja, aquelas com renda per capita mensal de meio salário mínimo (R\$ 137,00 na época).

Os programas básicos de atendimento à população mais vulnerável não ampliaram sua cobertura em níveis compatíveis com a necessidade. O programa Renda Cidadã permaneceu, em 2008 e 2009 – e novamente para 2010 – com perspectiva de atendimento inferior a 150 mil famílias no Estado, com aporte de R\$ 60,00 mensais. Efetivamente, em 2008 havia atendido apenas 137.772 famílias. Os demais programas, como o Ação Jovem, também permanecem com atendimento extremamente reduzido. Novamente, em 2008, foram atendidos pelo programa apenas 95 mil jovens, entre 14 e 24 anos, com apoio de R\$ 60,00 mensais.

A comparação com o Programa Bolsa Família do governo Federal evidencia as diferenças de política. O Bolsa Família atende atualmente

(julho 2009), 11.535.150 de famílias no país, sendo 1.099.702 só no Estado de São Paulo, de acordo com os dados de julho de 2009, do Ministério do Desenvolvimento Social. Aliás, a Secretaria Estadual de Assistência Social, em audiência na Assembleia Legislativa em setembro de 2009, expressou que se “sente um alívio” com o atendimento do Bolsa Família no Estado.

Além do reduzido alcance dos programas de transferência de renda, o atendimento geral da política de assistência social é bastante limitado. Os

Estado tem 1,5 milhão de famílias com meio salário mínimo de renda mensal

programas de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial constituem o maior volume dos projetos da Secretaria e beneficiaram 373.623 indivíduos em 2008. O Programa de Proteção Social Básica (atendimento socioassistencial por meio de entidades, serviços e projetos abertos) atendeu 312.411 pessoas. O Programa de Proteção Social Especial (fundamentalmente, atendimento e assistência por meio de equipamentos de tipo abrigo) atendeu 61.212 pessoas. Houve, por sua vez, forte concentração no investimento em equipamentos sociais para o programa de Proteção Social Básica.

Orçamento reduzido

O orçamento para a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social tem sofrido redução permanente no Orçamento Geral do Estado a cada ano. Em 2008, correspondia a apenas 0,42%. O que já era extremamente reduzido caiu para 0,36% em 2009. E, na proposta orçamentária para 2010, corresponde a apenas 0,299%. São R\$ 419 milhões em um Orçamento estadual total previsto para R\$ 125,5 bilhões.

Por outro lado, a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social está investindo na parte gerencial da política, transferindo a realização dos convênios para os municípios. A política de municipalização tem se prestado a tornar menos transparentes a implementação dos programas. Em vários deles, divulga-se apenas o número de municípios para os quais é feito o repasse das verbas; não há informação sistemática do número de pessoas ou famílias atendidas, dificultando enormemente uma análise informada dos dados de atendimento no Estado. Ao mesmo tempo, repete-se a prática de onerar os municípios com o custeio dos programas. O programa Quero Vida, anunciado como novidade no atendimento à população idosa, caberá à Secretaria apenas incentivar a implantação; o custeio ficará por conta dos municípios.

O governo Serra renomeou o Fundo Social de Solidariedade, que passou a se chamar Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Sociocultural do Estado de São Paulo, a partir de 2007. Entretanto, permanece o conservadorismo de vincular políticas de assistência social ao clientelismo que orienta a existência de gabinetes de “primeira-dama”. Para 2010, mantém-se uma parcela orçamentária acima de R\$ 24 milhões desviada para essa finalidade. Na verdade, o orçamento do Fundo de Solidariedade corresponde a mais de 5% do montante total destinado à Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social.

São Paulo tem cerca de 16 mil crianças e adolescentes em abrigos do Estado, segundo o Portal do Governo, relatório 2008. O corte de verba nas políticas do Programa Atenção Especial reduz as perspectivas de melhoria do atendimento às crianças e adolescentes que vivem afastados de seu vínculo familiar.

O orçamento reduzido da Secretaria continua sofrendo cortes para 2010, afetando as populações mais vulneráveis que são atendidas por estas políticas: crianças, idosos e população de rua.

Fugas e rebeliões

A Fundação CASA, antiga Febem, atende cerca de 15 mil adolescentes em todo o Estado, sendo cerca de 20% somente da capital. A gestão Serra na Fundação CASA, sob a presidência de Berenice Giannella, tem se esmerado em esconder os dados sobre o cotidiano do atendimento da Fundação. Não há divulgação de estatísticas ou dados sobre o dia-a-dia dos adolescentes atendidos. E não há um mecanismo que permita a fiscalização do atendimento aos adolescentes.

O governo tem propagandeado que não houve nenhuma rebelião em 2009 e apenas três em 2008. No entanto, as raras notícias divulgadas deixam claro que os problemas não vêm à tona, embora permaneçam. Em agosto de 2009, após uma rebelião, 18 adolescentes fugiram a pé da unidade da Fundação CASA de Jundiaí. Três funcionários ficaram feridos. Em 23 de março de 2009, também houve uma fuga na unidade de Peruíbe após tumulto no local. Há indicação de fugas na unidade de Araçatuba em janeiro e agosto de 2009. Novamente, em outubro de 2009, a imprensa informou a existência de rebelião em unidade da capital.

O governo do Estado tem investido fortemente no processo de municipalização dos programas de liberdade assistida. São 455 cidades do Estado que realizam a liberdade assistida, sendo que em 65 já ocorreu a municipalização.

Como em outras áreas de governo, também

no caso da Fundação CASA prevalece a prática de apresentar informações genéricas que tornam difícil o acompanhamento efetivo do desenvolvimento das políticas. O orçamento, por exemplo, foi concentrado na ação de “Reconfiguração das medidas socioeducativas”, rubrica em que o governo Serra unificou o conjunto de medidas socioeducativas, tornando mais difícil o acompanhamento de cada tipo de medida. Vale mencionar que, em 2008, as ações de atenção à saúde e à educação tiveram baixa execução. Em especial, no atendimento de saúde aos adolescentes, em que 60,45% do orçamento previsto não foram executados.

Governo omite informações sobre adolescentes internos da Fundação CASA

Também a construção das novas unidades da Fundação apresenta problemas. Em dezembro de 2008, a “nova” unidade de Araçatuba, que fora construída há menos de dois anos, teve problemas estruturais e precisou ser reformada. A construtora Engeva Engenharia e Construções Ltda já havia sido processada em obras anteriores.

Muita propaganda

Levantamento de dados feito pela Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência indica 4,2 milhões de pessoas com deficiência no Estado de São Paulo. A Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência foi criada em maio de 2008 como vitrine do governo Serra para a política frente a este setor. Já no seu segundo ano de existência esta Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência teve a proposta orçamentária para 2010 cortada em mais de um terço, na comparação com 2009. A política praticamente se resume à criação da Rede Lucy Montoro, uma rede de ambulatórios para o atendimento terapêutico, em especial de reabilitação física, vinculada à rede de saúde.

Violência contra a mulher

O Estado de São Paulo tem poucos avanços a registrar nas políticas de combate e prevenção à violência contra a mulher. No Estado que criou a primeira Delegacia de Defesa da Mulher no país, em 1985, o atendimento às mulheres permanece estacionado. São, atualmente, 129 unidades de Delegacias da Mulher para todo o Estado, ou seja, a grande maioria dos municípios não tem esse atendimento; apenas 121 dos 645 municípios contam com unidade da DDM. O governo Serra não investiu na ampliação ou no fortalecimento das Delegacias de Defesa da Mulher. Além do número de delegacias continuar praticamente o mesmo, desde final dos anos 1990 as condições de funcionamento permanecem extremamente limitadas. Nenhuma unidade atende no período noturno ou no final de semana. É mais do que conhecido que os casos de violência doméstica são muito mais frequentes exatamente nos finais de semana e à noite.

Mas não é apenas no serviço das delegacias que o Estado de São Paulo registra um atraso persistente na implantação de uma política de atendimento aos casos de violência contra as mulheres. São Paulo conta com apenas um Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, criado em janeiro deste ano na capital. A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, entrou em vigor em agosto de 2006 e prevê a instalação de Juizados Especiais para garantir sua implementação e aplicação de forma adequada. Uma das previsões da Lei é, exatamente, a determinação de medidas de proteção à vítima, com o objetivo de proteger a integridade e a vida da mulher nos casos de violência doméstica que devem ser decididas pelo Judiciário e dependem, entre outras coisas, para sua implementação, de serviços para o atendimento à mulher. O Tribunal de Justiça argumenta que não dispõe de orçamento para ampliar o número de juizados. A Defensoria Pública apresenta na Justiça, por dia, uma média de quatro pedidos de medidas de proteção para mulheres vítimas de violência doméstica, na maioria dos casos para evitar que o agressor se aproxime da mulher, mantendo as ameaças e mesmo o risco de assassinato. O Núcleo

Especializado de Proteção e Defesa da Mulher, da Defensoria Pública, estima que sejam atendidas 65 mulheres agredidas por semana só na capital. E é reconhecido que um grande número de mulheres deixa de procurar ajuda policial ou judiciária por não ter acesso ao serviço.

Descaminhos

Em relação a políticas de combate à discriminação racial, o governo Serra não fez nem mesmo sua especialidade: propaganda. Após dois anos sem qualquer iniciativa, o governo criou uma Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, transferindo a responsabilidade para a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania após os atritos do Secretário de Relações Institucionais que antecederam a II Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, realizada em maio de 2009. Uma coordenação sem propostas, sem políticas e sem orçamento.

Incompetência e despreparo de Secretário (e do próprio governador) para tratar de temas sob sua responsabilidade. O Secretário de Relações Institucionais, José Henrique Reis Lobo, entrou em conflito com a comunidade negra ao mencionar que resultados de políticas afirmativas levarão “mais 500 anos”, levando a proposta de renúncia de membros do Conselho. Serra se viu obrigado a transferir o tema da pasta para a Secretaria da Justiça e criar o novo órgão, a Coordenação.

Intolerância

Após a Conferência Estadual GLBT, realizada em abril de 2008, e com pressão do movimento social, o governo Serra criou uma Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual, vinculada à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Mas, assim como em relação à discriminação racial, não foram

desenvolvidas quaisquer políticas para a área. Nem mesmo as resoluções da Conferência foram publicadas. E a Lei 10.948/2001, que regulamenta a punição dos casos de homofobia, permanece sem divulgação.

Pouco acesso à Justiça

A Defensoria Pública, criada em 2006, demanda a instalação de estrutura, ampliação do quadro de defensores e contratação de um quadro de pessoal complementar para cobrir o atendimento em todo o Estado. Sem orçamento suficiente, a Defensoria Pública ainda conta com o mesmo número de 400 defensores e está instalada em 22 das 360 comarcas do Estado. Apenas recentemente, em outubro de 2009, foi aprovada a ampliação de mais 100 cargos de defensores; embora no Plano Plurianual houvesse a previsão de criação de 400 novos cargos, sendo 100 a cada ano. São Paulo continua com um dos serviços mais precários do país. Segundo o “III Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil”, divulgado pelo Ministério da Justiça, houve um aumento de 24% no número de defensores no país (período entre 2005/julho de 2009). São Paulo continua um dos estados mais defasados no que se refere ao acesso à Justiça. Segundo o levantamento feito pelo Ministério da Justiça, o Estado possui a segunda pior relação nacional de defensor público por usuário potencial. São mais de 72 mil pessoas para cada profissional. A média nacional é de um defensor para cada 32 mil usuários. Apenas os estados do Maranhão e de Alagoas, com mais de 100 mil e 70 mil respectivamente, possuem relação pior que São Paulo. Na área de execução penal, por exemplo, são apenas 35 defensores trabalhando, sendo que existem cerca de 150 mil pessoas nas unidades prisionais paulistas e sua imensa maioria sem recursos para pagamento de advogado.

O lucro conta mais do que o bom serviço

Na lógica do setor privado, a Sabesp maximiza rendimentos e atende mal no abastecimento de água, na coleta e no tratamento de esgotos

Planejar e executar as políticas estaduais de energia, de recursos minerais e de saneamento básico e apoiar os municípios do Estado nas áreas de atuação são as principais atribuições da Secretaria de Saneamento e Energia.

Os órgãos a ela vinculados são a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp; Companhia Energética de São Paulo – Cesp; Empresa Metropolitana de Águas e Energia – Emae; e Departamento de Águas e Energia Elétrica – Dae.

Em 2009, o orçamento da secretaria foi de R\$ 3,3 bilhões e, para 2010, prevê R\$ 3,1 bilhões. A redução entre 2009 e 2010 se deu na previsão de investimentos.

Esta secretaria foi criada no governo Serra, como sucessora da antiga Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento. A área de recursos hídricos foi transferida para a Secretaria de Meio Ambiente, mas o Dae, que executa a política, permaneceu no órgão.

Apesar de ser função da Secretaria de Saneamento e Energia planejar e executar a política estadual de saneamento básico em todo o território do Estado de São Paulo não é isso que ocorre. Essa tarefa sempre ficou a cargo da Sabesp, que deveria ser responsável apenas pela operação dos serviços nos municípios onde atua. A empresa presta serviços em 366 (56,74%) dos 645 municípios do Estado e atende a 26 milhões de pessoas, ou 62% da população do Estado. As outras 279 cidades operam diretamente os serviços de saneamento ou fizeram a concessão ao setor

privado. Dos 118 municípios com mais de 50 mil habitantes, a Sabesp opera em 62.

Mesmo com a intensa propaganda do governo estadual, a população continua enfrentando graves problemas relacionados ao abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, enquanto a Sabesp se transforma, cada vez mais, em uma empresa de negócios, cujo principal objetivo é atender às exigências do mercado. Para tanto, obteve autorização para atuar fora do Estado, inclusive no exterior e nas áreas de energia e resíduos sólidos.

A Sabesp deixou de disponibilizar informações sobre a coleta e tratamento de esgoto de vários municípios ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS/2007 do Ministério das Cidades, diferentemente de 2005 e 2006, e deixou de informar na internet os índices de cobertura de água e esgoto por município.

Desabastecimento

Dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, 32 são operados pela Sabesp. Uma cidade opera diretamente seus serviços (Santa Isabel) e seis compram água da empresa no atacado (Guarulhos, Mogi das Cruzes, Santo André, Diadema, Mauá e São Caetano do Sul).

Nos municípios operados pela Sabesp na RMSP, 600 mil pessoas que vivem em áreas regularizadas ainda não têm acesso à água potável de forma adequada. Nestes cálculos não está incluída a população que vive em áreas irregulares e que somam mais de 2,5 milhões de pessoas.

Segundo estudo elaborado pela Agência

Nacional de Águas – ANA, para o pleno atendimento das demandas por água nos municípios da Grande São Paulo, são necessários, até 2025, investimentos de R\$ 3,46 bilhões no sistema produtor.

Na Região Metropolitana da Baixada Santista – RMBS, a Sabesp opera nos sete municípios e atende a uma população de 1,69 milhão de habitantes, sendo que 160 mil pessoas não têm acesso à água potável de forma adequada. Segundo a ANA, há necessidade de novos mananciais e ampliações dos sistemas produtores existentes, com investimentos da ordem de R\$ 350 milhões para serem aplicados em quatro municípios.

A Região Metropolitana de Campinas – RMC - não tem a Sabesp como operadora dos serviços na maioria dos municípios. Na região, que é composta por 19 cidades, a Sabesp opera em Hortolândia, Itatiba, Monte Mor e Paulínia. Essa última cidade está em processo de concessão dos serviços de saneamento à iniciativa privada. Pelos dados do SNIS, 61,4 mil pessoas não têm acesso à água potável de forma adequada. Pelo estudo da ANA, serão necessárias obras em 10 dos 19 municípios, a um custo de R\$ 152 milhões.

A Sabesp produz 100 mil litros de água por segundo. Deste volume, perde 27,7% por vazamentos ou fraudes (falta de medição, furto etc), o que daria para atender sete milhões de usuários, ou 35% dos habitantes da RMSP.

Esgotamento sanitário

Com relação à coleta dos esgotos, a situação é ainda pior, haja vista a dramática situação dos moradores da Zona Leste da capital. A exemplo deles, outras comunidades carentes são vítimas de doenças causadas por falta de saneamento. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, para cada R\$ 1,00 investido em saneamento economiza-se R\$ 4,00 em saúde pública.

Nos municípios da RMSP e Baixada Santista, cerca de 6,8 milhões de pessoas não têm os esgotos coletados e mais de 11,7 milhões não têm os esgotos tratados.

Dados da Cetesb mostram que os 34 municípios da RMSP que integram a Bacia do

Alto Tietê, com população total de 19,5 milhões de habitantes (IBGE 2008), têm 85% dos esgotos coletados e 44% do que é coletado é tratado. Das 20 cidades da RMSP, com menos de 10% de tratamento dos esgotos, 17 são operadas pela Sabesp.

As cinco estações de tratamento de esgotos da Sabesp na RMSP têm capacidade instalada desde 1998 para tratar 18 mil litros de esgoto por segundo. Tratam atualmente 14,9 mil litros por segundo. Ou seja, além da capacidade instalada hoje não ser suficiente para tratar todo o esgoto produzido, ela não é utilizada plenamente.

Na Baixada Santista, onde a população duplica na temporada de férias, são coletados 59% dos esgotos e tratados 9%. No caso dos municípios litorâneos, há um tratamento preliminar que remove apenas os sólidos grosseiros e depois de clorados são lançados em emissários submarinos, que, segundo a Cetesb, impactam negativamente o meio marinho. Em função disso, o órgão ambiental considera esses esgotos como não tratados, diferentemente do que faz a Sabesp.

Há 157 cidades sem tratamento de esgotos, o que atinge nove milhões de pessoas

Na Região Metropolitana de Campinas mais de 870 mil pessoas não têm coleta de esgotos e 1,9 milhão não têm seus esgotos produzidos tratados. Dos esgotos coletados, apenas 30,09% recebiam tratamento, conforme dados do SNIS para 2007.

De acordo com a Cetesb, no Estado, 85% dos esgotos são coletados e 45% são tratados. Há 157 municípios sem tratamento e uma população de mais nove milhões de habitantes sem nenhum tratamento de esgotos.

Demanda não atendida

A Sabesp é uma empresa de economia mista cujo principal acionista é a Secretaria da Fazenda do Estado, com 50,26% das ações. O

restante é negociado na Bolsa de Valores de São Paulo e de Nova Iorque.

A Sabesp contabiliza receita crescente e resultado positivo nos últimos anos. Em 2008, a empresa teve uma receita operacional líquida de R\$ 6,4 bilhões e o lucro superou R\$ 1 bilhão.

Parte do lucro obtido pela empresa paga dividendos aos acionistas. A Fazenda do Estado recebeu, entre 2003 e 2009, R\$ 1,3 bilhão e não os reinvestiu em saneamento.

O valor investido pela Sabesp tem sido constantemente inferior ao orçado. Exceto em 2008, quando o investimento excedeu em 8,5%. Entre 2002 e 2008, descontando-se o valor maior investido em 2008, a empresa deixou de aplicar em saneamento quase R\$ 700 milhões em relação ao aprovado no Orçamento.

A previsão orçamentária de 2010 é 13% menor que 2009, ou seja, R\$ 272,77 milhões, e a expectativa de investimentos para o período 2009-2013 é de R\$ 8,6 bilhões.

Os investimentos previstos com recursos do PAC para saneamento entre 2007 e 2010 no Estado somam quase R\$ 5 bilhões. Só a Sabesp deverá receber cerca de R\$ 2,2 bilhões para atender aos municípios onde opera os serviços de saneamento.

Regras excludentes

A Sabesp pratica várias tarifas, entre elas a residencial/social, residencial/favelas e residencial/normal. Os critérios para se ter acesso às tarifas são por demais excludentes. No caso de residência unifamiliar, o cliente deverá ter renda familiar de até três salários mínimos, ser morador de habitação subnormal com área útil construída de até 60m² e ser consumidor monofásico de energia elétrica com consumo de até 170 kWh/mês. Outra possibilidade é estar desempregado e sua última remuneração não ultrapassar três salários mínimos. Neste caso, o direito da tarifa social está limitada ao período máximo de 12 meses, não podendo ser renovado.

No caso de habitação coletiva, as habitações consideradas sociais, como cortiços e as verticalizadas, deverão ser cadastradas na tarifa social. Para ter o cadastro, o cliente precisa estar

adimplente com a Sabesp. Caso inadimplente, deverá efetuar acordo para pagamento dos débitos. Além disso, os clientes deverão, a cada 24 meses, comprovar o enquadramento na tarifa social, sob pena de descadastramento automático.

Além de assinar termo de compromisso, ainda precisam anexar documentos de comprovação de renda, área útil do imóvel (IPTU do exercício) e de consumo de energia elétrica.

A Sabesp cobra tarifa de esgoto mesmo onde não presta serviço de tratamento

A tarifa de esgoto tem o mesmo valor daquela cobrada pela água, ou seja, dobra-se o valor da conta na Região Metropolitana e acrescenta-se 80% no Interior. A cobrança é efetuada mesmo que não haja tratamento do esgoto coletado. Há várias ações judiciais questionando a empresa sobre esse fato.

Relação autoritária

A maioria dos municípios operados pela Sabesp firmou contratos de concessão com a empresa por 30 anos no início dos anos 1970. Encontravam-se vencidas, até 30 de setembro de 2009, 79 concessões - todas elas em fase de negociação. Entre 2009 e 2030 vencerão 94 concessões. O restante tem prazo indeterminado. Até 30 de setembro de 2009 foram assinados 160 contratos de programa. Com o advento da Lei Federal 11.445/07, que estabeleceu diretrizes para o setor de saneamento, não existem mais contratos de concessão e, sim, contratos de programa, exceto quando a relação é com o setor privado.

Todos os municípios que renovaram contrato com a Sabesp delegaram à Agência Reguladora de Saneamento e Energia – Arsesp - a tarefa de regular os novos contratos. A cidade de Lins chegou a elaborar projeto criando agência, mas depois desistiu.

Em alguns municípios, a Sabesp opera sem contrato, como é o caso da cidade de São Paulo.

Em outros, o instrumento utilizado é escritura pública, caso dos municípios da Baixada Santista, exceto Cubatão, que nesse momento negocia com a Sabesp a renovação do contrato que venceu em setembro de 2009.

Desde janeiro de 2007, o país passou a contar com uma política nacional, que definiu as diretrizes para o Saneamento (Lei 11.445/07). A lei aprovada fortalece o papel dos municípios e o controle social. Também foi aprovada, em 2005, a Lei 11.107/05, que disciplinou a relação cooperativa entre entes federados; e a Lei de Consórcios Públicos, que trata do saneamento em seu artigo 13. Com relação à titularidade sobre a prestação dos serviços de saneamento em Regiões Metropolitanas, a disputa entre os governos estaduais e os municípios é intensa, principalmente porque os governadores querem a titularidade dessas regiões, onde se concentra a maior arrecadação das companhias de saneamento. A questão está em exame no Supremo Tribunal Federal.

Foram gastos R\$ 287 milhões com propaganda e apenas R\$ 151 milhões no combate às enchentes

A relação da Sabesp com os municípios sempre foi autoritária. A empresa nunca os incorporou nos processos de planejamento, definição de tarifas, priorização de obras, entre outros. Exemplo ilustrativo foi a postura do governo do Estado e da Sabesp e como trataram a Prefeitura de São Paulo quando governada pelo PT. A gestão petista aprovou uma lei que criava uma agência de regulação para controlar a prestação dos serviços pela Sabesp no município. Na oportunidade, o governador Alckmin ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a iniciativa e conseguiu impedir sua aplicação. A intenção da prefeitura era colocar o município como protagonista do saneamento em seu território.

A partir de dezembro de 2007, a Arsesp passa a regular os serviços públicos de saneamento básico e de gás canalizado no Estado. A agência, depois de dois anos de criação, ainda não se consolidou, apesar de ter recebido delegação para regular os serviços de saneamento em cerca de 160 cidades.

Só recentemente indicou o diretor de saneamento e realizou concurso público. Até hoje não conseguiu instituir o Conselho de Orientação de Saneamento. O governo criou a Arsesp acodadamente para evitar que os municípios criassem seus próprios entes reguladores. Assim, um órgão ligado ao governo do Estado (Arsesp) regula e fiscaliza a operação de outro órgão controlado pelo Estado (Sabesp), em um serviço público cujo titular é o município.

Omissão com as enchentes

O governo do Estado destinou 75% dos gastos no combate às enchentes dos últimos 10 anos nas obras de rebaixamento da Calha do Tietê. Mesmo assim, dia 8 de setembro de 2009, a cidade assistiu ao transbordamento do Rio Tietê em vários pontos, o que se repetiu em 8 de dezembro e várias vezes em janeiro de 2010.

Duas ações importantes, limpeza e conservação de canais e corpos d'água e serviços e obras complementares na Bacia do Alto Tietê tiveram redução dos recursos previstos no Orçamento de 2010 em 64,50% e 61,29%, respectivamente.

Por outro lado, enquanto foram gastos pelo governo paulista R\$ 68 milhões com as ações do Programa de Infraestrutura Hídrica e Combate às Enchentes em 2007, os valores gastos com publicidade e propaganda chegaram a R\$ 88,3 milhões.

Já em 2008, os recursos gastos com o combate às enchentes foram de R\$ 107,4 milhões, abaixo novamente dos gastos com comunicação, que atingiram o valor de R\$ 178,7 milhões.

Em 2009, os gastos com propaganda e publicidade continuaram aumentando. Até meados de dezembro, já haviam sido gastos R\$ 287 milhões com propaganda, mas apenas R\$ 151 milhões no combate às enchentes.

Drenagem urbana ineficaz

O Plano Diretor de Macro Drenagem da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, que abrange quase toda a Região Metropolitana de São Paulo, foi elaborado em 1998, indicando providências para o controle das cheias no rio Tietê e seus principais afluentes. O

Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, autarquia estadual, foi o contratante. Este estudo concluiu que seria possível evitar as enchentes adotando uma série de medidas, entre as quais se destacam quatro principais.

A primeira foi a indicação de severa obediência às leis de ocupação e zoneamento urbanos, com a manutenção e preservação de áreas que tenham grande potencial de riscos de erosão, o controle rígido de desmatamentos e providências para minimizar o transporte de lixo e sedimentos. Estas medidas de caráter institucional não foram adotadas. Houve ocupações generalizadas, inclusive em encostas, com imensas áreas sendo desmatadas e impermeabilizadas e grande volume de lixo e sedimentos foi carregado aos cursos de água. Isto ocorreu devido à especulação imobiliária e a ausência de política consistente de habitação popular por parte do governo do Estado, associadas à falta de fiscalização. A orientação explícita de evitar, de todo modo, a ocupação das várzeas do rio Tietê foi ignorada, o que foi um dos motivos da inundação do Jardim Romano no final de 2009, o que continuou em janeiro de 2010. As várzeas, desde 1988, integram Área de Proteção Ambiental – APA - do Estado.

Outra medida proposta foi a disseminação de reservatórios de retenção – piscinões - nas bacias dos principais afluentes do rio Tietê, como o rio Tamanduateí, o rio Aricanduva, o córrego Pirajuçara, o ribeirão Vermelho, o rio Baquirivu e o médio Juqueri, para reter as águas nos picos de chuva. O governo do Estado projetou implantar 134 piscinões, dos quais executou 43, menos que um terço. Além disso, remeteu para as prefeituras, que já haviam cedido os terrenos, a obrigação de efetuar a limpeza e manutenção dos reservatórios. Devido aos altos custos e à circunstância que, muitas vezes, o piscinão não beneficia o município em que está localizado, mas os municípios a jusante, a limpeza deixou de ser feita no tempo correto, comprometendo a capacidade de retenção.

A terceira medida era o cumprimento da meta do governo do Estado de ampliar e rebaixar a calha do rio Tietê e garantir que esta calha permaneceria sempre desobstruída. Na época da elaboração do

Plano Diretor, a *Fase 1* da obra estava bastante adiantada. Havia sido contratada e iniciada no governo Fleury, com financiamento japonês. Esta fase contemplava o trecho a jusante da confluência dos rios Tietê e Pinheiros. A *Fase 2* alargou o canal e o rebaixou 2,5 metros, em média, entre a barragem da Penha e o Cebolão. Teve início em 2002, a um custo previsto de R\$ 700 milhões e acabou consumindo o dobro de recursos devido a superfaturamento e outras irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE.

Por ironia do destino, em 2006, no dia seguinte à inauguração desta obra, que foi anunciada pelo então governador Alckmin como a solução definitiva para as enchentes do rio Tietê, uma forte chuva provocou a inundação das avenidas Marginais e São Paulo entrou em colapso. A explicação para o fenômeno não está no volume da chuva nem em possíveis erros de cálculo no Projeto de Macro Drenagem, mas na ausência das providências complementares às obras no leito do rio, acima descritas.

O governo do Estado entregou apenas 43 piscinões dos 134 prometidos

Duas novas enchentes ocorreram em setembro e dezembro de 2009, apesar do registro de índices pluviométricos mais moderados. Neste caso, contribuiu a falta de manutenção da obra de rebaixamento da calha. Segundo o Dae, são depositados cerca de 400 mil metros cúbicos anuais de lixo e sedimentos no rio Tietê que precisam ser removidos para não comprometer a vazão das águas. Há especialistas em hidrometria que calculam um volume três vezes maior. Qualquer que seja o número correto, durante três anos, desde o término das obras de rebaixamento em 2006 e outubro de 2008, abrangendo o último ano do governo Alckmin e os dois primeiros anos do governo Serra, não foram executados serviços de desassoreamento do rio Tietê. Este é o motivo pelo qual as águas que inundaram o extremo leste da Capital, no Jardim

Romano, não refluíram ao leito do rio depois da chuva e permaneceram estacionárias durante semanas, obrigando a remoção dos moradores. Com isso, o governo do Estado, além de criar um grande problema social e sanitário, tornou sem efeito uma obra de mais de R\$ 1 bilhão.

Por fim, o Plano Diretor considerava imprescindível que um sistema de macrodrenagem complexo, como o da bacia do Alto Tietê, tenha todos os seus recursos gerenciados de forma integrada. Para tanto, propunha um órgão público ou privado responsável e com poder de decisão para operar um sistema específico de monitoramento hidrometeorológico capaz de antecipar eventos e criar sistemas de alerta efetivos à população; agilidade de informações; modelos hidrológicos e hidráulicos capazes de simular eventos em tempo real; e dotação de recursos para a operação e manutenção desse sistema. Nenhuma destas medidas de gestão foi efetivada nestes 10 anos. Nem mesmo o básico. Há quatro barragens que controlam

o fluxo de água do rio Tietê. Duas são operadas pela Sabesp e duas pela Empresa Metropolitana de Água e Energia – Emae. Cada uma administra a vazão no local e não há comunicação entre elas.

Além da Região Metropolitana de São Paulo há sérios problemas de drenagem em outras regiões populosas do Estado como a Bacia dos rios Jundiá, Capivari e Piracicaba, a Bacia do rio Paraíba do Sul, a Bacia do rio Sorocaba, entre outras. As recentes inundações em Capivari, Cunha e São Luiz do Paraitinga são consequência destes problemas.

Entre 2000 e agosto de 2009, o governo Estadual deixou de investir mais de R\$ 650 milhões nas ações de drenagem em relação ao orçamento no período.

A falta de fiscalização na ocupação irregular de encostas e baixios, de sistemas de monitoramento e alerta em tempo real e a falta de uma Defesa Civil devidamente equipada e com capacidade de deslocamento rápido provocam tragédias, principalmente, por escorregamento em morros e na Serra do Mar.

Orçamento do Estado de São Paulo

Jan. 2000 a ago. 2009 por programa e ação

Programa/Ação	Previsto (R\$)	Gasto (R\$)	Gasto (%)
Combate às enchentes	2.603.195.656	1.950.334.779	74,9
Obras na Calha do Tietê (Fase 1 e 2)	1.461.000.000	1.461.000.000	100,0
Piscinões	345.771.683	256.774.268	74,3
Limpeza e Conservação de Canais	48.848.079	43.916.636	89,9
Outras obras anti enchentes	747.575.894	188.643.875	25,2



SUS com o ex-ministro está virando sucata

Entre 2003 e 2006, o número de leitos hospitalares caiu 11,5%; as deficiências crescem na prevenção e na vigilância, enquanto a dengue avança

A luta dos movimentos organizados consagrou a saúde como um direito social e estabeleceu o Sistema Único de Saúde – SUS - na Constituição de 1988. No entanto, os recursos para viabilizar esse direito só foram garantidos na Emenda Constitucional 29, de 2000, que fixou os gastos mínimos da União, Estados e municípios com a saúde. A União deve aportar, pelo menos, o gasto realizado no ano anterior, acrescido do crescimento líquido do PIB. Os Estados, no mínimo, 12% e os municípios, ao menos, 15% de suas receitas líquidas.

Desde então, tem havido aumento dos gastos com a saúde. Porém, fruto da lacuna inicial na Constituição e das políticas neoliberais da década de 1990 e início de 2000, atualmente a maioria dos gastos com a saúde tem sido das famílias e das pessoas. O Brasil é o único caso de sistema universal de saúde cujo financiamento é majoritariamente privado. Em países como Canadá, França e Inglaterra há cerca de 60% a 70% de financiamento público.

Estado mais rico do país e com nível relativamente alto de desenvolvimento humano, a condição da saúde em São Paulo está bem abaixo do que seria desejável.

Apesar do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Infantil, constata-se nos

últimos anos uma redução no ritmo da melhora dos indicadores mais diretamente associados com a assistência à saúde e ao saneamento, como a mortalidade infantil, com piores índices nas regiões do Estado com maior exclusão social.

A mortalidade por causas externas, que engloba homicídios, acidentes de trânsito e outras causas, mais dependentes das políticas econômicas e sociais, subiu para terceiro lugar, como consequência da redução do papel do Estado

No Estado mais rico do país, houve 263 surtos provocados por água contaminada, em 2009

e da ausência de políticas de combate à exclusão social. Em municípios administrados pelo PT, que enfrentaram esta questão, houve redução da mortalidade ocasionada por fatores externos.

O Plano Estadual de Saúde para 2008-2011, elaborado pela Secretaria Estadual de Saúde e aprovado pelo Conselho Estadual de Saúde, apresenta um diagnóstico, do qual se destacam alguns aspectos, relacionados a seguir.

■ O coeficiente de incidência de AIDS diminuiu mais de duas vezes de 1998 a 2004, mas a epidemia avança em camadas mais pobres, particularmente entre mulheres e adultos com mais de 40 anos. Até junho de 2006 foram notificados mais de 150 mil casos no Estado, 70,5% deles em homens.

■ A proporção de gestantes que realizaram mais de seis consultas de pré-natal em 2007 foi de 74,6%.

■ Em 2005, os diagnósticos mais frequentes das internações estavam relacionados à gravidez, parto e puerpério, seguidos pelas doenças do aparelho circulatório.

■ Houve epidemia de dengue em 2001, 2002 e 2006, quando foram constatados 111, 140 e 121 casos por mil habitantes, respectivamente. A infestação pelo mosquito *Aedes aegypti* se espalhou e já atinge 80% dos municípios, com ocorrência de transmissão em 75% destes, ou seja, 249 municípios em 2006.

■ Estima-se que no Estado, 580 mil pessoas são portadoras crônicas do vírus da hepatite B e 420 mil da hepatite C.

Na saúde coletiva há deficiências nas atividades e programas da vigilância sanitária, epidemiológica, vacinação, combate às endemias, como a dengue, assim como controle e uso do sangue e produção de hemoderivados. Estas deficiências têm relação com a baixa execução orçamentária de programas.

Ao mesmo tempo, o número de doenças decorrentes da falta de saneamento básico vem crescendo na Região Metropolitana de São Paulo, o que fica evidente quando ocorrem enchentes. Nos bairros periféricos, são registrados surtos de hepatite A e de doenças diarreicas. Doenças de veiculação hídrica são responsáveis por mais de 63% das internações pediátricas no Sistema Único de Saúde - SUS - no verão. Só na cidade de São Paulo, de 1º de janeiro até 3 de dezembro de 2009, foram notificados 263 surtos de doenças transmitidas por água e alimentos, segundo a Secretaria Municipal de Saúde. As doenças diarreicas registradas no Estado passaram de 403 mil em 2004 para 617 mil em 2007, segundo a Divisão de Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar da Secretaria de Saúde. Na Ouvidoria da Secretaria Estadual de Saúde houve 73 mil reclamações em 2007.

Indicadores de atendimento

O Estado de São Paulo conta com extensa e complexa rede SUS de serviços ambulatoriais e hospitalares, com mais de quatro mil unidades

Comparativo entre valores orçados e liquidados - 2008

Ações	Orçado	Liquidado	Dif. nominal	Diferença
Vacinação de Rotina	3.000.000	2.641.860	-358.140	-11,94%
Vigilância Epidemiológica	468.525	322.053	-146.472	-31,26%
Vigilância Sanitária	925.328	752.632	-172.696	-18,66%
Apoio e Orientação Municípios (Endemias)	845.238	742.785	-102.453	-12,12%
Capacitação Ap. Profis. Saúde (endemias)	294.850	289.158	-5.692	-1,93%

Fonte: Sistema de Gerenciamento da Execução Orçamentária do Estado de São Paulo - Sigeo

básicas, 1.277 unidades com atendimento de especialidades (ambulatórios e policlínicas), 680 hospitais e milhares de outros estabelecimentos públicos e privados.

De acordo com a Política Nacional de Atenção Básica, a rede de quatro mil Unidades Básicas de Saúde, sob gestão municipal, tem capacidade instalada suficiente para abranger a população do Estado, com poucas variações regionais. Entretanto, ao se analisar a concentração de consultas básicas por habitante/ano, confirma-se que há variações importantes, sendo que 17 das 65 regiões de saúde estão abaixo de 1,64 consulta básica habitante/ano, valor médio definido em 2006 pelo Plano Diretor de Regionalização do Estado. Além disso, o Programa de Saúde da Família cobre apenas 26% da população, enquanto que a média nacional de cobertura é de 50,1%.

Em SP, o Programa Saúde da Família atende 26% da população, já a média do país é de 50%

A rede de ambulatórios de especialidades, apesar do número elevado de unidades, apresenta insuficiências quando se analisa a relação entre consultas e população. Tomando como base a média do Estado - 0,64 consultas especializadas por habitante/ano, 43 regiões (66,2%) estão abaixo da média, incluindo as três regiões metropolitanas, o Oeste do Estado - Presidente Prudente e Araçatuba, Registro, parte de Sorocaba e de Taubaté. No caso de exames de laboratório, são realizados 2,4 procedimentos por habitante no Estado, sendo que 45% das regiões apresentam valores menores do que a média.

O atendimento ambulatorial cresceu 79% entre 2000 e 2006, mediante aumento de produção e a inclusão de novos procedimentos. No mesmo período, o financiamento cresceu cerca de 90%. Houve um incremento de 30% nos credenciamentos de serviços de alta complexidade. Há redes assistenciais em Terapia Renal, Cardiologia, Câncer

e outras. Segundo o DATASUS, em 2007, houve um total de 741 milhões de procedimentos ambulatoriais e em 2008, cerca de 90% dos valores referentes a estes procedimentos foram pagos à rede estadual, aos hospitais filantrópicos e aos municípios.

Dos 680 hospitais que prestam serviços ao SUS, há 116 com 150 leitos ou mais, concentrados nas áreas de maior desenvolvimento econômico do Estado ou em municípios pólos regionais. Há 70 hospitais com menos de 30 leitos e outros 67 entre 30 a 50 leitos.

Conforme dados do SEADE e do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, o número de leitos SUS em São Paulo passou de 76.354 em 2003 para 67.588 em 2006, registrando uma queda de 11,5%. Este decréscimo e o fato do número de leitos SUS, por mil habitantes, ser maior no Brasil (2,00) do que em São Paulo (1,7), mostra o maior peso relativo do serviço de saúde particular no Estado. Em 2008, a maioria das internações do SUS, mais de 55%, ocorreu nos hospitais filantrópicos - Santas Casas.

A saúde no Orçamento

A Emenda Constitucional 29, de 2000, define que deve ser gasto com ações e serviços de saúde, o percentual mínimo de 12% das receitas líquidas do Tesouro estadual. O Orçamento do Estado de São Paulo, a partir de 2001, definiu como gastos da função saúde todos os gastos que o governo de São Paulo entende que preenchem o critério constitucional, alocados em diversas secretarias. Assim, há execução de programas nas secretarias da Saúde, Agricultura, Justiça, Segurança Pública, Administração Penitenciária, Ensino Superior e Gestão Pública.

No Orçamento de 2010 a participação da função Saúde é de 9,6%, tendo alcançado 11,1% em 2007. Os investimentos têm redução de 11,5%, decorrentes da diminuição de 64,5% dos investimentos com recursos do Tesouro estadual. Esta redução é compensada parcialmente com um aumento de 138,6% dos investimentos com recursos federais.

A participação dos recursos federais sob gestão estadual passou de R\$ 383 milhões em 2003 para R\$ 3,97 bilhões em 2010, um aumento de

mais de 1.000%. Ao mesmo tempo, os programas federais são ampliados em São Paulo. O programa de Saúde Bucal cobre 4,3 milhões de pessoas. O SAMU atende 20,6 milhões de pessoas. Foram implantadas 82 unidades da farmácia popular e há 2300 convênios com farmácias particulares para vendas de medicamentos com desconto para hipertensão arterial e diabetes.

O gasto anual per capita do Tesouro estadual com a saúde é de R\$ 200,00.

Desvio de recursos

O governo do Estado de São Paulo, desde 2000, tem adotado um procedimento de manipulação contábil orçamentária, incluindo na função Saúde programas que não preenchem a definição de “ações e serviços de saúde”, de acordo com a Portaria 2.047/2002 do Ministério da Saúde e a resolução 322/2003 do Conselho Nacional de Saúde.

Os gastos indevidos são realizados com o programa Viva Leite, pagamento aos aposentados e assistência de saúde aos servidores civis e militares, de tal forma que entre 2001 e 2009 deixaram de ser aplicados R\$ 4,1 bilhões em saúde. Este valor seria suficiente para construir 82 hospitais de 250 leitos.

A administração de 23 hospitais, todos os laboratórios e mais de uma dezena de ambulatórios especializados foram terceirizados para Organizações Sociais e Instituições Parceiras, com dispensa de licitação e com mecanismos insuficientes de fiscalização. Há instituições contratadas e outras conveniadas, sendo que neste caso há mais dois hospitais, em Sumaré e Bauru, que são administrados em convênio com a Unicamp e Unesp.

No caso das contratadas, a habilitação de uma instituição como organização social é atribuição exclusiva do Secretário Estadual de Saúde e do Secretário de Gestão Pública.

A absoluta prioridade concedida às organizações sociais tem como consequência o sucateamento dos mais de 40 hospitais mantidos pelo governo de São Paulo. Em 2010, as organizações sociais receberão R\$ 1,96 bilhão (51,2 %) para despesas de custeio, enquanto os hospitais e demais serviços de referência sob administração direta

ficarão com os restantes 48,8 % (R\$ 1,87 bilhão).

A Lei Complementar nº 1095/2009, de iniciativa do governador, possibilita a transferência da administração de todos os equipamentos de saúde do Estado para as Organizações Sociais. Até então, isto era limitado aos novos equipamentos. Este processo já foi iniciado com o Hospital Brigadeiro, na capital.

Quando prefeito de São Paulo, José Serra aprofundou a terceirização da saúde através da implantação das unidades de Atendimento Médico Ambulatorial - AMA.

O Servidor está doente

Em relação à assistência à saúde aos servidores públicos, de responsabilidade do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMSPE), há dificuldades para realização de consultas médicas, exames diagnósticos, cirurgias eletivas e internação no Hospital do Servidor Público Estadual e no interior do Estado.

Os servidores públicos estaduais reivindicam que o Tesouro Estadual contribua para o financiamento do Instituto com 2% da folha de pagamento, o mesmo que é descontado de sua remuneração.

A partir de deliberações da Comissão Especial do IAMSPE na Assembleia Legislativa, em 2008, houve suplementação ao orçamento do IAMSPE em R\$ 50 milhões e, em 2009 e 2010, o financiamento da Assistência Médica ao Servidor Público Estadual teve o aporte de R\$ 100 milhões de contribuição originária do Tesouro Estadual. No entanto, estes recursos destinam-se, exclusivamente, ao atendimento no interior e não houve aporte de recursos para o Hospital do Servidor Público Estadual na cidade de São Paulo.

A gestão da saúde implementada pelo governo do Estado não coopera com os municípios e não respeita os fóruns de gestão colegiada como a Comissão Gestora Bipartite, na qual há representação do Estado e dos municípios. A Lei das Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Estadual não são submetidos ao Conselho Estadual de Saúde, como

manda a lei federal nº 8.142/90. A participação da comunidade, prevista em diretriz do SUS, não é estimulada e, além disso, o governo Serra ingressou com ação de inconstitucionalidade (ADIN) contra a lei nº 12.516/07, que dispõe sobre a implantação de Conselhos Gestores nas unidades de saúde.

Ao mesmo tempo, os gastos e investimentos da Secretaria não obedecem às prioridades regionais apontadas pelas Audiências Regionais do Orçamento e Colegiados Gestores Regionais de Saúde, mantendo-se importantes diferenças regionais e setoriais no gasto público.

Em janeiro de 2007, a Secretaria Estadual de Saúde mantinha em folha de pagamento cerca de 69 mil servidores. Deste total, 83% se encontram em unidades prestadoras de assistência ao usuário

do SUS - ambulatorios, hospitais e unidades básicas. A maior concentração de servidores – 61,8% - está nos hospitais.

Segundo dados do Tribunal de Contas do Estado, em 2008 a média salarial anual dos servidores da Saúde, de R\$ 29 mil, era 5,7 vezes menor do que a média dos servidores da Secretaria da Fazenda, de R\$ 165 mil.

A política salarial reflete a pouca valorização dos trabalhadores da área, como médicos, enfermeiros, psicólogos, nutricionistas, administrativos, motoristas de ambulâncias e todos os profissionais do setor que são fundamentais para viabilização do atendimento de qualidade à população.





Governo omissivo, o crime corre solto

Sem políticas definidas e com policiais desmotivados por baixos salários, a violência aumenta e os presídios superlotam

As estatísticas da segurança pública apontam que de 1996 (ano em que os dados começaram a ser divulgados), até 2001, houve um grande aumento da criminalidade em São Paulo

A partir de 2001, algumas prefeituras criaram secretarias específicas para a área, passaram a investir na prevenção do crime, com a implantação de projetos sociais, e ampliaram a atuação das guardas municipais. Em 2003, com o advento do Estatuto do Desarmamento, milhares de armas de fogo foram

recolhidas. Essas medidas contribuíram para que a criminalidade regredisse e, até 2008, verificou-se queda nos índices criminais, principalmente de homicídios dolosos. O quadro geral das estatísticas criminais de 1996 até 2008, pode ser visto no site www.ptalesp.org.br.

O quadro abaixo mostra que nos três primeiros trimestres de 2009, em relação ao mesmo período de 2008, houve um crescimento de todas as modalidades criminosas, à exceção de roubo de bancos.

Estatísticas Criminais			
Ocorrências policiais registradas	Jan a set de 2008	Jan a set de 2009	Variação %
Homicídio doloso	3.199	3.381	5,69%
Tentativa de homicídio	3.764	3.812	1,28%
Latrocínio	195	252	29,23%
Estupro	2.462	3.309	34,40%
Extorsão mediante sequestro	41	67	63,41%
Tráfico de entorpecentes	19.738	20.483	3,77%
Roubo - outros	167.289	198.558	18,69%
Roubo de veículos	44.502	55.814	25,42%
Roubo a Banco	202	179	-11,39%
Roubo a Carga	4.822	5.836	21,03%
Furto - outros	386.995	397.229	2,64%
Furto de veículos	75.112	81.615	8,66%

Fonte: Secretaria de Segurança Pública

Política de extermínio e criminalização da pobreza

Nas estatísticas criminais divulgadas pela Secretária da Segurança Pública não estão incluídas as chacinas. Até o final de novembro de 2009, ocorreram 20 chacinas com 64 mortos e 10 feridos. Os números referentes a 2008 são os seguintes:

Número de chacinas (2008)			
Região	Nº Chacinas	Nº Mortos	Nº Feridos
Capital	8	30	9
Grande São Paulo	12	29	3
Litoral	3	9	4
Interior	1	4	0
Total do Estado	24	82	16

Os jovens são as maiores vítimas da política de extermínio. O Cemitério São Luiz, localizado na Zona Sul da capital, entre os bairros de Jardim Ângela e Capão Redondo, carrega o estigma de ser o local com maior número de adolescentes sepultados por metro quadrado no mundo. São vítimas da violência urbana, dos bandidos e da polícia, que perderam a vida em chacinas, acerto de contas, brigas de bar e outras ocorrências, na maioria das vezes não investigadas adequadamente.

A atuação violenta da Polícia Militar contra movimentos de moradores da periferia está se tornando rotina em São Paulo. Dois casos ocorridos em 2009 são exemplos dessa violência. Entre fevereiro e abril, a Polícia Militar realizou na “Favela Paraisópolis”, na Zona Sul da capital, a operação denominada “saturação”. De acordo com reportagem do jornal O Estado de São Paulo, os policiais militares envolvidos na operação agiram com extrema violência contra os moradores, residências foram invadidas sem mandados judiciais e trabalhadores, crianças e idosos foram torturados.

O segundo episódio ocorreu em agosto no Jardim Filhos da Terra, Zona Norte da capital, ocasião em que policiais militares agiram com violência contra moradores que protestavam em razão da morte de um morador por um policial militar. Segundo relatos, moradores foram agredidos

e impedidos de entrarem em suas casas e entraram em pânico ao serem atingidos por bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha.

Violência policial

Em 2007, 438 pessoas foram mortas por policiais; em 2008, 431 pessoas; e em 2009, até setembro, policiais mataram 400 pessoas. Irregularidades no registro de boletins de ocorrência, também, têm sido alvo de denúncias desde 2004. Especialistas em segurança pública, inclusive da Ouvidoria da Polícia, têm denunciado a manipulação de dados, que transforma registros evidentes de homicídio em outros tipos de ocorrência, tais como: “resistência seguida de morte”, “confronto” ou “encontro de cadáver”.

No governo Mário Covas foi criada a Ouvidoria da Polícia, mas os governadores que o sucederam não adotaram novas medidas de contenção da violência policial.

A violência policial estende-se a grupos de extermínio, a exemplo dos “highlanders” – esquadrão da morte integrado por policiais do 37º Batalhão da Polícia Militar, atuante durante o governo Serra. Sua marca era cortar cabeças e mãos das vítimas para impedir a identificação.

Corrupção em alta e prevenção deficiente

O aumento dos casos de corrupção na polícia e a falta de apuração célere fizeram com que recentemente, por intermédio do Decreto nº 54.710/2009, a Corregedoria Geral da Polícia Civil que até então era subordinada ao Delegado Geral de Polícia, fosse transferida para o Gabinete do Secretário da Segurança Pública. A medida, embora tardia, possibilita o fortalecimento da Corregedoria para que possa apurar, com interferência menor, todos os casos de corrupção policial envolvendo policiais civis. Esperava-se que a Corregedoria da Polícia Militar também fosse transferida para o Gabinete do Secretário, mas isso não aconteceu.

No site www.ptalesp.org.br estão enumerados casos recentes e emblemáticos que demonstram como a corrupção está presente na polícia de São Paulo.

Elucidação criminal baixa

A Polícia Civil é integrada por cerca de 40 mil policiais que atuam em departamentos especializados, em delegacias de polícia e nos distritos policiais.

A instituição não presta serviços de qualidade à sociedade. O esclarecimento de crimes de autoria desconhecida é muito baixo e gera a impunidade. As unidades policiais da capital, do interior e do litoral, além da carência de recursos humanos, sofrem com a falta de recursos materiais. Os policiais civis estão desmotivados em razão da falta de condições de trabalho e pelos baixos salários.

Os inquéritos policiais - procedimentos formais da apuração das infrações penais - não têm a qualidade desejada e chegam a demorar meses e até anos para serem concluídos. Os casos de corrupção na instituição são frequentes.

O próprio Secretário da Segurança Pública afirmou que a Polícia Civil é “inepta e letárgica”.

A Polícia Militar, responsável pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública, é integrada por cerca de 90 mil policiais e a corporação também não está conseguindo cumprir com eficiência suas atribuições constitucionais.

A função da Polícia Militar é preventiva, deve evitar que os crimes aconteçam. Para conseguir esse objetivo é indispensável que os policiais militares estejam presentes nas ruas diuturnamente.

Os policiais militares do Estado não estão sendo empregados prioritariamente para garantir a segurança da população e os que cumprem essa missão estão desestimulados em razão dos baixos salários.

Além disso, encontram-se aterrorizados em razão dos ataques praticados por integrantes de organizações criminosas, que normalmente possuem maior poder de fogo em seus ataques.

Órgão de apoio à polícia judiciária, responsável pelos exames periciais na área da criminalística e da medicina legal, a polícia técnico-científica é vital para a produção de provas materiais para a apuração de infrações penais.

No entanto, enfrenta muitas dificuldades para exercer plenamente suas atribuições. Além da escassez de recursos humanos e materiais, faltam instalações para o Instituto Médico Legal e para o Instituto de Criminalística, tanto na Grande São Paulo, como no interior do Estado.

Fraudes no Detran

Em julho de 2007, mediante decreto, o governador do Estado transferiu da Secretaria da Segurança Pública para a Secretaria da Cultura o prédio localizado na Avenida Pedro Álvares Cabral, 1301, no Parque do Ibirapuera, onde funcionava desde o final da década de 50 o Departamento Estadual de Trânsito e que passará a abrigar o MAC - Museu de Arte Contemporânea

A previsão governamental era de descentralizar o Detran em seis locais de atendimento, ou seja: 1 –Centro, na Avenida do Estado (próximo à Estação Armênia do metrô; 2 – Sede, nas Ruas Boa Vista e João Brícola; 3 – Norte; 4 – Sul; 5 – Leste; 6 – Oeste. Contudo, apesar de já terem sido gastos mais de R\$ 10 milhões com a mudança, até o mês de novembro de 2009 somente estão funcionando, e muito precariamente, os locais de atendimento Centro e Sede.

Quanto às atividades desenvolvidas pelo Detran, a constatação é de que episódios de corrupção continuam presentes no órgão. Os mais recentes foram a descoberta de uma quadrilha integrada por policiais civis, despachantes e donos de auto-escolas, denominada “máfia do Detran” (que vendia carteiras de habilitação em todo o Estado) e a descoberta de esquema envolvendo empresas contratadas para emplacar veículos que desviaram dos cofres públicos cerca de R\$ 40 milhões.

Salários dos policiais

Os salários dos policiais civis e militares foram reajustados em 6,5% a partir de novembro de 2008 e 6,5% a partir de agosto de 2009. Esse pequeno reajuste foi concedido após greve da Polícia Civil, no período de setembro a novembro de 2008. A greve só terminou após verdadeira guerra campal entre PMs e civis nas proximidades do Palácio Bandeirantes (sede do governo do Estado), quando o governador José Serra se recusou a receber as lideranças da categoria.

Mesmo com o reajuste referido, o salário dos delegados de polícia de São Paulo, onde existem três pisos salariais no início da carreira, continua a ser um dos piores do país, ocupando a 19ª posição se levarmos em consideração o piso

Salários dos Delegados		
Posição	Estado	Salário
1	Polícia Federal	R\$ 12.992,70
2	Distrito Federal	R\$ 10.862,14
3	Paraná	R\$ 8.852,00
4	Goiás	R\$ 8.748,00
5	Mato Grosso	R\$ 8.552,32
6	Sergipe	R\$ 8.469,00
7	Espírito Santo	R\$ 7.551,00
8	Mato Grosso do Sul	R\$ 7.370,00
9	Piauí	R\$ 7.141,50
10	Rio de Janeiro	R\$ 6.895,00
11	Rondônia	R\$ 6.729,31
12	Maranhão	R\$ 6.653,48
13	Ceará	R\$ 6.017,93
14	Roraima	R\$ 6.002,00
15	Amapá	R\$ 5.982,20
16	Rio Gde do Norte	R\$ 5.951,09
17	Acre	R\$ 5.874,40
18	Rio Grande do Sul	R\$ 5.702,00
19	São Paulo	R\$ 5.534,52
20	Pernambuco	R\$ 5.266,01
21	Amazonas	R\$ 5.086,80
22	Alagoas	R\$ 5.050,00
23	Tocantins	R\$ 4.862,03
24	Santa Catarina	R\$ 4.442,58
25	Paraíba	R\$ 4.365,00
26	Minas Gerais	R\$ 4.108,42
27	Bahia	R\$ 4.005,00
28	Pará	R\$ 3.974,40

Fonte: Sindicato dos delegados de Polícia do Estado de São Paulo/dezembro de 2008

salarial correspondente ao local III e a 23ª posição se considerarmos o piso salarial do local I, conforme demonstra a tabela acima.

Em São Paulo existem três pisos salariais para os delegados em início da carreira, de acordo com o local de trabalho:

Piso salarial dos delegados em SP	
Local I - Municípios com até 200 mil habitantes	R\$ 4.967,52
Local II - Municípios com até 500 mil habitantes	R\$ 5.185,52
Local III - Municípios com mais de 500 mil habitantes	R\$ 5.534,52

As prefeituras e a segurança pública

Até 2000, a grande maioria dos prefeitos permanecia como expectadores passivos diante da escalada da violência em seus municípios. A partir de 2001, foram criadas secretarias municipais para assuntos de segurança pública. Os municípios que já tinham guardas municipais dotaram-nas de maiores recursos humanos e materiais e direcionaram suas atividades para a prevenção. Além disso, o governo federal, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, passou a destinar verbas para que os municípios investissem em projetos de prevenção criminal.

A maioria das prefeituras aloca muitos recursos às polícias civil e militar, ao ceder terrenos, construir ou locar prédios para funcionamento de delegacias, distritos policiais, circunscrições de trânsito, batalhões e corpo de bombeiros, comprar e manter viaturas, fornecer combustíveis, ceder funcionários e até complementar o salário de policiais. Com isso, as prefeituras são obrigadas a suprir obrigações que o governo estadual não cumpre, comprometendo seu orçamento e deixando de realizar outras atividades que são de sua competência. Mesmo assim, os prefeitos não são chamados a participar das decisões sobre assuntos de segurança pública nos seus municípios.

Presídios superlotados

O sistema penitenciário do Estado de São Paulo não oferece à população carcerária as mínimas condições de reinserção na sociedade. Em vários presídios, celas superlotadas e sem asseio obrigam os presos a fazerem rodízio para que todos possam dormir. Faltam funcionários, colchões, remédios e até água.

A situação na maioria dos Centros de Detenção Provisória e na Penitenciária Feminina

da capital é a mesma. Nesta, com capacidade para 251 presas, estavam recolhidas 756 em novembro de 2009, muitas delas doentes e sem tratamento. Os Centros de Detenção Provisória, construídos para abrigar apenas presos aguardando julgamento, foram transformados em penitenciárias e estão com superlotação.

O sistema penitenciário do Estado de São Paulo é integrado por 147 unidades prisionais. Juntas, as unidades têm 96 mil vagas, mas abrigam cerca de 150 mil presos.

O déficit de vagas é de 54 mil. O governo do Estado já anunciou a construção, até 2011, de 49 novas unidades prisionais que gerarão aproximadamente 40 mil vagas. Unilateralmente, já decidiu onde serão construídas 33 dessas unidades e as áreas respectivas já foram desapropriadas por decreto. Dezesesseis unidades estão com áreas em estudo e ainda não foi definida a localização.

Estado joga para as prefeituras gastos para manter delegacias

Os prefeitos das cidades escolhidas pelo governo paulista para a instalação de novas unidades prisionais estão tomando conhecimento da escolha através de publicação no Diário Oficial do Estado de decretos que desapropriam áreas em seus municípios para a construção dessas unidades. Esse procedimento impõe às comunidades, sem prévio aviso ou margem para negociação, um serviço que trará significativos impactos negativos à vida social local e ao meio ambiente natural ou construído.



Metrô, trens e ônibus: caros e ruins

Apesar da propaganda, o setor vai mal. E os pedágios, incontáveis, penalizam a população e oneram a economia paulista

A gestão dos transportes nos governos tucanos tem duas características principais: baixo nível de investimentos realizados desde 1995 e a utilização da malha rodoviária para fazer caixa por meio de concessões onerosas.

No Estado, as obras importantes em rodovias limitaram-se à construção da segunda pista da Imigrantes, continuação da Ayrton Senna (sob o nome de Carvalho Pinto), extensão da rodovia dos Bandeirantes até Cordeirópolis, região de Limeira e o trecho Oeste do Rodoanel (o trecho sul está em obras).

Nos transportes metropolitanos houve a extensão da Linha 1 do metrô até o Tucuruvi, da Linha 2 até o Sumaré e na outra ponta até o Alto do Ipiranga (devem ser inauguradas as estações Sacomã, Tamandateí e Vila Prudente), além da Linha 5, entre Santo Amaro e Capão Redondo. Na CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) merece destaque apenas o Expresso Leste.

**Estado tem 225 praças
de pedágios. Só o governo
Serra instalou 82**

Somente nos últimos quatro anos é que o governo do Estado passou a executar projetos para ampliar um pouco mais a malha metroviária e modernizar timidamente a CPTM. Atualmente,

apresenta estas iniciativas como Plano de Expansão, com intensa propaganda, porém sem conseguir manter os prazos anunciados.

A utilização da malha rodoviária paulista, por meio de concessões onerosas, já arrecadou R\$ 8,4 bilhões, com um alto custo para os usuários das rodovias, que tem embutidos nas tarifas dos pedágios o ônus pago pelas concessionárias ao Estado, o custo financeiro desta antecipação de receita e a exigência de lucratividade maior nos contratos. O aumento provocado por esta política no valor dos fretes onera toda a economia de São Paulo. Nos transportes metropolitanos também há algumas iniciativas de privatização.

Estrutura e Orçamento

A área de transportes está dividida em duas secretarias: Secretaria de Estado dos Transportes e Secretaria de Transportes Metropolitanos.

A Secretaria de Estado dos Transportes foi criada em 1963 e tem como objetivo, planejar, organizar, regular, executar projetos e fiscalizar o sistema de transportes, no âmbito do Estado. Nessa Secretaria está a gestão dos diversos modais como o rodoviário, aeroportuário, o hidroviário, travessias litorâneas e portos estaduais. No organograma da Secretaria de Transportes constam três autarquias, duas empresas e uma diretoria.

O Departamento de Estradas de Rodagem - DER - foi criado em 1934, anterior à Secretaria. É a autarquia que administra o sistema rodoviário

estadual e sua integração com outros modos de transporte. Os salários são baixos, concursos não foram realizados para reposição de funcionários, os equipamentos estão sucateados. Dos 3998 funcionários, 2260 têm mais de 51 anos.

Empresa de economia mista controlada pelo governo de São Paulo, a Dersa foi fundada em 1969 com o objetivo de construir, operar, manter e administrar rodovias, que foram concedidas à iniciativa privada e terminais intermodais. As oito travessias litorâneas também são administradas pela Dersa.

A Artesp é a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, criada em 2002, com a finalidade de fiscalizar e regularizar todas as modalidades de serviços públicos concedidos, permitidos ou autorizados a empresas privadas.

A malha ferroviária paulista foi privatizada por FHC em 1997

O Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo – DAESP - é uma autarquia criada para planejar a rede aeroportuária, construir e administrar aeroportos. Os recursos para o Daesp são escassos, sendo a maioria provinda do Programa Federal de Auxílios a Aeroportos – PROFAA - do governo federal.

A Companhia Docas de São Sebastião foi criada em 2007 para administrar o Porto de São Sebastião, concedido pelo governo federal ao Estado.

O Departamento Hidroviário – DH administra o trecho paulista da Hidrovia Tietê-Paraná, com 800 quilômetros de extensão. A capacidade instalada é de 20 milhões de toneladas, mas são transportadas apenas quatro milhões de toneladas.

A Secretaria dos Transportes Metropolitanos foi criada em 1991 e a ela compete o planejamento e a execução da política de transportes nas três regiões metropolitanas do Estado. Estão agregadas à Secretaria três empresas; Metrô - Companhia do Metropolitano de São Paulo, CPTM - Companhia Paulista de Transportes Metropolitanos e EMTU - Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos.

O Metrô foi criada em 1969 e começou a operar em 1974. É uma empresa de economia mista que opera quatro linhas metroviárias, das quais somente duas estão completas.

A CPTM foi criada em 1992 opera seis linhas que atendem 22 municípios da Região Metropolitana.

A EMTU foi criada em 1986 para fazer o gerenciamento de sistemas de baixa e média capacidade, planejamento e fiscalização do transporte intermunicipal nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, da Baixada Santista e de Campinas.

A previsão orçamentária da área de transportes para 2010 corresponde a 14% do total orçado para o Estado e a 58% dos investimentos.

Falta de planejamento

A falta de planejamento do governo estadual afeta o transporte de passageiros e de cargas no Estado.

Segundo dados do Departamento Estadual de Rodagem, o Estado é cortado por 194 mil quilômetros de estradas, entre federais, estaduais e municipais, a maior parte vicinal, dos quais 164 mil não estão pavimentados. Só recentemente, com aval do governo federal para contratação de empréstimo, é que as rodovias vicinais estão sendo recuperadas. As rodovias estaduais têm 22 mil quilômetros. Destas, 5.200 quilômetros têm cobrança de pedágio, que encarece as mercadorias que a população paulista consome.

O Estado de São Paulo abriu mão do transporte ferroviário, apesar de ser mais barato que o rodoviário. A Secretaria de Transportes não possui nenhum departamento para o setor. A malha ferroviária paulista passou para o governo federal e é operada por empresas privadas, concedidas em 1997 pelo governo FHC. Não há transporte ferroviário de passageiros, de médias e longas distâncias.

O transporte hidroviário, um terço mais barato do que o rodoviário, também carece de atenção do governo Serra. Falta uma gestão sistêmica que envolva criação de terminais públicos, incentivos para a criação de empresas de cargas e investimentos do Estado. A Hidrovia

Tietê Paraná, em São Paulo, opera com 80% de capacidade ociosa.

São Paulo possui uma rede de 31 aeroportos. Os principais são Congonhas, Viracopos, Cumbica, Campo de Marte e São José dos Campos, todos operados pela Infraero, do governo federal. Falta empenho do governo do Estado, em dar melhor utilização à malha aeroportuária paulista, incentivando o transporte aéreo regional. Segundo o governo, há estudos para privatizar alguns aeroportos.

A Nova Marginal do Tietê está sendo executada com recursos do Tesouro do Estado e de concessionárias de rodovias estaduais. Vários urbanistas têm criticado a obra por privilegiar o transporte individual em detrimento do transporte coletivo. A estimativa inicial de custo era de R\$ 800 milhões e a previsão mais recente é de R\$ 1,9 bilhão.

Rodoanel superfaturado

O Rodoanel é uma obra projetada na década de 1970, que irá interligar as rodovias que acessam a cidade de São Paulo. O objetivo é que os veículos, principalmente caminhões, possam transitar de uma rodovia para outra sem precisar passar pela cidade. Vital para aliviar o trânsito da cidade de São Paulo. O atraso na construção faz com que os congestionamentos sejam cada vez maiores.

O Rodoanel tem quatro trechos, o Oeste, o Sul, o Leste e o Norte. O trecho Oeste começou a ser construído no ano de 1998 e foi inaugurado em 2002. As obras do trecho Sul só foram iniciadas em 2006. Paralisadas logo depois, foram reiniciadas em 2007. A inauguração está prevista para 2010, oito anos após a inauguração do primeiro trecho. O trecho Leste ainda não está licitado e o Norte está em fase de definição do traçado.

Assim como o trecho Oeste, o trecho Sul foi alvo de auditoria do Tribunal de Contas da União, que aponta superfaturamento, falta de projeto básico, pagamento de obras não realizadas e antecipação de pagamentos. Após a licitação, o pagamento das obras por preço unitário foi substituído por preço

global e houve troca de método construtivo. Além disso, o processo de construção foi acelerado, provavelmente por conta do calendário eleitoral,

Segundo relatório do TCU, no lote cinco já foi pago o equivalente a 96,6%, quando somente 73% das obras estavam construídas. Se forem computados todos os lotes, houve antecipação de pagamentos de R\$ 100,7 milhões de obras ainda não realizadas. O pagamento dos serviços que não constavam originalmente no projeto foi de R\$ 236 milhões.

O relatório aponta também a adoção de soluções de engenharia mais baratas, sem o correspondente desconto no preço, como a alteração do método de construção de viadutos por balanços sucessivos para o de vigas pré-moldadas e a redução do número destas vigas.

Houve, também, a redução da área dos pisos dos viadutos, superior a 10.000m², com prejuízo de R\$ 20 milhões para o Estado. Pelo preço unitário se pagaria apenas o efetivamente medido.

Pressa em inaugurar a obra provoca desabamento e prejuízos

O Ministério Público Federal evitou que o governo Serra pagasse R\$ 234 milhões a mais para as empreiteiras e obrigou a Dersa e os consórcios que constroem o trecho Sul a assinarem um Termo de Ajustamento de Conduta comprometendo-se a não celebrar mais nenhum termo aditivo e modificativo.

Mesmo assim, o custo total passou de R\$ 2,95 bilhões para R\$ 3,6 bilhões e a imprensa já anunciou um novo aumento para R\$ 4,5 bilhões, o que representará 52% de acréscimo em relação ao previsto inicialmente.

A fiscalização das obras também foi terceirizada a um custo de R\$ 117,1 milhões.

Estrada e metrô privatizados

Em 1997, havia 40 praças de pedágios estaduais, todas sob gestão estatal. Atualmente, são 225, todas sob concessão privada. Estão previstas mais praças para 2010. A contribuição do governo Serra, até o momento, no total é de 82 novas praças de pedágio privadas.

Uma viagem de ida e volta de São Paulo a São José do Rio Preto, pouco mais de 880 quilômetros, custa ao usuário R\$ 118,00, em carro de passeio. Parte deste custo é explicado pela utilização do IGPM como indexador ao invés do IPCA, usado para medir a inflação oficial do Brasil. Enquanto o primeiro subiu 174% entre junho de 1998 a maio de 2009, o segundo aumentou 99% no mesmo período.

Por estes motivos, o governo federal, que realizou concessões rodoviárias não onerosas, utiliza o IPCA como indexador e estabeleceu taxas de retorno menores para as concessionárias, consegue praticar tarifas muito mais baixas. Assim, uma viagem na rodovia federal Fernão Dias, de São Paulo a Belo Horizonte, ida e volta, percorrendo uma distância de 1.124 quilômetros custa R\$ 17,60, enquanto uma viagem de ida e volta de São Paulo a São José do Rio Preto, percorrendo 880 quilômetros

em rodovias estaduais, sai por R\$ 118,00.

Quando o PSDB assumiu o governo em São Paulo em 1995, a rede metroviária tinha 43,4 quilômetros de extensão. Atualmente, tem 62,3. Nesses 15 anos, o metrô avançou apenas 18,9 quilômetros, o que dá uma média de crescimento de apenas 1,26 quilômetros ao ano. Entre as grandes capitais do mundo, a rede só é maior que a de Buenos Aires, mas transporta quatro vezes mais passageiros por quilômetro instalado.

Como se observa, o metrô de São Paulo é o mais lotado do mundo. Chega a transportar quase dez passageiros por metro quadrado, quando o aceitável é de quatro passageiros e o tolerável seis.

Quando forem inauguradas a Linha 4 – Amarela e o prolongamento da Linha 2 – Verde, a rede contará com 78 quilômetros, o que dará um crescimento médio de 2,3 quilômetros ao ano em 2010, a contar de 1995. Se mantida essa média, para o metrô paulista chegar aos 200 quilômetros levará mais 60 anos, ou seja, em 2.070.

Todas as linhas em construção estão com os cronogramas atrasados e neles ocorreram acidentes graves, como o desabamento da futura Estação

Comparativo de Redes do Metrô

Cidade	Extensão (em km)	População (em milhões)	Pop. da Área Metropolitana (em milhões)	Linhas	Estações	Pass/Dia (milhões)	Pass/Km
Londres	415	7.421	12.415	11	270	2,95	7.108
Nova Iorque	398	8.107	22.313	26	468	5,60	14.070
Madri	283	3.155	5.000	12	293	2,50	8.809
Tóquio	195,1	8.336	36.511	9	179	6,20	31.794
Paris	211	2.181	11.174	16	380	4,04	19.126
Cidade do México	201	8.657	22.926	10	175	4,10	20.398
Santiago	84	5.500	-	4	84	2,40	28.571
São Paulo	61	10.886	19.917	4	55	3,70	60.655
Buenos Aires	44	3.000	13.325	8	93	0,70	15.909

Fonte: Elaboração da Assessoria de Transportes do PT, a partir de dados do Transport for London, Metropolitan Transportation Authority, Metro de Madrid, Tokyo Metro, RATP, Metro de la Ciudad de Mexico, Metro de Santiago, Metrovias e World Metro Database, IBGE, INSEE, World City Population

* Número total de passageiros anual divididos por 365 dias. Dados de 2009

Pinheiros, em janeiro de 2007, quando morreram sete pessoas. Há denúncias de pagamento de propina pela empresa Alstom a funcionários do governo estadual para ganhar licitações do Metrô. O Ministério Público Federal e Estadual está co-investigando o caso, assim como a justiça da Suíça.

O custo de implantação também é alto. A cidade de Madri, de 1995 a 2003, construiu 40 quilômetros de rede metroviária ao custo de US\$ 42 milhões o quilômetro. Segundo o governo estadual, o custo do quilômetro em São Paulo é de R\$ 400 milhões, o equivalente a 229 milhões de dólares americanos, ao câmbio de R\$ 1,74 do dia 27 de novembro de 2009.

A manutenção do metrô vem piorando. Os acidentes têm ocorrido de forma mais corriqueira e afetado a qualidade do serviço. Em 2009, foram inúmeras as paralisações dos trens por problemas mecânicos. No dia 25 de novembro, pela primeira vez na história da Companhia, dois trens colidiram.

No tocante a tarifas, o metrô de São Paulo cobra passagens mais caras do que os do México, Buenos Aires e de Santiago. Em São Paulo a tarifa é quase 10 vezes a do México, cinco vezes mais a de Buenos Aires e 61% maior do que a de Santiago.

O Metrô de São Paulo tem as tarifas mais altas da América Latina

A Linha 4 – Amarela foi privatizada para a Via Quatro, que vai operá-la. Essa empresa vai ficar com a arrecadação da bilheteria dos passageiros que embarcarem numa das 11 estações da linha e parte da integração, quando o passageiro vier de outra. Por causa dessa concessão, o Estado tem aumentado, anualmente, as tarifas de todos os transportes públicos. Há uma cláusula no contrato firmado com a concessionária Via Quatro que garante reajuste anual da tarifa, que foi estendido aos demais sistemas. Anteriormente, o reajuste tarifário era feito a cada dois anos.

Ainda, por causa da concessão da Linha 4 – Amarela, o governo estadual está terceirizando a arrecadação e gestão das bilheterias do Metrô, CPTM e SPTrans, junto com a Prefeitura de São Paulo. Essa privatização das bilheterias tende a aumentar os custos do sistema de transportes públicos, cujas tarifas estão entre as mais caras da América Latina e do mundo, segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC.

Trens: estações precárias

A CPTM herdou uma malha centenária, que abrange a Região Metropolitana de São Paulo. Ela opera seis linhas, com 270 quilômetros e 89 estações. Atualmente, a rede transporta 2,2 milhões de passageiros por dia.

A modernização da Companhia está atrasada. A maior parte dos 115 trens é antiquada, alguns com 50 anos. O número de passageiros, no horário de pico, chega a 10 por metro quadrado. O intervalo entre um trem e outro é muito grande em algumas linhas. Na Linha 8 – Diamante (Júlio Prestes – Itapevi) os trens não são reformados desde 1979.

A acessibilidade é precária, o orçamento é sempre baixo para adequar as linhas da CPTM. Algumas estações são centenárias, construídas no século XIX e início do XX. Elas precisam de elevadores, escadas rolantes, rampas e todos os equipamentos para que pessoas com deficiências possam utilizá-las. Por legislação federal, o prazo para adequação do sistema metroviário e ferroviário termina em 2014. O governo estadual não parece muito preocupado com isso, pois tem orçado quantias pequenas diante das necessidades e deixa de executar a maior parte do que foi previsto.

A CPTM está iniciando um processo de privatização, com a área de manutenção da Linha 8 – Diamante. A concessão vai onerar o Estado e comprometer mais de R\$ 200 milhões anuais do orçamento, conforme edital de licitação.

A empresa opera dentro de uma visão de transporte suburbano. Sem qualidade, todas as linhas operam com superlotação. Os projetos do Expresso Sudeste, Expresso Aeroporto e Trem de Guarulhos não saíram do papel.

Para o gerenciamento do transporte sobre pneus (ônibus) intermunicipal nas três regiões paulistas, a empresa responsável é a EMTU - Empresa Metropolitana de Transporte Urbano. São cerca de 2,1 milhões de passageiros por dia. Nas demais regiões, a gestão é feita pela agência reguladora, a Artesp. Não há fiscalização eficiente do serviço das operadoras. Os veículos são inadequados para transporte de média distância. Na Região Metropolitana de São Paulo ainda são utilizadas vans.

Apesar de atender as regiões mais periféricas, as tarifas são as mais caras dos modais de transporte público. Isso porque, o governo do Estado não paga as gratuidades, nem a meia passagem dos estudantes, como acontece na CPTM e no Metrô. Esse custo é repassado aos demais passageiros.

Os governos tucanos, desde 1995, não construíram integralmente nenhum corredor de ônibus no Estado. O corredor Noroeste de Campinas, prometido desde 2006, anda a passos lentos, assim como o que vai ligar Diadema com o Brooklin. Os corredores Guarulhos – Tucuruvi e Itapevi – São Paulo, ainda não foram iniciados, apesar de prometidos para 2010. O Veículo Leve Sobre Trilhos, anseio da população há muitos anos, que deveria ser implantado pela EMTU na Baixada Santista, não teve as obras iniciadas.

O cartão Bom, que deveria integrar o sistema intermunicipal com o municipal, CPTM, Metrô e balsas, serve apenas como cartão eletrônico de pagamento de tarifa. Não garante integração nem desconto na tarifa, ao contrário do Bilhete Único, implantado na cidade de São Paulo em 2004 pela prefeita Marta Suplicy. O Bom é operado pelas empresas concessionárias que ganham para prestar um serviço que deveria ser feito pela EMTU.

O transporte rodoviário estadual está sem contrato de concessão e o transporte intermunicipal, excetuadas as regiões metropolitanas, chamado de suburbano é usado por 168 milhões de passageiros anualmente.

Transporte caro, não possui qualquer tipo de subsídio, sendo totalmente custeado pelos usuários.

Investimentos da União

O governo Federal tem investido muito nos transportes no Estado de São Paulo. No Rodoanel será R\$ 1,2 bilhão do orçamento da União, cuja maior parte já foi disponibilizada.

Na parte de empréstimo, foram autorizados R\$ 9,118 bilhões, o maior da história do Estado, para investimentos em transportes.

São R\$ 660 milhões para recuperação e pavimentação de estradas vicinais, R\$ 722 milhões para recuperação de rodovias, e R\$ 7,735 bilhões para ampliação e melhoria do Metrô e da CPTM (cerca de 36% do Plano Expansão). São empréstimos que o governo paulista nunca teve como fazer, pois a União, antes do governo Lula, não dava aval.

O governo Federal já contratou o projeto do Trem de Alta Velocidade entre São Paulo e Rio de Janeiro

O governo Federal contratou o projeto do Trem de Alta Velocidade, que fará a ligação Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro, 511 Km, a um custo estimado de R\$ 34 bilhões.

O Porto de Santos tem passado por reformas, como a construção das avenidas Perimetrais da Margens Direita, com pista dupla, e 12 quilômetros de extensão da Avenida da Perimetral Margem Esquerda, com pista dupla e quatro quilômetros de extensão e dragagem do canal para possibilitar trânsito de navios de maior porte.

O Aeroporto de Congonhas teve sua pista e terminal de passageiros recuperados.

Para Cumbica, está previsto o terceiro terminal de passageiros e para Viracopos, a segunda pista e o terminal de passageiros.

Deputados (as) Estaduais do PT

Adriano Diogo

www.adrianodiogo.com.br
(11) 3886 6845/6850
adiogo@al.sp.gov.br

Ana do Carmo

(11) 3886 6548/6553
anadocarmopt@al.sp.gov.br

Ana Perugini

www.anaperugini.com.br
(11) 3886 6678/6680
aperugini@al.sp.gov.br

Antonio Mentor

www.antonimentor.com.br
(11) 3886 6753/6754
amentor@al.sp.gov.br

Beth Sahaõ

www.bethsahao.com.br
(11) 3886 6643/6657
bsahao@al.sp.gov.br

Carlinhos Almeida

www.carlinhosalmeida.com.br
(11) 3886 6741/6759
gabinetespt@carlinhos.org

Donisete Braga

www.donisetebraga.com.br
(11) 3886 6784/6886
dpbraga@al.sp.gov.br

Enio Tatto

www.eniotatto.com.br
(11) 3886 6950/6944
eniotatto@al.sp.gov.br

Fausto Figueira

www.faustofigueira.com.br
(11) 3886 6689/6693
fausto@faustofigueira.com.br

Hamilton Pereira

www.hamiltonpereira.org.br
(11) 3886 6952/6953
gabinete@hamiltonpereira.org.br

José Candido

www.josecandido.com.br
(11) 3886 6836/6860
josecandido@al.sp.gov.br

José Zico Prado

www.josezico.com.br
(11) 3886 6634/6666
gabinete@josezico.com.br

Marcos Martins

www.marcosmartinspt.com.br
(11) 3886 6241/6242
mmartins@al.sp.gov.br

Maria Lúcia Prandi

www.marialuciaprandi.com.br
(11) 3886 6848/6854
mlprandi@marialuciaprandi.com.br

Roberto Felício

www.robertofelicio.org
(11) 3886 6768/6769
rfelicio@al.sp.gov.br

Rui Falcão

www.ruifalcao.com.br
(11) 3886 6776/6777
rfalcao@al.sp.gov.br

Simão Pedro

www.simaopedro.com.br
(11) 3886 6658/6642
spedro@al.sp.gov.br

Vanderlei Siraque

www.siraque.com.br
(11) 3886 6865/6866
siraque@siraque.com.br

Vicente Cândido

www.vicentecandido.com.br
(11) 3886 6648/6652
vcandido@al.sp.gov.br

Acompanhe as ações parlamentares do PT na Assembleia Legislativa



www.ptalesp.org.br



Bancada do PT
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo